



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

NATALÍ SANTOS DE SANTANA

**AS PERSPECTIVAS SOCIOCULTURAIS EM AMBIENTES
INFORMACIONAIS:
A INTERSECÇÃO ENTRE CULTURA E INFORMAÇÃO**

Salvador
2024

NATALÍ SANTOS DE SANTANA

**AS PERSPECTIVAS SOCIOCULTURAIS EM AMBIENTES
INFORMACIONAIS:
A INTERSECÇÃO ENTRE CULTURA E INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Ciência da Informação. Linha de pesquisa: Produção, circulação e mediação da informação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Claudia Medeiros de Sousa

Salvador
2024

SIBI/UFBA/ Instituto de Ciência da Informação

Santana, Natali Santos de.
S232 As perspectivas socioculturais em ambientes informacionais: a
intersecção entre cultura e informação / Natali Santos
de Santana. Salvador – BA, 2024.
103 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Medeiros de Sousa.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciência
da Informação) Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da
Informação, 2024.

1. Mediação da informação. 2. Mediação cultural. 3. Ação cultural. 4.
Informação. 5. Cultura. 6. Teoria Crítica. I. Sousa, Ana Claudia Medeiros de. II.
Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. III. Título.

CDU 025.5- 23. ed.

NATALI SANTOS DE SANTANA

AS PERSPECTIVAS SOCIOCULTURAIS EM AMBIENTES INFORMACIONAIS: A
INTERSECÇÃO ENTRE CULTURA E INFORMAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção de grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 16 / 12 / 21

Banca Examinadora

Ana Cláudia Medeiros de Sousa

Prof^a. Dra. Ana Cláudia Medeiros de Sousa - Orientadora - UFBA

Maira Salles de Souza

Prof^a. Dra. Maira Salles de Souza – Membro Externo Titular - UFBA

[Assinatura]

Prof^a. Dra. Henriette Ferreira Gomes - Membro Interno Titular – UFBA

A Maria Darcy Santos e Leonel Moreira Santos
(*In memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação significou a superação de desafios que não poderiam ser vencidos sem o apoio e a orientação de diversas pessoas e instituições. Agradeço à Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC).

Agradeço à professora Dra. Ana Claudia Medeiros de Sousa, por sua valiosa, dedicada e sensível orientação. Às professoras Dra. Henriette Ferreira Gomes e Dra. Maíra Salles de Souza, que aceitaram compor a banca avaliadora desta pesquisa e, com muito cuidado e acolhimento, deram importantes contribuições para melhorá-la desde o projeto de qualificação. Agradeço também aos professores Dra. Carolina de Souza Santana e Dr. José Carlos Sales dos Santos, que gentilmente se dispuseram a integrar a banca na qualidade de membros suplentes.

Às bibliotecárias Ana Miriã Moreira Santos e Sônia Chagas Vieira, da Faculdade de Educação (FACED/UFBA), pelo atendimento, sugestões de leituras e contribuições com a revisão das referências bibliográficas.

A todos os meus familiares, especialmente Maria Angélica Moreira Santos, Ana Miriã Moreira Santos, Ana Lúcia Santos, Perla de Jesus Miranda e ao meu companheiro, Leonardo Alberto Reis Monteiro, por todo incentivo, carinho e compreensão.

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre as intersecções entre cultura e informação e as possibilidades teóricas acerca desses dois fenômenos a fim de explorar em qual medida as práticas socioculturais estão imbricadas ao contexto da informação, utilizando-se do aporte teórico e da produção científica em Ciência da Informação e áreas correlatas. Para tanto, foi traçado como objetivo geral evidenciar as concepções teóricas acerca da intersecção cultura e informação na produção científica da Ciência da Informação e verificar como tem sido o alcance dessas teorias socioculturais em ambientes informacionais a partir da literatura da área. Especificamente buscou-se apresentar as abordagens teóricas sobre o conceito de cultura e de informação, e vincular as teorias socioculturais ao campo da Ciência da Informação; analisar as noções de ação cultural, mediação cultural, fabricação e animação cultural presentes nas produções científicas analisadas; identificar as perspectivas teóricas alcançadas nas práticas de mediadores culturais em ambientes informacionais explícitas nas referidas produções científicas. A pesquisa orienta-se a partir do método bibliográfico, com abordagem quali-quantitativa, nível descritivo e emprego da análise de conteúdo como procedimento para interpretação dos dados; com *corpus* de análise composto de 24 artigos científicos. Fundamenta-se por meio de revisão sistemática da bibliografia, utilizando-se do aporte teórico dos estudos socioculturais no âmbito das Ciências Sociais, sobretudo, nas teorias da Ciência da Informação sobre o conceito de informação, as noções de mediação da informação e mediação cultural, bem como da perspectiva filosófica da abordagem crítica. Os resultados indicam um alinhamento entre a Ciência da Informação e a Teoria Crítica, evidenciado nos aportes teóricos que fundamentam as reflexões e as práticas que visam processos de mediação e apropriação da informação, das ações de interferência e a valorização do protagonismo social dos sujeitos. A partir dos dados analisados pode-se inferir que as concepções acerca da mediação cultural e da mediação da informação discutidas no contexto da Ciência da Informação desafiam as estruturas de poder e questionam as desigualdades de acesso, apropriação e representação de diferentes grupos, com potencial emancipatório nas ações mediadoras conscientes. Contudo, foi possível constatar também que, apesar de ter sido identificado as teorias socioculturais na produção científica que compôs o *corpus* de análise deste estudo, muitas das ações mediadoras evidenciadas nessa produção apresentam indícios de que foram realizadas de maneira inconsciente. Portanto, conclui-se que existe um alinhamento das concepções teóricas da Ciência da Informação e as teorias socioculturais, e que a atuação consciente de mediadores é condição *sine qua non* para o alcance dessas teorias em ambientes informacionais.

Palavras-chave: Mediação da informação; mediação cultural; ação cultural; informação; cultura; Teoria Crítica.

ABSTRACT

This research deals with the intersections between culture and information and the theoretical possibilities regarding these two phenomena in order to explore the extent to which sociocultural practices are intertwined with the context of information, using the theoretical contribution and scientific production in Information Science and related areas. To this end, the general objective was to highlight the theoretical conceptions about the intersection of culture and information in the scientific production of Information Science and to verify how these sociocultural theories have been reached in informational environments based on the literature in the area. Specifically, the aim was to present the theoretical approaches on the concept of culture and information, and to link sociocultural theories to the field of Information Science; to analyze the notions of cultural action, cultural mediation, cultural fabrication and animation present in the scientific productions analyzed; to identify the theoretical perspectives achieved in the practices of cultural mediators in informational environments explicit in the aforementioned scientific productions. The research is guided by the bibliographic method, with a qualitative-quantitative approach, descriptive level and use of content analysis as a procedure for data interpretation; with a *corpus* of analysis composed of 24 scientific articles. It is based on a systematic review of the bibliography, using the theoretical contribution of sociocultural studies in the scope of Social Sciences, especially in the theories of Information Science on the concept of information, the notions of information mediation and cultural mediation, as well as the philosophical perspective of the critical approach. The results indicate an alignment between Information Science and Critical Theory, evidenced in the theoretical contributions that underlie the reflections and practices that aim at processes of mediation and appropriation of information, interference actions and the valorization of the social protagonism of the subjects. From the data analyzed, it can be inferred that the conceptions about cultural mediation and information mediation discussed in the context of Information Science challenge power structures and question inequalities in access, appropriation, and representation of different groups, with emancipatory potential in conscious mediating actions. However, it was also possible to verify that, despite the identification of sociocultural theories in the scientific production that composed the *corpus* of analysis of this study, many of the mediating actions evidenced in this production show signs of having been carried out unconsciously. Therefore, it is concluded that there is an alignment of the theoretical conceptions of Information Science and sociocultural theories, and that the conscious action of mediators is a *sine qua non* condition for the achievement of these theories in informational environments.

Keywords: Information mediation; cultural mediation; cultural action; information; culture; Critical Theory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema da vinculação da ação cultural à Ciência da Informação	47
Quadro 1 - Perspectivas conceituais de ação cultural, fabricação e animação cultural	34
Quadro 2 - Dispositivos informacionais e culturais citados nas produções científicas	75
Quadro 3 - Ambientes informacionais e culturais citados nas produções científicas	76
Quadro 4 - Tipos de atividades citadas nas produções científicas	79
Quadro 5 - Tipos de mediações citadas nas produções científicas	84

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CULTURA E INFORMAÇÃO	16
2.1	PERSPECTIVAS SOBRE CULTURA	16
2.2	PERSPECTIVAS SOBRE A INFORMAÇÃO	23
2.3	A INTERSECÇÃO ENTRE CULTURA E INFORMAÇÃO	29
3	AÇÃO CULTURAL, FABRICAÇÃO CULTURAL E ANIMAÇÃO CULTURAL	33
4	A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A MEDIAÇÃO CULTURAL	47
5	METODOLOGIA	58
6	AS PERSPECTIVAS SOCIOCULTURAIS EM AMBIENTES INFORMACIONAIS: UMA LEITURA A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA	67
6.1	VINCULAÇÃO DAS TEORIAS SOCIOCULTURAIS AO CAMPO DE ESTUDO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	72
6.2	AS NOÇÕES DE AÇÃO CULTURAL, MEDIAÇÃO CULTURAL, FABRICAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL PRESENTES NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS	76
6.3	AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS ALCANÇADAS NAS PRÁTICAS DE MEDIADORES CULTURAIS EM AMBIENTES INFORMACIONAIS EXPLÍCITAS NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS	78
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICES	97
	APÊNDICE A – Modelo de ficha de análise dos artigos científicos (relatos de experiência).	98
	APÊNDICE B – Quadro com as referências das fichas analisadas a partir dos termos de busca <i>ação cultural</i> e <i>mediação cultural</i> com recorte temporal entre 2019 e 2023.	99
	APÊNDICE C – Quadro com categorias analíticas para a interpretação dos relatos de experiência.	102

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa concentra seu interesse nas discussões sobre a intersecção cultura e informação. Examina as possibilidades teóricas acerca da correspondência cultura e informação a fim de alcançar a compreensão e quais são os alcances das teorias socioculturais em ambientes informacionais. A intenção é explorar em qual medida as práticas socioculturais estão imbricadas ao contexto da informação e entender as implicações das perspectivas culturais na atribuição do agente mediador a partir da análise da produção científica em Ciência da Informação.

Observa-se que a pesquisa perpassa campos de conhecimento distintos, como as análises sobre cultura desenvolvidas pela antropologia nas Ciências Sociais, as abordagens em torno do conceito de informação e da mediação promovidas pela Ciência da Informação, bem como os conceitos de ação cultural, fabricação e animação cultural.

Cultura e informação são expressões polissêmicas, ou seja, podem ser definidas de múltiplos modos de acordo com o tratamento dado por cada área específica de conhecimento. Flusser (1983) afirma que a noção de cultura possui uma imprecisão de sentido, sendo concebida como o conjunto de conhecimentos produzidos pelo homem e práticas artísticas ou como meio de dar sentido à existência humana. Em outras palavras, a cultura foi compreendida como os valores, costumes, pensamentos e repertório intelectual de um determinado grupo social.

A cultura e a informação têm origem na própria história da humanidade desde a pré-história, a invenção da escrita, o desenvolvimento da linguagem e da comunicação, passando pelas mudanças técnicas e científicas do período industrial até o marco da tecnologia. Mas é a partir do século XX que florescem as concepções de informação como propriedade simbólica carregada de representação, como objeto material transferível ou como atributo quantificável constituído de mensagem. Consolida-se o domínio da Ciência da Informação como campo científico próprio das teorias sobre a informação, sendo uma das primeiras abordagens nomeada a partir da Teoria Matemática da Comunicação, que resultaria na formulação dos níveis constitutivos da informação, sendo a dimensão física da informação enfatizada por Shannon e Weaver. Posteriormente, apoiada na teoria do conhecimento objetivo de Karl Popper se desenvolve a abordagem cognitiva, que procurava concentrar esforços na compreensão do modo como os sujeitos processam e utilizam a informação. O terceiro modelo postulado diz

respeito ao paradigma social, a informação é concebida inseparável do contexto de interações sociais, culturais e políticas, destaca-se como elemento construído no centro das relações sociais e não apenas como propriedade tangível, mas também como fenômeno imaterial e simbólico capaz de criar significação, representação e dar sentido ao mundo. A formulação da epistemologia social de Jesse Shera orienta a Ciência da Informação como uma disciplina social diretamente relacionada aos contextos sociais e culturais, onde a informação é compreendida como fato cultural e não puramente “físico” ou técnico.

As análises sobre a importância das teorias socioculturais nos estudos em informação acontecem com maior profundidade com os debates contemporâneos acerca das novas interpretações dos espaços informacionais, principalmente com o desenvolvimento das sociedades pós-industriais e a ressignificação da atuação de agentes mediadores, das ações realizadas no âmbito dos ambientes informacionais e das nuances que constituem as identidades culturais dos usuários.

A noção de mediação cultural manifesta-se na década 1960, mas floresce a partir de 1980 e 1990 conjuntamente aos processos de democratização da arte e da cultura na Europa. Já as discussões em torno da ação cultural alcançaram particular visibilidade nas décadas de 1970 e 1980, momento o qual os campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação construíram relevantes contribuições para as temáticas. A ação cultural foi basicamente esquecida nas décadas seguintes e os debates em torno da área perderam força, sobretudo nos anos de 1990 e 2000, cedendo espaço para temas como a informática e a gestão da informação e do conhecimento (Almeida Júnior, 2017).

Com relação aos processos de democratização da arte e da cultura, a mediação cultural envolveu ações que visavam tornar acessíveis as atividades culturais em instituições como museus, galerias de arte, bibliotecas, teatros e outros espaços culturais. Associada ao reconhecimento das pluralidades culturais, ela é uma abordagem pedagógica de interferência, que não consegue reduzir-se a uma conceituação porque não se encontra restrita a técnicas, estratégias e práticas homogêneas. A ação, a animação e a fabricação cultural nascem como perspectivas oriundas da mediação cultural. De acordo com Cabral (1999), a formação e escolha diante da atuação cultural, isto é, a ênfase conceitual determinada pelo mediador cultural, acarreta diretamente na prática desenvolvida, assim, a formação crítica e a compreensão das diferentes abordagens socioculturais servirão para que o mesmo possa nortear a mediação.

O modo como Almeida Júnior (2015) compreendeu a mediação da informação encontra pontos de entrelaçamento com o próprio fazer do agente cultural. O autor concebeu a mediação da informação como uma ação de interferência realizada por um profissional da informação, que têm como fim subsidiar processos de apropriação da informação e a satisfação momentânea de uma necessidade informacional, gerando novos conflitos e novas necessidades informacionais da comunidade usuária.

Autores como, Paulo Freire (1981), Victor Flusser (1983) e Teixeira Coelho (2001) defendem que as atividades culturais estejam ancoradas na ação cultural, este viés concebe o processo da cultura como dinâmico, vivo e emancipador, onde os sujeitos envolvidos nas práticas são inseridos como produtores de conhecimento e não como meros receptores passivos. Porém, é importante salientar que embora Flusser (1983) defenda a ação cultural, os conceitos de ação e animação são problemáticos na elaboração teórica do autor que por vezes utiliza ambas as definições de modo indiscriminado.

Como observa-se com a exposição, configura-se como aspiração primeira desta pesquisa investigar as abordagens sociais e filosóficas sobre o conceito de cultura por acreditar que parte da competência do agente mediador corresponde à apropriação destas teorias, pois o entendimento das concepções o torna qualificado no momento da aplicação das práticas culturais. Em seguida, procura-se alcançar o entendimento sobre os possíveis alcances das abordagens socioculturais no papel do mediador cultural e nas aplicações em ambientes informacionais.

A análise procura relacionar a atuação dos profissionais responsáveis por atividades que visam e subsidiam a apropriação da informação e da cultura ao campo de ação cultural, busca também compreender a função da cultura nos ambientes informacionais, quais os seus limites e fronteiras. E de forma subsequente, examina-se as definições de animação cultural e fabricação cultural como perspectivas política e educativa menos eficientes na formação de sujeitos e na elaboração de práticas culturais, salvo quando representam processos complementares à ação cultural. Explora-se a seguinte proposição: para que o mediador cultural esteja apto na escolha da abordagem à qual corresponda adequadamente as ações que desenvolverá nos ambientes informacionais, ele precisa compreender a construção histórico-social e abordagens acerca da cultura. Assim, imbuído dos conhecimentos necessários para conduzir os projetos, o mediador examina as etapas planejadas e o resultado esperado com a atividade cultural, quando em vista da transformação da realidade social, o mesmo saberá

que potencialmente a ação cultural será o caminho mais convergente social e politicamente, pois garantem aos sujeitos “[...] condições para construir o seu próprio discurso” (Delfino; Izoton; Valadares, 2015, p. 474).

Para argumentar em favor das práticas culturais nos ambientes informacionais e da atribuição dos profissionais da informação como mediadores culturais, é necessário compreender objetivamente em qual medida o âmbito cultural se funde ao campo informacional. Marteleto (2007, p. 14) afirma “[...] o caráter social do fenômeno da informação e sua manifestação no terreno da cultura”, a autora percebe a discussão como multireferencial porque segundo a mesma o debate engloba campos diversos, reunidos com o intuito de refletir de maneira mais integrada e constituindo uma visão mais alargada sobre o caráter social do fenômeno da informação e sua repercussão nas teorias culturais.

A partir das reflexões suscitadas, definiu-se a seguinte pergunta de partida: Como os pesquisadores da Ciência da Informação compreendem as possibilidades teóricas acerca da intersecção cultura e informação e quais são os alcances das teorias socioculturais em ambientes informacionais?

Para responder essa questão, o objetivo geral consistiu em evidenciar as concepções teóricas acerca da intersecção cultura e informação na produção científica da Ciência da Informação e verificar como tem sido o alcance dessas teorias socioculturais em ambientes informacionais a partir da literatura da área. Os objetivos específicos pretendidos nesta pesquisa foram: apresentar as abordagens teóricas sobre o conceito de cultura e de informação, e vincular as teorias socioculturais ao campo da Ciência da Informação; analisar as noções de ação cultural, mediação cultural, fabricação e animação cultural presentes nas produções científicas examinadas; identificar as perspectivas teóricas alcançadas nas práticas de mediadores culturais em ambientes informacionais explícitas nas referidas produções científicas.

No que tange a justificativa científica e social, esta pesquisa buscou ampliar o escopo dos estudos da ação cultural ao investigar as possibilidades teóricas construídas acerca do conceito de cultura e associar campos de estudos socioculturais ao contexto dos debates em informação. Espera-se que esta pesquisa contribua para a formação dos profissionais da informação através da reflexão proposta, o esforço consiste em suscitar que os mesmos visualizem o campo como frutífero para mudanças sociais, para a promoção da igualdade, para o desenvolvimento de consciência crítica dos próprios profissionais, da comunidade

usuária envolvida com as ações mediadoras, bem como impulsionar os ambientes informacionais enquanto locais de cultura e propícios para as práticas de ação cultural.

Quanto ao delineamento metodológico a pesquisa se configura como descritiva, com o uso do método bibliográfico para o levantamento dos dados. A análise e interpretação dos dados está pautada na abordagem quali-quantitativa, com a adoção da técnica de análise de conteúdo.

Vale destacar que o interesse pela problemática da pesquisa surgiu durante o período de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Filosofia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2018. Na qualidade de estudante de Filosofia, foi proposto o estudo no âmbito da Filosofia da Educação, investigando os modos pelos quais os sujeitos podem desenvolver potencialidades por meio de processos criativos e emancipatórios. A base filosófica escolhida para embasar esta pesquisa foi a *Teoria Crítica*, explorando o conceito de emancipação concebido pelo filósofo Theodor W. Adorno (1995), expoente da *Escola de Frankfurt*. Posteriormente, ao ingressar no curso de Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação na mesma instituição, no ano de 2019, com a inscrição na disciplina optativa de Ação Cultural, observou-se a relevância da mediação cultural e da ação cultural como abordagens socioculturais imbuídas de caráter emancipador e a correspondência dos conceitos com a perspectiva da *Teoria Crítica*.

Ao pretender a defesa do caráter sociocultural da informação e requerer os espaços de informação como instituições potencialmente propícias para a ação cultural, procurou-se aproximar a pesquisa das abordagens contemporâneas. Os ambientes informacionais outrora entendidos como locais de armazenagem e depósito de itens documentais ou acervos físicos organizados, resultado do registro intelectual e cultural de um grupo, convertem-se na contemporaneidade em dispositivos de integração com a sociedade, são instâncias oportunas para o enfrentamento das desigualdades sociais, para a promoção de condições mais democráticas, igualitárias e favorável ao diálogo com a sociedade.

As seções desta dissertação dividem o referencial bibliográfico em fundamentação teórica, filosófica e metodológica. Na segunda seção são apresentadas perspectivas sobre cultura e informação, seguida de algumas intersecções entre esses fenômenos. A terceira seção discute três dimensões e modos de atuação envolvendo o campo da cultura, a saber: a animação, a fabricação e a ação cultural. A quarta seção contextualiza o conceito de mediação, apresentando a origem do termo e a consolidação da Mediação da Informação e

Mediação Cultural na Ciência da Informação. Segue-se a quinta seção, com a apresentação da metodologia. A sexta seção explora como a perspectiva crítica corrobora para alcançar a categoria de emancipação das ações mediadoras conscientes. Para concluir, as considerações finais contemplam uma reflexão sobre os resultados alcançados e as limitações observadas, a análise crítica do processo investigativo, bem como as possíveis orientações para futuros encaminhamentos de pesquisa.

2 CULTURA E INFORMAÇÃO

Nesta parte da pesquisa são abordadas perspectivas sobre *cultura* com o viés etimológico do termo cultura e a sua construção histórico-social; perspectivas sobre *informação*, discussão que engloba as compreensões acerca desse fenômeno; e as *intersecções entre Cultura e Informação*, que explora as noções enquanto fenômenos interligados por natureza, investigando os desdobramentos dos aspectos socioculturais no campo da informação.

Rosa (2013) afirma em sua pesquisa que as temáticas socioculturais predominaram no âmbito nacional no campo da Ciência da Informação durante a década de 1980, e os debates sobre a relevância das teorias socioculturais ressurgem de maneira cada vez mais acentuada nos dias atuais, impulsionados pela necessidade de redefinir os espaços informacionais e reconsiderar o papel da cultura nas sociedades, abarcando diversos contextos. As expressões “informação” e “cultura” são polissêmicas visto que possuem uma diversidade de sentidos e interpretações em relação a diferentes áreas de conhecimento, cada campo ou disciplina leva em consideração seus interesses e objetos de pesquisa quando discutem sobre os termos. As definições são complexas e de longa construção histórica e epistemológica. Segundo Marteleto (1995, p. 2) “[...] cultura e informação são assim conceitos/fenômenos interligados pela sua própria natureza”. Tanto a conceitualização sobre cultura quanto a de informação carregam intrinsecamente dimensões materiais e simbólicas, por um lado traduzem os aspectos objetivos de um povo, mas também estão relacionadas a memória e a história dos mesmos, isto é, correspondem à elementos imateriais. Para melhor compreender as concepções teóricas acerca da intersecção cultura e informação, iniciaremos pelas reflexões que abordam o termo cultura.

2.1 PERSPECTIVAS SOBRE CULTURA

Segundo a filósofa Marilena Chauí (2008), no ocidente a origem do termo cultura remonta ao vocábulo latino *colere*, que designava o cultivo ou lavoura. Esta concepção era comumente ligada a ação de cuidado para o desenvolvimento da terra, isto é, o cuidar necessário para a realização do plantio, ato de preparar o terreno agrícola para usufruto dos recursos naturais. O sentido da expressão atravessa transformações históricas até a transição

mais significativa que ocorreu por volta dos séculos XVI ao XVIII, sobretudo com o movimento iluminista e as colonizações europeias, período o qual a noção de cultura passou da indicação de cultivo para o sinônimo de civilização (Eagleton, 2000).

Inicialmente a cultura expressava-se na relação do humano com a natureza, caracterizada pela conformidade entre o crescimento natural daquilo que é cultivado e aquele quem cultiva. Posteriormente, afasta-se dessa correspondência entre o sujeito e a natureza para fixar-se apenas no sujeito. Nesse sentido, a ideia de cultura apontava para o conjunto de aspectos relativos à vida intelectual, a aquisição de conhecimento de um indivíduo, elevação espiritual, que na concepção iluminista compreendia o estágio de alargamento científico, tecnológico, artístico, econômico e até mesmo moral, ético e religioso.

Conforme Chauí (2008), o entendimento da cultura no Iluminismo se constitui como o mecanismo para medir o grau de civilização de uma sociedade, ou seja, quanto mais cultura se adquiria maior o nível de “progresso” e “evolução”. Assim, surge o conceito de cultura como os valores, costumes, pensamentos e repertório intelectual de um determinado grupo social. No século XIX o conceito iluminista de cultura renasce associado ao âmbito das ciências humanas e sociais (Cuche, 1999), especialmente com o aparecimento da área de Antropologia no final do século XIX (Thompson, 2011). A Europa torna-se o padrão de mensuração a partir de elementos constitutivos do ocidente capitalista, como as noções de Estado, mercado e escrita. Como expõe Chauí (2008), as sociedades que diferentemente do modelo capitalista europeu não construía seus sistemas de trocas, comunicação e poder baseadas nos elementos supracitados foram designadas como culturas “primitivas”, isto é, foram consideradas como sem cultura ou possuidoras de uma cultura inferior em relação ao modelo vigente e imposto.

Conforme Laraia (2001) e Thompson (2011), a noção de cultura foi concebida pelos antropólogos como oposta a ideia de natureza, uma vez que a natureza envolve questões biológicas e inatas constitutivas da condição humana, como por exemplo as características genéticas. Trata-se de algo criado ou causado através do mundo natural sem intervenção humana. A vida social compreende não somente fenômenos naturais, mas engloba as mais diversas experiências e vivências que moldam os sujeitos. Segundo Laraia (2001), o conceito de cultura como concebido atualmente foi difundido pelo antropólogo britânico Edward Burnett Tylor, que reuniria no vocábulo inglês *culture* “[...] todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em

oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos” (Laraia, 2001, p. 14).

Edward Tylor também contribuiu para o desenvolvimento do conceito de cultura ao incorporar duas perspectivas para o termo, atribui uma concepção descritiva acerca do fenômeno e outra simbólica. A concepção descritiva compreende as práticas, crenças, costumes, as manifestações tangíveis e intangíveis que representam os elementos concretos da cultura, são exemplos a linguagem, a arte, a religião. Já na dimensão simbólica a cultura configura-se como o sistema de símbolos capazes de constituir e modificar o modo como os sujeitos percebem o mundo (Thompson, 2011).

A construção histórica da aceção de cultura é complexa e denota múltiplas interpretações. Laraia (2001) explica na sua obra *Cultura: um conceito antropológico* que os primeiros estudiosos interessados no exame aprofundado sobre a origem e o desenvolvimento do conceito remontam às escolas evolucionistas a partir da metade do século XIX, com estudiosos como o supracitado Edward Burnett Tylor, e outros nomes como Leslie White, Marshall Sahlins. Além disso, a perspectiva concebida pelo antropólogo Franz Boas é comumente referenciada, intitulada como particularismo histórico ou culturalismo. Outros pensadores são citados quando tratamos do surgimento do termo, como é o caso de Bronisław Kasper Malinowski e Claude Lévi-Strauss.

Santos (2006) e Chauí (2008) concordam quanto ao sentido etimológico do vocábulo *cultura* originar-se do latim, oriundo do verbo *colere*. Ambos explicam que com o decorrer do tempo o sentido da palavra foi modificado até ganhar novas interpretações, assim, o verbo passou a designar a ação de cultivar algo ou alguma coisa, como no caso das expressões: cultivar saberes, cultivar costumes. A preocupação com a diversidade de comportamentos, práticas e modos de vida entre os povos já era objeto de discussão e estudo desde os períodos antigos, ainda que o conceito de cultura não tivesse sido sistematicamente formulado.

Ainda segundo Santos (2006), estudiosos antigos demonstravam interesse na compreensão acerca das diferentes formas de organização de grupos sociais. Laraia (2001) menciona o exemplo do historiador grego Heródoto (484-424 a. C), este buscou descrever o sistema social dos habitantes da Lídia, região situada na antiga Ásia Menor, e diferenciou o costume matrilinear em relação a sua sociedade patrilinear. Por outro lado, existia na antiguidade a concepção de bárbaro, isto é, os hábitos e comportamentos percebidos por indivíduos fora de um determinado grupo social eram entendidos como modos grosseiros e

estranhos, os gregos, por exemplo, distinguem sua cultura, valores e língua como modelo para os outros povos. Para além das distinções de hábitos e costumes, as diferenças biológicas e a influência dos espaços geográficos frente às mudanças de comportamentos foram alvo de exames, e por vezes, fundamentaram argumentos para justificar a diversidade cultural entre os povos. Para Laraia (2001), embora seja possível tratar sobre o determinismo biológico ou geográfico, a condição humana não é completamente subordinada a sua herança genética, características de ordem da natureza ou ambientes, o âmbito da cultura interfere e modifica decisivamente o modo de organização da vida social, como o próprio autor dirá:

Para se manter vivo, independentemente do sistema cultural ao qual pertença, ele tem que satisfazer um número determinado de funções vitais, como a alimentação, o sono, a respiração, a atividade sexual, etc. Mas, embora estas funções sejam comuns a toda a humanidade, a maneira de satisfazê-las varia de uma cultura para outra [...] Os seus comportamentos não são biologicamente determinados. A sua herança genética nada tem a ver com as suas ações e pensamentos, pois todos os seus atos dependem inteiramente de um processo de aprendizado (Kroeber *apud* Laraia, 2011, p. 20-21).

Recuperando o pensamento de Chauí (2008), no contexto do movimento iluminista, a ciência e a técnica influenciam diretamente a ideia de cultura. Verifica-se a partir do Iluminismo, também nomeado como Ilustração ou Esclarecimento, isto é, termos que traduzem o marco histórico e/ou conceito filosófico, a concepção da cultura como aparato de hegemonia da classe dominante. Como mencionado anteriormente, o conceito equipara-se ao significado de “civilizado”, ou seja, de acordo com essa visão possuir cultura é o resultado do acúmulo de saberes e erudição, contrapõe-se à ideia de estado natural do homem, isto é, o irracional ou selvagem. Nesse ponto, observa-se a retomada da concepção difundida na Antiguidade, sobretudo entre os gregos, da representação do bárbaro, o estranho aos costumes vigentes.

Outra abordagem acerca do conceito de cultura foi elaborada pela corrente filosófica denominada como *Teoria Crítica*, principalmente com os filósofos Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, entre outros, também integrantes da *Escola de Frankfurt*. O nome de círculo frankfurtiano deu-se a corrente filosófica e ao movimento intelectual fundado a partir do ano de 1923 (Matos, 1993), esse grupo de pensadores reuniram-se no Instituto para Pesquisa Social no ano de 1924, em Frankfurt - Alemanha, para empreender uma crítica social radical ao seu tempo.

Oriundos de campos de conhecimento distintos, entre seus representantes estavam filósofos, sociólogos, psicanalistas, historiadores, economistas. Visavam compreender as estruturas da realidade em contraposição ao pensamento tradicional filosófico e científico da época, que possuía raízes na teoria de Descartes e no positivismo científico, abordagem nomeada pelos frankfurtianos como *Teoria Tradicional*. Os expoentes dessa tradição utilizam o termo cultura diferentemente da concepção adotada pelos antropólogos, que relacionam a noção com as práticas, os costumes e os modos de vida. Como mencionam Cucho (1999) e Ortiz (2016), a tradição burguesa alemã identifica o vocábulo cultura com a palavra *Kultur*, conjunto de práticas artísticas e intelectuais que englobam o patrimônio de uma nação.

A Teoria Crítica consolidou-se a partir de duas correspondências centrais, são elas: as análises sobre a dialética do desenvolvimento intelectual e da noção de racionalidade científica produzida pelos ideais do positivismo e das teorias iluministas; e o reconhecido esforço em propor uma releitura da teoria marxista. Conforme Olgária Matos (1993), três pensadores clássicos formam a base de fundamentação para os frankfurtianos: Immanuel Kant, Friedrich Hegel, Karl Marx. Em menção à Horkheimer, a autora afirma a divisão de duas fases principais para a Teoria Crítica, sendo a primeira referente a década de 1930 e a segunda aos anos de 1960 e 1970. De acordo com Nobre (2004a), identifica-se a formulação de modelos distintos no próprio campo da Teoria Crítica. O autor refere-se principalmente a dois modelos: um relativo à *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer (1985), e outro associado à *ação comunicativa* e à *razão dialógica* proposta por Jürgen Habermas (1981).

De acordo com a análise de Nobre (2004b) sobre as concepções de Horkheimer (1980), a categoria de crítica está embasada nas teorias de Karl Marx (1818-1833), embora isso não implique uma unanimidade quanto ao modo como os autores dessa tradição intelectual interpretam e se apropriaram dos diagnósticos da teoria marxista. A ‘constelação’ da teoria crítica, como denomina Nobre (2004b), abrange uma pluralidade de *modelos de crítica*. Desse modo, o autor delinea os principais requisitos no âmbito da categoria de crítica, estabelecendo como o primeiro componente “a orientação para a emancipação relativamente às relações de dominação vigentes [...]” (Nobre, 2004b, p. 52). O segundo fator reside em uma postura crítica em relação ao conhecimento gerado pelas condições de produção capitalista e à realidade social resultante desse contexto. Conforme Nobre (2004b), o esforço de Marx, que também compreenderia a intencionalidade dos autores que seguiram

a sua tradição, consistia na:

[...] superação da dominação capitalista e na realização da liberdade e da igualdade, que, sob o capitalismo, permanecem apenas aparentemente reais. Trata-se, portanto, para Marx, de destruir essa aparência por meio da efetiva realização da liberdade e igualdade. Nesse sentido, essa perspectiva de emancipação não é um “ideal”, meramente imaginado pelo teórico, mas uma *possibilidade real*, inscrita na própria lógica social do capitalismo. [...] Nesse sentido, a Teoria Crítica só se confirma na prática transformadora das relações sociais vigentes (Nobre, 2004b, p. 54).

Os frankfurtianos propõem uma extensa análise sobre o pensamento iluminista, emergente no século XVII, com ideais difundidos e consolidados no século XX. Apresentam também análises sobre as noções de *cultura de massas* e a *indústria cultural*, conceitos estes idealizados por Adorno e Horkheimer na obra *Dialética do esclarecimento* (1985). As visões referem-se ao processo de fabricação e distribuição da produção artística e intelectual no capitalismo. Nessa visão, a cultura passaria a designar-se enquanto mercadoria e os sujeitos consistiriam em consumidores, os elementos culturais seriam convertidos em produtos esvaziados de significado crítico, político ou emancipador. Nesse sentido, o âmbito cultural perderia seu caráter simbólico, imaterial, relativo à memória histórica, herança e legado, para ser transformado em objeto de consumo, imbuído de valor de uso e submetido ao sistema econômico.

Para Olgária Matos (1993), a *indústria cultural* revelada pelos dois autores desmantela a oposição entre a *cultura erudita* e a *cultura popular*, já que busca atender a todas as classes sociais. A uniformização e homogeneização técnica criada por ela é capaz de diluir a autenticidade e o potencial crítico inerente às manifestações artísticas e culturais promovendo a massificação cultural. A cultura incorporada a esse processo econômico pretende-se palatável ao maior número de espectadores ou leitores, a sua fórmula é imediatista e evita a complexidade, o seu *modus operandi* faz desaparecer qualquer vestígio de pensamento autônomo (Matos, 1993).

Em *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985) procuram refletir como a racionalidade propagada pelo iluminismo se apresentou como aparato instrumental para a dominação e alienação, argumentando que, ao invés de recurso para a emancipação e libertação dos sujeitos, essa racionalidade foi usada para fins de controle e exploração da natureza, bem como dos indivíduos. Nesse curso a dominação, o projeto iluminista impõe “[...] o esquema da calculabilidade do mundo [...]” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 6), isto

é, período em que a ciência priorizara a fórmula, a regra e a probabilidade estatística ganhando com isso um sentido utilitário onde o conhecimento é convertido em aplicabilidade e domínio sobre os recursos naturais e a sociedade.

Na esfera cultural o progresso técnico gera a formação de padrões uniformes nas produções dos bens simbólicos, eliminando a diferença e ditando quais devem ser as tendências predominantes tendo em vista as necessidades dos consumidores, o que se explica a aceitação sem resistência. Por sua vez, o sistema econômico a fim de atender as demandas do capitalismo, transforma a cultura em mercadoria. Anteriormente campos de criação, contemplação, apreciação e fruição, a arte e a cultura tornam-se exclusivamente esferas de lazer e entretenimento, sendo sua finalidade a diversão. As obras culturais, percebidas como representações da identidade de grupos sociais passam a caracterizar-se como produtos da indústria, concebido para a acumulação de capital.

Em suas investigações, Walter Benjamin (1987) observou como a arte e a cultura são destituídas de suas posições autônomas frente às relações econômicas e sociais no capitalismo, para ele a reprodução técnica e a distribuição massiva são os traços distintivos da sociedade industrial, que confere à obra artística e cultural o caráter de mercadoria. É importante destacar a diferenciação realizada pelo autor entre a reprodução da arte e reprodutibilidade técnica da arte, pois para Benjamin (1987) a primeira existiu desde os primórdios e já alterava o contato entre o público e a obra, já a segunda modifica decisivamente questões como a autenticidade, a singularidade, a genialidade, as relações de propriedade, os modos de recepção e a função social da arte. Nesse contexto, a obra comporta-se como se deixasse no mundo indícios da sua proveniência, da época a qual foi criada, refletindo narrativas e significados que podem ser reconstruídos através de uma interação com a sua singularidade. Isso pode ocorrer também com os dispositivos informacionais que materializam reflexões, acordos, laços sociais de seus produtores. Assim, a atribuição de sentido conferido tanto aos dispositivos de cultura quanto aos de informação deve ser pautada na criticidade. Na próxima subseção serão apresentadas reflexões sobre informação.

2.2 PERSPECTIVAS SOBRE A INFORMAÇÃO

A conceituação de informação, assim como a de cultura, é complexa e diversa. Para Dudziak (2003, p. 24) a informação pode ser compreendida como “[...] o conjunto de representações mentais codificada e socialmente contextualizadas que podem ser comunicadas, estando, portanto, indissociadas da comunicação”. Nessa concepção, a informação se manifesta no contexto comunicativo, em que o sujeito social utiliza seu sistema neural, sua cognição para decodificar e interpretar informações e esses processos subsidiam sua interação com o mundo.

Ao argumentar sobre a mediação e os meios de comunicação e informação, Almeida (2008) apresenta a conceituação teórica de Buckland (1991) sobre a informação, comentando a distinção entre “a informação como processo”, “informação como conhecimento” e “informação como coisa”. No primeiro caso, a informação está intimamente ligada a ideia de comunicação, aos processos cognitivos que ocorrem no intelecto do sujeito ao ser comunicado ou informado sobre algo; a segunda compreensão decorre da primeira, pois condiz com a apropriação da informação e a conversão em conhecimento adquirido pelo indivíduo; por fim, a última definição, designa o objeto em si, o produto ou item que terá a função de informar. Com essa síntese, Buckland (1991) proporcionou uma abordagem abrangente que incorporou diferentes facetas do conceito de informação no contexto da Ciência da Informação.

A informação possui uma dimensão objetiva que muito interessa a Ciência da Informação, pois esse elemento tangível será a matéria-prima da mesma. Conforme Araújo (2016, p. 9), visualiza-se o conceito relacionado com a capacidade humana de ação e “[...] de dar materialidade à subjetividade humana”. Como Marteleto (1995, p. 2) apresenta em seu artigo:

Informação diz respeito não apenas ao modo de relação dos sujeitos com a realidade, mas também aos artefatos criados pelas relações e práticas sociais. Fenômeno de complexa configuração ou previsão, seja ela entendida como processo ou produto, é sempre uma ‘probabilidade de sentido’.

Com base no exposto, a informação permeia/fomenta as interações sociais e as funções exercidas pelos sujeitos, em um processo contínuo que resulta na produção de dispositivos informacionais, por isso a informação é entendida como processo e produto.

Ainda de acordo com Marteleto (2007), a escassa literatura científica sobre a

correspondência entre as esferas da informação e cultura já é um dado problemático, pois mesmo carente de pesquisas, os estudos reconhecem a importância do papel sociocultural da informação para alcançar condições mais igualitárias. Ainda de acordo com a autora, há uma evidente constatação de inconsistentes investimentos e fomentos em pesquisas, carência de metodologias, elaboração de projetos, publicações acadêmicas e políticas públicas no âmbito dos estudos que relacionam a informação enquanto elemento de cultura e as unidades de informação enquanto espaços para as práticas de ação cultural.

Entretanto, essas abordagens encontram-se em crescente foco, sobretudo, com a necessidade de repensar a Ciência da Informação e suas subáreas, pois de acordo com Araújo (2016), os chamados modelos de estudos convencionais receberam críticas, como a perspectiva fisicista, que a partir do início dos anos 1990 foi advertida quanto ao seu caráter positivista. Com isso, surgiram novas linhas e demandas, principalmente com a exigência de se estabelecer de modo mais significativo o caráter coletivo da informação. Como sustentado por Capurro e Hjørland (2007, p. 150), a Ciência da Informação “[...] tem-se voltado para os fenômenos de relevância e interpretação como aspectos básicos do conceito de informação”.

Jaime Robredo (2003) explora as distintas perspectivas acerca da interpretação do termo "informação", destacando a complexidade de se alcançar um consenso sobre sua definição. No primeiro capítulo de sua obra *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*, que aborda diversas definições do termo, as primeiras concepções identificadas associam as noções de informação e dado. Essas noções sugerem que a informação consiste na mensagem ou ideia manifesta em um documento, enquanto o dado representa a informação após passar por processos de tratamento, resultando nos sistemas de informação. A obra apresenta o conceito de informação como uma propriedade simbólica repleta de representação, seja como objeto material transferível ou como atributo quantificável composto por mensagem. Robredo (2003) destaca, assim, a diversidade de entendimentos em torno do termo "informação" e a sua natureza multifacetada.

A Ciência da Informação, campo científico direcionado aos estudos sobre o fenômeno da informação, suas propriedades, fundamentos e processos, possui um de seus marcos na fundação do *Instituto Internacional de Bibliografia* em 1895, concebida por Paul Otlet e Henri de La Fontaine, duas figuras cruciais para o florescimento desse campo. Em colaboração, criam o *Sistema de Classificação Universal* (CDU), sistema de classificação utilizado em bibliotecas e centros de documentação até os dias atuais. O nome de Vannevar

Bush também é frequentemente citado como influenciador da Ciência da Informação, tendo identificado a questão do crescimento exponencial das informações e dos itens documentais nas áreas de tecnologia e ciência (Saracevic, 1996).

De acordo com Capurro e Hjørland (2007), o termo “informação” era empregado no inglês cotidiano para denotar o conhecimento comunicado. A palavra tem raízes etimológicas no latim *informatio* e *informo*, entendida em dois aspectos principais: um tangível (*corporaliter*) e outro intangível (*incorporaliter*). Embora o prefixo *in* expresse o sentido de negação, no contexto do termo designa “[...] o ato de dar forma a alguma coisa [...]” (Capurro e Hjørland, 2007, p. 156). Em uma perspectiva histórica e filosófica, os autores, em diálogo com a teoria de Carl-Friedrich von Weizsäcker, destacam as raízes latinas e as origens no grego antigo. O conceito encontraria seu passado nas concepções de filósofos como Platão e Aristóteles, os quais a associavam à noção de forma ou estrutura. Entretanto, desde a década de 1970, as perspectivas sobre a informação na Filosofia da Ciência têm concentrado seus interesses principalmente nas ciências físicas, biológicas e na linguística. A etapa seguinte a esse desenvolvimento envolveu a re colocação da temática informacional em um contexto cultural. Os autores salientam a complexidade inerente ao conceito de informação, principalmente devido à dificuldade em alcançar uma unicidade de compreensão frente a sua aplicação em diferentes domínios de conhecimento. Essa dificuldade levou Capurro a desenvolver o trilema (Matheus, 2005), baseado nas três questões relativas à unificação do termo: univocidade, analogia e equivocidade.¹

A compreensão acerca do conceito de informação tem evoluído a partir dos modelos paradigmáticos, incluindo as abordagens física, cognitiva e social. A abordagem cognitiva da Ciência da Informação se desenvolveu influenciada pela teoria do conhecimento objetivo de Karl Popper, que procurava concentrar esforços na compreensão do modo como os sujeitos processam e utilizam a informação. Já a perspectiva social enfatizou a necessidade de

¹ Os conceitos de univocidade, analogia e equivocidade configuram-se como três principais desafios na concepção do termo informação, conforme discutido por Capurro e Hjørland (2007). A univocidade refere-se à dificuldade em designar um significado uniforme ao conceito de informação em diferentes áreas do conhecimento, o que pode resultar em um esvaziamento semântico da noção, comprometendo as especificidades de cada campo científico. Por sua vez, a analogia sugere similaridade para a interpretação da noção de informação a partir de contextos distintos. No entanto, essa perspectiva exige a identificação de um conceito primário subjacente, que sirva como fundamento para a construção de analogias consistentes. Por último, a equivocidade aponta para o risco de atribuir significados distintos ao conceito de informação, o que pode acarretar interpretações imprecisas ou enganos conceituais. Essas três noções, quando reunidas, compõem o nomeado trilema de Capurro (2003), que evidencia a natureza multifacetada, e, por conseguinte, a complexidade do conceito de informação.

visualizar o fenômeno no centro das organizações sociais, bem como a partir dos processos socioculturais (Capurro e Hjørland, 2007). Nesse sentido, a informação foi concebida inseparável do contexto de interações sociais, culturais e políticas, destacando-se como elemento construído no centro das relações sociais e não apenas como propriedade tangível, mas também como fenômeno imaterial e simbólico capaz de criar significação, representação e dar sentido ao mundo.

Para Jorge Santa Anna (2017), os debates sobre a informação surgem associados ao cenário do pós-guerra com a chamada explosão informacional, sobretudo, com o desenvolvimento dos sistemas computadorizados e mecanismos automatizados capazes de organizar e recuperar itens documentais. Neste período, as áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação se aproximam de dimensões mais técnicas e pragmáticas. Nas décadas de 1950 e 1960, predominou o conceito de informação relacionado à ideia de transmissão ou transporte da mensagem a ser comunicada. Conforme Capurro e Hjørland (2007), abordagem que prevalecera nas ciências naturais e que estaria relacionada com a perspectiva física do conceito de informação. Utilizou-se linguagens documentárias, algoritmos para recuperação da informação, treinamento de cientistas e pesquisadores, elaboração de bases de dados para assegurar a eficiência e a ausência dos ruídos no ato de comunicação, entendidos pelos processos de emissão, recepção, código, canal, mensagem e referente. Abordagem influenciada pela Teoria Matemática da Comunicação, de Claude Shannon e Warren Weaver, o modelo resultaria na formulação das dimensões constitutivas da informação, centrando-se no nível físico e priorizando os aspectos sintáticos da informação em detrimento das dimensões semânticas e pragmáticas (Araújo, 2016).

Silva (2017) apresenta um panorama das manifestações conceituais de informação na trajetória da Ciência da Informação, descrevendo a definição de Vannevar Bush, que em 1945 propôs pensar a noção como um “[...] fenômeno transmitido ao cérebro por meio de vibrações elétricas no canal do nervo óptico” (Silva, 2017, p. 224). O matemático Norbert Wiener colaborou com a Teoria da Informação e com a obra *Cybernética: ou controle e comunicação no animal e na máquina*. Ludwig von Bertalanffy influenciou a área através da sua Teoria Geral dos Sistemas, cooperando para os conceitos de redes e sistemas de informação (Queiroz; Moura, 2015).

De acordo com Saracevic (1996), o surgimento da Ciência da Informação foi marcado pelas revoluções científicas e técnicas após a Segunda Guerra Mundial. O campo divide suas

investigações em dois aspectos, os fenômenos básicos, que correspondem a informação, o conhecimento e suas estruturas, bem como os processos, que condizem à comunicação e o uso da informação (Saracevic, 2016). Ainda como destacado por Saracevic (1996), as percepções e interpretações relacionadas a esse domínio assumem novas formas ao longo das décadas. Por exemplo, nos anos 1970 a ênfase nos processos de comunicação humana foi reconhecida como o alicerce da área, já a década de 1980 marcou o ingresso significativo da administração no cenário da Ciência da Informação, uma conexão que surgiu da crescente necessidade de gerenciar efetivamente os recursos e processos informacionais nas organizações. Michael Buckland, na década de 1990, desempenhou um papel importante ao elaborar uma definição clássica sobre informação, solidificando-se como um marco no campo. Como citado acima, a sua contribuição incluiu a distinção entre "informação como processo", "informação como conhecimento" e "informação como coisa".

Em 1991, na Universidade de Tampere, Finlândia, foi realizada a primeira *Conferência Internacional sobre Concepções de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, marcando um esforço para buscar novas perspectivas no campo. Durante a conferência, Saracevic destacou diferenças fundamentais entre os domínios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Em julho de 1994, ocorreu a *Primeira Conferência sobre os Fundamentos da Ciência da Informação*. Nesse evento, foram abordados temas significativos, incluindo a natureza evasiva do conceito de informação, a informação como uma disciplina científica, a Ciência da Informação no contexto do sistema das ciências e a relação entre informação e vida. Saracevic enfatizou o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, estabelecendo conexões essenciais com suas dimensões sociais. Essas iniciativas e discussões refletem o esforço contínuo da comunidade acadêmica em aprimorar e definir os fundamentos dessa área em constante evolução.

Henriette Ferreira Gomes (2016) ressalta o caráter público e social da informação, aceção que a entende enquanto recurso produzido em contextos culturais, históricos e sociais específicos, emergente das relações de grupos, comunidades, sujeitos. Gomes (2019, p. 15) ao reiterar sua visão de informação como “[...] conhecimento em estado de compartilhamento [...]”, enfatiza esse fenômeno da seguinte maneira:

[...] elemento mobilizador da ação de comunicar, por permitir o acesso ao conhecimento (que se encontra em estado materializado), com potência impulsionadora de outras ações de comunicação, a partir das quais novas revisões e indagações podem emergir, potencializando a geração de novos

conhecimentos (Gomes, 2019, p. 15).

Essa concepção, de acordo com a autora, vincula-se ao caráter social da informação, em que a informação provém do ato comunicativo e subsidia o processo emancipador do sujeito que, ao ampliar e compartilhar seu repertório, e agir/reagir pautado nele, pode alcançar uma conduta protagonista no mundo. Nesse sentido, a informação emerge como entidade social dinâmica e compartilhada refletindo manifestações linguísticas e culturais.

Bernd Frohmann (2008) discute a correspondência entre os estudos da informação e as práticas sociais e públicas. Busca compreender o fenômeno como uma entidade social, material e pública, isto é, consistiria em um recurso que possibilita interpretar a realidade, fornecer enunciados, discursos, consequências e implicações para a sociedade, indivíduos ou grupos específicos. O autor considera a abordagem segundo o modelo mentalista insuficiente para argumentar em razão do caráter público da informação. Como o mesmo explicita, a perspectiva mentalista entende o conceito como um fenômeno abstrato, que envolveria um processo mental de construção de significado a partir de elementos percebidos pelos sujeitos, este nomeado como receptor. Nessa visão, a informação é processada, codificada, armazenada e recuperada pelo receptor através das estruturas mentais, sendo concebida em um sentido imaterial. Em contrapartida ao modelo mentalista ou cognitivo, o autor volta-se para a materialidade inerente à concepção de informação, defendendo seu aspecto público e social. Nesse contexto, ao refletir sobre a materialidade da informação, Frohmann (2008) enfatiza a sua condição enquanto construção social, transcendendo a ideia de um conjunto de processos abstratos.

Cada modelo mencionado até o momento pode ser considerado como um paradigma científico, conforme o conceito de Thomas Kuhn, apresentado por Rafael Capurro em seu texto intitulado como *Epistemologia e Ciência da Informação* (Capurro, 2003). Kuhn argumentou que o avanço científico não ocorre de forma linear e contínua, mas sim através de mudanças revolucionárias na compreensão de mundo elaborada pelos cientistas. O conceito reúne o conjunto de práticas, métodos e técnicas compartilhados pelos membros de uma comunidade científica. Quando surgem contradições ou anomalias não ajustadas ou explicadas dentro de um paradigma existente, os cientistas podem questionar suas suposições fundamentais, desencadeando uma crise na comunidade científica e eventual mudança de paradigma. A Ciência da Informação teve início com o paradigma físico, mas esse modelo foi profundamente questionado pela perspectiva cognitiva, que por sua vez, foi

substituída pela interpretação sociológica. Embora os modelos teóricos frequentemente sejam percebidos como excludentes e divergentes entre si, são empregados para analisar os fenômenos informacionais, e compartilham um problema comum: a busca pela compreensão acerca da informação, sua criação, organização, recuperação e disseminação pelos sujeitos em diferentes contextos.

Segundo Stuart Hall (1997, p. 5, grifo do autor), afirmar que a cultura ocupa um lugar de centralidade nas análises contemporâneas representa evidenciar “[...] a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, *mediando* tudo [...]”. As “forças culturais” impõem deslocamentos na vida social influenciando as mais diferentes áreas da vida, das experiências e percepções humanas, não apenas se espalha mas cria novos espaços e dispositivos. (Hall, 1997). Se constitui como elemento chave que afeta e transforma o nosso modo de pensar e agir no mundo. Na subseção que segue, evidencia-se entrelaçamentos dos conceitos de cultura e de informação no campo da Ciência da Informação.

2.3 A INTERSECÇÃO ENTRE CULTURA E INFORMAÇÃO

Carlos Alberto Ávila Araújo (2016) explora a intersecção entre Cultura e Informação, conectando as inter-relações dos conceitos com as teses de Peter Berger e Thomas Luckmann na obra *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Conforme Araújo (2016) compreende as ideias de Berger e Luckmann (1966), o ser humano ao contrário de outros animais, tem a capacidade de adaptar-se ao ambiente e às diferentes condições exteriores. Através de suas atividades, moldam, transformam e impactam os sistemas terrestres a fim de atender as suas necessidades. Na interação com o mundo, buscam estabelecer a ordem social e a estabilidade, que são resultados das ações humanas. Essa habilidade de *exteriorização* é definida como uma necessidade antropológica, com ela gera-se materialidade e novos elementos no mundo. Nesse cenário, a *exteriorização* consiste em um atributo inerentemente humano de produzir algo novo no mundo. Processo complementar é a *internalização*, no qual os sujeitos incorporam valores, normas, ideias e percepções construídas socialmente, expostos as diversas influências exteriores, internalizamos e integramos ao nosso repertório cognitivo e comportamental as criações coletivas (Araújo, 2016). Nesse sentido, os processos de *externalização* e *internalização*

propostos por Berger e Luckmann são condicionados aos “[...] atores, sentidos e contextos [...]” (Araújo, 2016, p. 11).

A cultura engloba essas duas dimensões mencionadas, *externalização* e *internalização*. Os fenômenos informacionais concebidos no contexto cultural caracterizam-se como os resultados das interações e ações humanas, os exemplos incluem os registros, os artefatos, os dispositivos. De outro modo, a condição humana também é responsável pela criação de significados, representações e contextos desses fenômenos. Como anuncia Araújo (2016), analisar o cenário informacional a partir dos estudos sobre a cultura reflete uma nova perspectiva para a Ciência da Informação porque:

[...] realoca a problemática informacional num outro patamar que não o do mero transporte de dados de uma mente a outra, nem o da simples transformação de ‘dados’, na mente dos indivíduos, em conhecimento, isto é, um estoque de coisas sabidas por um indivíduo (Araújo, 2016, p. 11).

A cultura retrata a memória, vista como um conjunto de elementos simbólicos e materiais, composta pelas narrativas que resistem através do tempo, conservadas de geração em geração. Os registros, artefatos e dispositivos são manifestações/expressões culturais porque emanam das representações imaginárias de grupos sociais. Em contextos históricos, toda prática social é também informacional (Marteletto, 1995). Como mencionado por Perrotti (2016, p. 9):

[...] tomada em sua perspectiva sociocultural, a informação apresenta facetas que contemplam, mas ultrapassam patamares meramente físicos ou técnicos”, já que ela apresenta incontornável e distintiva dimensão simbólica, forjada na cultura, por meio de signos que são constituídos e compartilhados em relações históricas e sociais.

De acordo com Marteletto (1994, p. 120) “[...] a cultura assume um caráter público, ou seja, de informação [...]”. Portanto, torna-se substancial entender o fenômeno informacional a partir de uma abordagem sócio-histórica, com o conceito de cultura como norteador. Cultura e informação não se dissociam porque ambas se reforçam mutuamente, a informação é o meio pelo qual os elementos culturais são comunicados, materializados e preservados, isso pode ocorrer através de diferentes dispositivos, como a linguagem, seja escrita ou oral, as manifestações artísticas, os artefatos, as instituições, entre outros.

O termo ‘intersecção’ possui diferentes sentidos dependendo do domínio empregado.

É comum a sua aplicação na Matemática, Geometria, Lógica, como também na Sociologia e Estudos de Gênero. Neste último caso, o vocábulo está relacionado à expressão ‘interseccionalidade’, que em termos gerais, refere-se à interação entre dois ou mais componentes sociais que representam os sujeitos, como as questões de gênero, raça, nacionalidade, entre outros fatores socioculturais que atravessam a formação e a identidade dos indivíduos. O conceito de intersecção corresponde a um conjunto de eventos que, simultaneamente, pertencem a dois ou mais conjuntos. É definido como uma operação onde um conjunto formado de elementos gera um novo conjunto de elementos, estabelecendo um ponto de entrecruzamento.

Esta pesquisa destaca a intersecção entre a cultura e a informação e, portanto, entre a mediação cultural e a mediação da informação, em um sentido dinâmico e não estático. Primeiro porque parte da premissa de que ambas, cultura e informação, são resultados da criação e interferência humana no mundo, segundo, porque a cultura traduz os modos de relação entre sujeitos, as suas práticas sociais e também dispositivos informacionais produzidos nessas relações e práticas. E, por fim, em relação ao componente da mediação, Henriette Ferreira Gomes (2010), a partir das reflexões de Orozco Gómez, argumenta que:

[...] a mediação é o espaço de onde se outorga o sentido da comunicação, que sempre se dá no interior de alguma cultura. Ademais, no mundo da cultura, são construídos os signos, a partir dos quais, a consciência emerge e se afirma como realidade. (Gomes, 2010, p. 87).

Nesse sentido, a cultura se concretiza através da informação, enquanto a informação fundamenta o desenvolvimento da cultura. Considerar o contexto sociocultural de constituição e geração da informação representa compreender que, dependendo de habilidades e processos históricos específicos, a apropriação do conhecimento pelos sujeitos pode envolver diferentes interpretações e sentidos, até para o mesmo indivíduo em momentos distintos, isso confere a informação uma dimensão cultural.

Como adequadamente observou Barreto (2005), a informação se sustenta por uma estrutura significativa porque carrega a intenção de conhecimento e de comunicação. Segundo o autor, a informação precisa de um contexto de referência acessível àquele que a recebe. Este estudo defende que a noção de cultura estabelece o cenário para o que o autor nomeou de ‘contexto de referência’, paralelamente, reconhece a informação como a base

sobre a qual a cultura é construída. Desse modo, uma atua sobre e com a outra, não apenas demonstrando convergências e confluências, mas um relacionamento interdependente indivisível.

Como mencionado, assumir a cultura como conceito substancial para a investigação dos fenômenos informacionais implica em ocupar-se com os significados, as representações, as identidades e os contextos concretos em que as ações e as práticas dos sujeitos se realizam (Araújo, 2016). Assim, examinar esses elementos por uma perspectiva meramente técnica ou apenas em seus aspectos físicos será uma posição questionada como insuficiente para explicar as dinâmicas informacionais. Joana Coeli Ribeiro Garcia (2007) esclarece a relação entre cultura e informação conforme estabelecida por Armando Malheiro da Silva (2006), ao abordar as interconexões presentes nessa dinâmica, ela justifica que:

[...] os objetos traduzem a cultura do homem e são, por sua vez, frutos do conhecimento, impregnados de informação, reveladores da existência do homem sobre a terra, patrimônio normalmente gerido por bibliotecários, arquivistas e museólogos [...] (Garcia, 2007, p. 121).

Nessa conjuntura, é possível inferir que há uma crescente tendência no âmbito da Ciência da Informação em reconhecer as manifestações culturais como componentes formadores nos domínios da informação, que os elementos constituintes de uma cultura subsidiam a produção e a apropriação da informação, e esta última fomenta a preservação e ressignificação de traços culturais. Com isso, ressalta-se a necessidade dos profissionais que atuam em bibliotecas, arquivos e museus reconhecerem a intersecção estabelecida entre cultura e informação. Portanto, com base na interpretação das abordagens de autores como Marteleto (1995), Capurro e Hjørland (2007), Gomes (2010), Araújo (2016), Perrotti (2016), compreende-se que os traços socioculturais destacam a informação como reflexo das relações de poder, estruturas sociais, ideológicas e os modos de funcionamento das sociedades.

3 AÇÃO CULTURAL, FABRICAÇÃO CULTURAL E ANIMAÇÃO CULTURAL

Para o estudo do conceito de ação cultural, fabricação e animação cultural, recorre-se aos principais autores que tratam das noções: Paulo Freire (1981), Victor Flusser (1983), José Teixeira Coelho Netto (2001), Luís Milanesi (1983, 2002, 2003), Almeida Júnior (2013), Newton Cunha (2015), entre outras referências descritas nesta investigação. Para discorrer sobre os conceitos de ação cultural, fabricação e animação cultural, inicialmente buscou-se apresentar concepções e diferenciações dessas práticas, conforme indica o quadro a seguir:

Quadro 1 - Perspectivas conceituais de ação cultural, fabricação e animação cultural

Práticas culturais	Perspectivas conceituais
Ação cultural	Representa um processo com início, mas que não possui um término determinado, e não segue etapas rígidas, pois não visa a um produto final predefinido ou um objeto específico como na fabricação. Portanto, envolve a criação de um processo em vez de um produto, ainda que este seja gerado de modo não deliberado. A intencionalidade se direciona para a emancipação, autonomia e protagonismo cultural. Abrange as dimensões da invenção, formulação e criação, com ênfase nas dinâmicas coletivas.
Animação cultural	As expressões culturais são promovidas através da experiência de contemplação e de recepção a fim de divertimento, lazer e entretenimento. A intencionalidade não se orienta para a abordagem crítica da realidade e/ou dos problemas sociais.
Fabricação cultural	Consiste em um processo com fases claramente delimitadas, com início e fim definidos. As obras culturais são submetidas e orientadas através das necessidades de consumo e apresentam-se como reflexos da dinâmica comercial. A intencionalidade não se orienta para a abordagem crítica da realidade e/ou dos problemas sociais.

Fonte: Elaborado pela autora (2024), baseado nas perspectivas de Teixeira Coelho (1997, 2001)

Com base no exposto no Quadro 1, é possível identificar que cada prática possui processos e objetivos próprios. Essas práticas culturais são de interesse de estudiosos de diferentes áreas, tais como: Educação, Comunicação, Sociologia, Ciência da Informação, entre outras; e suas concepções e propósitos irão variar de acordo com o contexto de reflexão e efetivação.

De acordo com José Teixeira Coelho Netto, a ação cultural surge primeiro como

campo de trabalho, ensino e pesquisa. Posteriormente, ela se desenvolve como um conjunto de conhecimentos e técnicas com objetivo de gerir o processo cultural, ou a ausência dele, visando propiciar uma distribuição mais equitativa no âmbito cultural (Teixeira Coelho, 2001). A crítica decorrente dessa abordagem destaca a preocupação em possibilitar aos sujeitos as condições necessárias para que possam se tornar criadores de suas próprias narrativas e identidades, em vez de concebê-los como meros espectadores ou consumidores dos bens materiais e imateriais produzidos em determinada sociedade. Nesse sentido, o ponto central discutido consiste na conscientização, participação ativa e protagonismo dos indivíduos na transformação de sua própria realidade social.

Newton Cunha (2015), jornalista e filósofo, aponta que o termo *ação sociocultural* pode ainda ser utilizado como sinônimo para o conceito de ação cultural, pois os vocábulos ‘cultura’ e ‘sociocultural’ abrangem em sentido amplo todo o conjunto das interações humanas. Segundo o autor, a perspectiva aparece no século XX, mesmo que seu contexto histórico tenha passagens anteriores, manifestadas nos séculos XVIII e XIX.

A ação cultural faz parte de um *projeto humanista de formação*, em acepção à educação grega, na qual aspirava-se ao desenvolvimento integral dos indivíduos (Cunha, 2015). A formação deveria conferir a excelência em todas as áreas da vida humana, sendo elas intelectual, estética, política, moral, espiritual e física. O cidadão a partir desse aperfeiçoamento era incentivado a participar das decisões políticas da cidade e exercitar as suas virtudes a fim de contribuir significativamente para a sociedade. Em seguida, em uma concepção mais próxima da atualidade, imediatamente após a fundação da *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO* -, os técnicos da agência especializada começaram a empregar o termo para designar as “[...] estratégias pedagógicas de mediação” (Cunha, 2015, p. 991). Os facilitadores das práticas atuavam como mediadores que impulsionavam as mudanças de estado, isto é, direcionavam os sujeitos “[...] ao enriquecimento intelectual, cognitivo, sensitivo (estético), associativo, social ou mesmo corporal” (Cunha, 2015, p. 1196). A ação cultural esteve comumente atrelada a educação popular e aos movimentos comunitários, buscava-se incorporar uma pedagogia de ensino para além da gama de conhecimentos básicos e especializados, mas também capaz de oportunizar a formação para a vida, isto é, a construção de uma cosmovisão de mundo. Segundo Cunha (2015), os países pioneiros nesse tipo de experiência são os da Escandinávia, como a Noruega, Suécia e Finlândia. Na França, a influência dos ideais iluministas de

emancipação, igualdade e liberdade inspiraram projetos voltados para a alfabetização de adultos, a oferta de cursos para mulheres jovens e criação de bibliotecas locais. Esses programas receberam amplo reconhecimento das classes trabalhadoras e de intelectuais do país.

Após o exposto, procederemos à definição do conceito em questão, examinando-o à luz das contribuições de Cunha (2015), desse modo:

A ação cultural poderia ser entendida como o planejamento, a organização, a realização de atividades ou de programas culturais (artísticos, artesanais, esportivos, recreativos, sociais, intelectuais, turísticos, etc.) destinados a indivíduos isoladamente considerados, a grupos definidos ou a uma comunidade globalmente concebida (Cunha, 2015, p. 991).

A noção refere-se a uma ação socialmente aberta, ou seja, ação não restrita, mas sim inclusiva, com o envolvimento das partes interessadas ou dos membros da comunidade. Cunha em alusão a Augustin e Gillet (2000), expõe as principais compreensões acerca do fenômeno da ação cultural. Em uma primeira dimensão, consistiria em uma corrente influenciada pelos movimentos de educação popular com orientação para a formação cidadã, responsável, reflexiva e racional. Em outro sentido, consistiria em uma pedagogia aberta com potencial para despertar novos interesses, bem como possibilitar experiências coletivas criadoras. A terceira dimensão exposta pelo autor representa um modo de regulação social com potencial para atenuar os conflitos entre a tradição e a modernidade. Pode ainda ser interpretada como uma abordagem política da educação, alternativa ao sistema de ensino formal. Por fim, pode indicar iniciativas realizadas por organizações civis, públicas, privadas ou comunitárias que visam facilitar o acesso da população aos bens culturais e práticas artísticas diversas como formas de entretenimento.

O conceito de ação cultural não é um consenso na literatura científica e acadêmica, como evidenciado até o momento e como ainda observaremos no decorrer desta seção. Ao longo de sua construção histórica, tem sido abordado e concebido de muitas maneiras, resultando em uma multiplicidade de compreensões entre os autores dedicados à área. Em circunstâncias mais problemáticas, estudiosos do campo podem adotar sentidos divergentes a ponto de considerarem como ‘ação’ o que outros descreveriam como ‘fabricação’ ou ‘animação’ cultural. É tarefa desta investigação capturar essa dialética, isto é, apreender a dinâmica entre as diferentes perspectivas. Isso significa reconhecer as contradições inerentes aos conceitos examinados, em lugar de simplificá-los.

Nesse sentido, retomando as ideias de Teixeira Coelho (1997), identificam-se três modos de entendimento construídos historicamente para a ação cultural. Para o autor nem sempre o conceito correspondeu a ação propriamente dita. O primeiro sentido centra-se na preservação da obra, a partir desse viés o foco encontra-se no objeto cultural, artístico e nas instituições, não no público, mas em salvaguardar as condições materiais dos bens culturais e conservá-los. Os exemplos apresentados dessas narrativas são os mosteiros medievais, as galerias de arte renascentistas e os museus, esta dimensão não corresponde propriamente a ação e é concebida como um modelo patrimonialista. Não por acaso, as unidades de informação foram vistas durante muito tempo como responsáveis apenas por preservar registros e suportes documentais. O segundo modo coloca enfoque no incentivo e promoção do acesso às obras culturais pelo público, sobretudo, aqueles grupos que por motivos econômicos, sociais ou políticos não dispunham de condições para o seu usufruto, considera-se acesso não apenas o contato físico com a obra, mas a possibilidade de apreensão intelectual e imaterial. Essa segunda abordagem histórica, vigora a partir do século XIX quando as instituições culturais se atentam para os sujeitos e as comunidades, resultando na perspectiva social da questão cultural. Por fim, o último entendimento visa não somente a apropriação pelo coletivo, mas pretende dispor ao indivíduo meios para fruição dos elementos culturais. Essa terceira dimensão emergiu no final da década de 1960, introduzindo a terminologia “espaços culturais”, que substituiu as noções de centro ou casa de cultura dominantes na década de 1950.

Teixeira Coelho (1997) enfatiza a importância de confrontar os conceitos de ação cultural e fabricação cultural, uma vez que é na oposição que se revelam as suas distinções. Para o autor, a fabricação consiste em um procedimento com fases claramente delimitadas, com início e fim definidos. Por outro lado, a ação representa um processo com início, mas não possui um término determinado, e não segue etapas rígidas, pois não visa a um produto final predefinido ou um objeto específico como na fabricação. O intuito da ação cultural envolve a criação de um processo em vez de um produto, ainda que este seja gerado de modo não intencional.

A fabricação tem começo definido e um fim previsível, fim a partir do qual o resultado do processo começa a existir e a durar por mais tempo do que a atividade que o gerou e da qual depende. A ação, inversamente, não tem começo e não tem fim nitidamente demarcados e não deixa atrás de si produtos formais acabados. O

que pode deixar é uma nova cadeia de ações, cujo controle seu autor não consegue assumir e cujo resultado final escapa a qualquer previsão precisa (Teixeira Coelho, 1986, p. 100).

Articular a ação requer comprometimento contínuo e superação de desafios, sobretudo para evitar aquilo que Teixeira Coelho (1997) nomeou como dirigismo, autoritarismo e paternalismo. Em outras palavras, é necessário que a ação não se desenhe como uma intervenção destinada a regular a autonomia dos envolvidos, nem se apresente como forma de intervir nas decisões dos participantes porque ela implica no fortalecimento da capacidade de expressão e criação dos sujeitos, bem como da tomada de consciência sobre a realidade social a qual estejam inseridos.

Segundo Teixeira Coelho (1997), a ação cultural encontra seu fundamento, seu campo e seus instrumentos na construção simbólica de um coletivo, isto é, nas formas do imaginário de grupos, como nas práticas culturais, nas narrativas mítico-religiosas, nos artefatos, nas tradições compartilhadas, entre outros. Embora a atividade com uma modalidade artística específica não seja necessariamente a finalidade, a ação está intimamente associada aos princípios da prática em arte. A orientação é motivar a permanência receptiva às possibilidades, assim como o modo operativo da arte explora o *vir-a-ser*, a dialética e o movimento. O termo *vir-a-ser* é utilizado por Teixeira Coelho (1997) para descrever a natureza da ação cultural, e estimula a concepção de uma prática que explora continuamente a criatividade; a ação cultural não se completa, mas se atualiza conforme os sujeitos tecem suas narrativas e constroem suas identidades no mundo.

E mais uma vez, Teixeira Coelho (1997, p. 42) analisa o conceito, fornecendo uma ideia complementar:

O objetivo da ação cultural não é construir um tipo determinado de sociedade, mas provocar as consciências para que se apossam de si mesmas e criem as condições para a totalização, no sentido dialético do termo, de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos surgidos na prática social concreta.

A ação carrega em si uma preocupação com o social ou coletivo mesmo em seu sentido individualizante. Mas a sua essência não deve ser delineada exclusivamente pela dimensão social, para se prevenir o risco de eliminar o que nela é substancial. A ação cultural, como abordagem mediadora, assume um caráter dialético, mobiliza-se politicamente, mas sem se restringir unicamente ao âmbito político. Origina-se do questionamento e, muitas

vezes, oposta à própria sociedade e aos seus valores vigentes, com intenção de contestá-la e modificá-la. Corresponde a uma força motivadora de transformações significativas, que transcende ao mero entretenimento e a reintegração social. Teixeira Coelho (1997) afirma que a fabricação e a animação cultural, ao resultarem em produtos, são formas de reprodução e não devem ser equiparadas a ação cultural. A ação ultrapassa a experiência passiva da contemplação e da recepção, pois não se centra no produto em si, mas na “aventura cultural que é a criação” (Teixeira Coelho, 1997).

O “animador” era, literalmente, aquele que animava uma festinha, um baile, aquele que organizava brincadeiras, que tratava de incentivar as pessoas a se agruparem para melhor passar o tempo – tudo dentro da “melhor técnica” norte-americana de “psicologia de grupo”, de “trabalho de grupo”, alicerçada no espírito de competição, no sorriso congelado grudado na cara e na “mentalidade positiva”. Nada, enfim, que levasse as pessoas a reconhecerem seus problemas, sua realidade, e abordarem-nos criticamente através da expressão cultural (Teixeira Coelho, 1986, p. 99).

Nesse sentido, a animação, no contexto da mediação cultural, não se configura como uma ação essencialmente orientada para a emancipação dos sujeitos, pois, em seu fundamento histórico, está alinhada aos princípios da cultura e dos bens simbólicos sob a lógica capitalista, pautados pelas leis comerciais do mercado e pelo consumo. Ainda que a animação cultural desempenhe alguma responsabilidade no acesso à cultura, sua ênfase recai sobre o consumo e o entretenimento, que não possuem como intencionalidade o potencial crítico e transformador dos sujeitos, já que estão ligados às dinâmicas de produção em massa.

O pensamento de Victor Flusser (1983) apresenta alguns pontos de convergências e muitos outros de divergências em relação as ideias de Teixeira Coelho (1986, 1997). Flusser (1983) propõe uma nova perspectiva para as bibliotecas, ele as concebe como instrumento para a ação cultural. No artigo escrito em 1983, o autor destaca que o campo da cultura, embora definido de múltiplos modos, configura-se como domínio do bibliotecário. A respeito da ação cultural, considera duas posições, alinhadas com as dimensões tratadas por Teixeira Coelho (1986, 1997) e já mencionadas anteriormente: a ação centrada no acervo e outra enquanto contexto. Porém, em contraposição a Teixeira Coelho, Flusser equipara o conceito de ação ao de animação, chegando a nomear o mediador como animador cultural. Segundo Flusser (1983), a cultura e as obras culturais orientadas apenas pelos desejos e necessidades de consumo revelam-se como reflexos da dinâmica comercial da lei de oferta

e procura.

No entanto, sustenta que a cultura em sentido autêntico tem a potencialidade para estimular uma sociedade mais justa, argumenta ainda que a cultura quando libertadora não apoia um sistema comercial ou ideológico. Com base nas reflexões expostas no artigo supracitado, a ação cultural não é uma prática neutra. Ela envolve uma dimensão política inerente à sua natureza, onde as decisões realizadas pelos mediadores demonstram posicionamento e intencionalidade diante da perspectiva cultural adotada pelo profissional. Contudo, também para Flusser (1983) o viés político na ação carece cautela, pois pode conduzir para duas finalidades opostas: uma atuação com tendência manipuladora e outra com objetivo contrário, de emancipação. A primeira normativa, encoraja a manutenção do sistema socioeconômico; e a segunda transformadora, vista como meio de libertação.

A definição de ação cultural sugerida por Flusser (1983) abrange três questões, são elas: a invenção, a formulação e a criação. A invenção é o ato de criar algo novo a partir da criatividade e da imaginação, na ação corresponde a capacidade humana para elaborar, reelaborar, interpretar, expressar-se e comunicar. A formulação compete ao conhecimento prático, a experiência, isto é, “[...] a realização técnica de uma ideia [...]” (Flusser, 1983, p. 157). De acordo com Flusser (1983), a criação deve ser a intenção de toda ação cultural, ela relaciona a invenção e a formulação a fim de provocar processos estruturais de mudança, sejam eles políticos, sociais, educacionais, entre outras. O autor denomina essa transformação como revolução, embora não detalhe o significado do termo revolução no contexto da ação. Em diálogo e incorporando o pensamento de Abraham Moles, engenheiro, doutor em filosofia e docente, Flusser (1983) destaca que a ação cultural carrega a potencialidade de transpor a condição humana para além da mecanização e instrumentalização imanentes das sociedades modernas. Flusser (1983) ao abordar a discussão pautada em Moles, descreve essas sociedades como máquina e argumenta que estamos nos movendo para uma concepção de sujeitos não fundamentalmente interligados uns aos outros, mas isolados em células.

Neste momento cabe uma digressão para melhor compreensão da problemática proposta por Flusser. Embora o autor mencione as noções de esfera pública e privada no texto em outro cenário, a filósofa Hannah Arendt (2012), que investigou a temática, nos ajuda a entender o cerne da crítica anteriormente exposta. Em sua distinção entre solidão e isolamento, Arendt esclarece que a solidão é uma experiência de não pertencimento ao

mundo, mesmo quando os indivíduos estão inseridos em meio a contingentes populacionais massificados. É uma condição de desconexão de si mesmo e dos outros indivíduos, resultando em um distanciamento desumanizante do mundo (Carli, 2023). Na perspectiva de Arendt, a solidão e as massas são intimamente associadas nas sociedades modernas e mesmo no século XX.

As massas concernem as sociedades do capitalismo avançado, onde os sujeitos são destituídos de singularidade e concebidos como grupos homogêneos. Realizamos esse desvio, trazendo elementos da análise arendtiana, para refletir como as sociedades modernas moldam os sujeitos como máquinas e como o processo de desenraizamento identificado por Arendt estabelece profundos elos com a constatação de Flusser sobre a perda de conexões entre os indivíduos e suas identidades. Conforme Flusser (1983, p. 158), é preciso “[...] reconquistar a criatividade e parar de funcionar para viver”.

Embora na literatura científica seja comum contrapor a fabricação e a animação cultural da ação cultural, Victor Andrade de Melo (2006) considera a animação como um instrumento educativo que coloca a cultura como cerne de sua estratégia e atuação. Melo (2006) é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concentra o interesse de suas pesquisas e análises na área da educação, com ênfase na educação para o lazer e educação física, além de se dedicar aos estudos da Teoria Crítica da Cultura. Partindo da reflexão entre a educação estética e a animação cultural, o autor defende a abordagem como dimensão da educação para o lazer. Ela visaria a promoção de novas experiências estéticas, relacionando-as com a sensibilidade, sentimento, emoção, além de envolver o conhecimento, o intelecto e a razão. Melo (2006) examina as críticas endereçadas à animação enquanto recreação, argumentando que estas subestimam o papel do profissional como educador, demonstrando a falta de reconhecimento do animador como comprometido com a intervenção e a mudança da estrutura social. Ele sustenta que o processo de animação não parte da objetificação do coletivo, como se pretende afirmar, mas orienta-se para o “[...] despertar e ampliar em cada indivíduo a descoberta subjetiva do prazer como princípio transformador de vida” (Melo, 2006, p. 67).

Revistando as ideias e contribuições de Cunha (2015) sobre a noção de ação cultural, apresentadas no início desta seção, percebe-se que, assim como Flusser (1983), o autor por vezes equipara ação à animação, enquanto simultaneamente evidencia a responsabilidade pública da ação cultural. Cunha (2015) aborda a temática de modo distinto de Flusser (1983),

uma vez que este último conceituou o termo em uma época na qual as noções eram difusas e a expressão “ação” não era usualmente conhecida. Por outro lado, Cunha (2015) tece críticas à concepção de Teixeira Coelho, e defende que a desaprovação em relação à abordagem da fabricação surge construída pela “[...] transposição do *construtivismo educacional* para o âmbito da ação cultural” (Cunha, 2015, p.1267), onde prioriza-se os meios e as formas em detrimento do conteúdo.

O autor aponta duas outras críticas à perspectiva. Primeiro, ele discute sobre o entendimento do termo “fabricação” com base em suas origens *fabrefacio*, que remete à construção de arte com as mãos, indicando a criação no sentido etimológico da expressão. Por fim, identifica a falta de métodos e objetivos na proposta de ação cultural de Teixeira Coelho, o que para ele pode resultar em direções repentinas e ocasionais. Essas concepções demonstram a falta de consenso sobre as noções de ação e animação cultural.

Esta pesquisa alinha-se à concepção de ação cultural proposta por Teixeira Coelho, que concebe a prática cultural enraizada na criticidade e que objetiva a emancipação dos sujeitos. Como defendido pelo autor, a ação transcende as iniciativas culturais da fabricação e da animação, estas compreendidas como atividades esvaziadas de reflexões e desprovidas de intenção para o alcance do protagonismo dos sujeitos. Concordamos com o entendimento de que ação cultural procura sua sustentação na prática libertadora, assim como nos ensinou Paulo Freire na obra *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. No capítulo intitulado *Ação Cultural para a libertação*, Freire (1981) tratou sobre a alfabetização de adultos no contexto da reforma agrária. Iniciou o debate argumentado sobre a responsabilidade dos educadores no estímulo ao protagonismo cultural. Para o autor, a prática educativa deve orientar os indivíduos para o mundo, o que corresponde a dimensões subjetivas e objetivas, considerando a percepção crítica acerca da realidade.

Conforme Freire (1981), existem diferenças substanciais entre o animal e o ser humano, sobretudo em relação as suas posições frente ao mundo, pois ao contrário dos animais, os sujeitos possuem a capacidade de assumir uma posição no mundo enquanto *presença*. Em outras palavras, a condição humana é temporal, histórica, projeta o futuro, finca raízes no passado e ainda experiencia o presente, tem a possibilidade de escolher, adiar, valorar, mover-se no mundo. A ação cultural para Freire (1981) está relacionada a práxis, compreendida como intencional e não neutra, onde se pretende alcançar finalidades específicas. Práxis é um conceito basilar na teoria freiriana e significa a habilidade de ação,

bem como análise crítica sobre a realidade, movimento que impulsiona à transformação. Refere-se a ação e a teoria entrelaçadas de maneira que uma fundamenta/fortalece a outra. Portanto, é o agir com criticidade.

A teoria freiriana, ilustrada em *Ação cultural para a libertação*, compartilha pontos de confluência com a análise proposta por Teixeira Coelho em *O que é ação cultural*. Ao debater a alfabetização de adultos, Freire (1981) recusa a perspectiva mecanicista, criticando-a como uma visão simplista do processo de alfabetização, que a reduz enquanto mera técnica. Essa visão mecanicista não se restringe apenas à formação de indivíduos, mas permeia múltiplas dimensões humanas, como ocorre com a massificação da cultura. Teixeira Coelho (1997) também aborda essa simplificação, mas no âmbito das manifestações culturais, onde a ênfase é a fabricação, isto é, a produção cultural para o mercado econômico.

Freire (1981) distinguiu entre duas abordagens, a ação para a libertação e a ação para a domesticação, de maneira equivalente, Teixeira Coelho (1997) diferenciou os conceitos de ação cultural e fabricação cultural. No exemplo exposto por Freire (1981), torna-se ainda mais evidente a distinção entre as duas formas de atuação. Na situação apresentada dois educadores alfabetizadores realizam diferentes estratégias pedagógicas, um deles opta por considerar expressões e palavras vinculadas ao cotidiano dos educandos; outro escolhe a partir do repertório intelectual disponível em acervos particulares.

De modo consciente ou inconsciente, está implícita na prática dos educadores e/ou mediadores uma concepção de mundo e de indivíduo. A segunda postura alinha-se à noção a qual os educandos são percebidos como ‘subnutridos’, em sentido figurativo, representa a ideia de um indivíduo vazio de conhecimento. Essa visão chamada como ‘concepção nutricionista’ da educação por Freire (1981), consiste na crítica freiriana aos modelos educacionais tradicionais, conceituação passiva do educador como transmissor de conhecimentos. Nela os educandos são entendidos como objetos e não como criadores de *pensamento-linguagem*.

Nesse sentido, duas abordagens educacionais e/ou mediadoras podem ser definidas a partir de Freire (1981) e Teixeira Coelho (1997): aquela que reconhecerá o processo de formação como mitificação da realidade, isto é, como um instrumento superficial e acrítico; outra que conceberá como meio de ação cultural para a libertação dos sujeitos. Segundo Freire (1981), o ato de conhecer parte da dialética da ação para a reflexão, e assim, desta para uma nova ação. Um fator fundamental no ato de educar, e também mediar, consiste em

considerar o contexto teórico, concreto e ponderar acerca da realidade concreta dos envolvidos nas ações formadoras, educador e educando são ambos sujeitos conscientes e de conhecimento. O ato de conhecer engloba o engajamento na problematização permanente da realidade.

Retomando aos estudos desenvolvidos no âmbito da Ciência da Informação, ao explicar sobre os serviços de referência disponibilizados em bibliotecas, sobretudo em instituições públicas, Almeida Junior (2013) aponta as atividades culturais como alternativas aos serviços tradicionais e formais, citando a animação e a ação cultural. O autor elenca as seguintes atividades culturais:

Hora do conto, poesia (concurso, oficina etc.), teatro, audição musical, cinema, televisão, jogos educativos, exposições, concursos, filatelia, numismática, museu da rua, curso de arte (pintura, escultura, recortes em papel, modelagem, gravuras etc.), outros cursos (tricô, crochê, culinária, higiene, primeiros socorros, puericultura etc.), debates, palestras, oficinas, jornais (edição desenvolvida pelos usuários), gincanas (culturais, com fins de socialização), campeonatos (xadrez, jogos de carta, dama, videogame etc.), caça ao tesouro, eventos relacionados a um determinado acontecimento (eleições, Diretas Já, derrubada de presidente etc.) (Almeida Júnior, 2013, p. 94-95).

Almeida Júnior (2013, p. 190) não diferencia os conceitos de ação e animação ao listar as práticas culturais no texto citado, mas indica a motivação das atividades como incentivo pela leitura e “[...] a transformação da pessoa através da apropriação da informação”. O autor questiona o fato de determinadas práticas constituírem-se como mero evento. Ele também discute a questão da fabricação cultural ao referenciar a análise apresentada por Teixeira Coelho (1986). Nesse sentido, acerca do modelo de avaliação dos Serviços de Referência e Informação implementado pelas bibliotecas públicas, explica que quando os bibliotecários adotam uma postura passiva e estagnada, alicerçada unicamente na técnica e desconectada das necessidades do usuário, o resultado culmina no “[...] isolamento da biblioteca em relação às transformações sociais” (Almeida Júnior, 2013, p. 189). E complementa, visto a partir da abordagem da fabricação, o usuário: “[...] vê-se tolhido também na procura ou na possibilidade de construir seu próprio caminho e na busca por se descobrir como cidadão [...]” (Almeida Júnior, 2013, p. 190).

Suzana Sperry (1987) conceitua a animação cultural como o conjunto de iniciativas culturais desenvolvidas por bibliotecários e outros mediadores, em colaboração com artistas, historiadores e pesquisadores, englobando as comunidades participantes, tendo como

finalidade fomentar a leitura e a arte. Segundo Terezinha Elisabeth Silva (1991), essas implementações de eventos e práticas possui como objetivo atrair o público para os espaços informacionais, particularmente bibliotecas, o que para ela, não é necessariamente algo negativo. O bibliotecário ou o mediador é encarregado de organizar a programação de uma variedade de exposições, cursos, oficinas, clubes de cinema e leitura, entre outros atos, sendo responsável pela gestão dos bens culturais. No entanto, Silva (1991, p. 61) pontua que “[...] esta prática não se caracteriza como sendo ação cultural”. Em conformidade à Teixeira Coelho (1997), Silva (1991) esclarece que a ação cultural não deve configurar-se como espontaneísmo ou mesmo dirigismo, ainda que buscar o meio-termo nessa circunstância pareça uma postura utópica.

A análise de Luís Milanesi (2002) a respeito do centro de cultura pode contribuir para a reflexão acerca da função cultural do espaço informacional. Cada âmbito assume diferentes categorias de abordagem em relação ao fenômeno cultural, como descrito pelo autor “[...] as atividades que nele acontecem que definem o conceito de ação cultural” (Milanesi, 2002, p. 168), evitando-se as práticas de reprodução ou fabricação. A ação integrada à cultura constitui-se como participação e protagonismo.

Nada será recebido como quem assiste passivamente a um programa de televisão. Isso é próprio das atividades de manutenção e conservação culturais e do processo de mão única (emissor/receptor) como se conhece. O centro de Cultura não é, pois, um local onde os indivíduos se ajustam a determinadas formas e se apaziguam, se conformam, evadindo-se do mundo, acomodando a personalidade e as emoções. Independente do produto, é preciso fazer uma leitura crítica dele, interpretá-lo e reinventá-lo. Não importa que seja bumba-meu-boi ou Mozart, o essencial é que se busque a invenção como objetivo (Milanesi, 2003, p. 168).

Para Milanesi (2003) a ação cultural deve criar a inquietação e possibilitar o desejo pelo conhecimento. Ao incentivar os sujeitos a assumirem papéis ativos, isso pode desencadear um movimento de suscitar outros. Para tanto, o autor demonstra a necessidade de acesso as diversas interpretações da realidade, assim como de múltiplas leituras de mundo, ele defende a ação cultural como reconhecimento e acolhimento da pluralidade, e que “[...] a busca necessária dos conflitos – inerentes ao próprio campo cultural – passa a ocorrer de forma clara a partir das relações interpessoais, sem as quais não é possível existir a ação cultural” (Milanesi, 2003, p. 172).

Entretanto, Milanesi (2003) identifica uma inconsistência nessa noção ao compreender a ação cultural como a denominação das práticas ligadas às artes, associadas à biblioteca. Ele afirma que o público não poderá participar ativamente caso não esteja familiarizado com os registros e discursos abordados na ação, pois estas se fundamentam no que já conhecido e incorporado como parte do repertório intelectual.

Para promover efetivamente a cultura em seu sentido mais pleno e abrangente, as ações culturais não devem ser realizadas de modo esporádico e sim de maneira periódica. A regularidade mantém o interesse e o envolvimento contínuo da comunidade. Embora essas práticas sejam organizadas em diversos locais físicos, como museus, bibliotecas, arquivos, cinemas, e outros ambientes dedicados à cultura e acessíveis ao público participante, Milanesi (2002) sublinha a biblioteca como um lugar cultural por excelência.

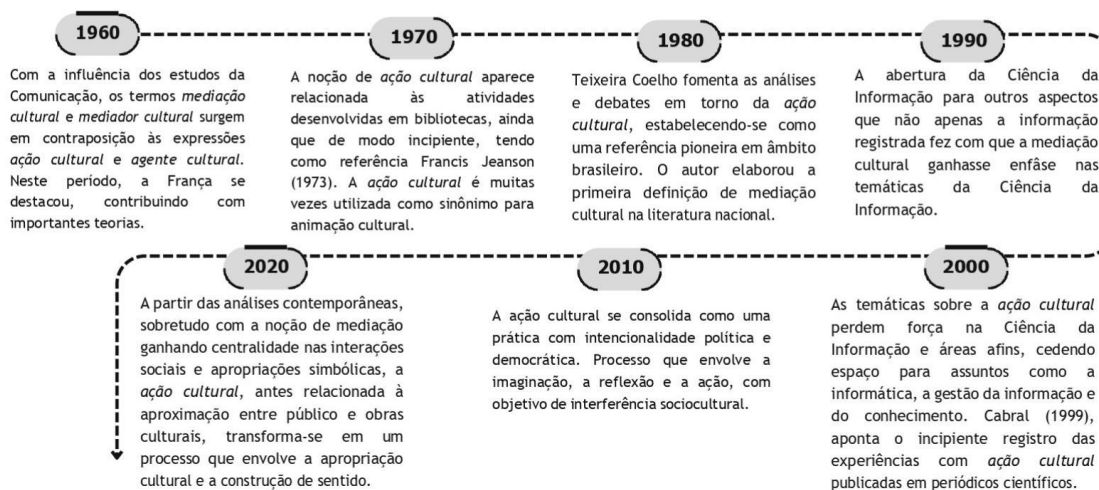
Com isso, o autor pretende reafirmar a importância da biblioteca como centro para a circulação e disseminação do conhecimento e da cultura. Articular as ações culturais dentro do ambiente da biblioteca é fortalecer a noção de correspondência entre cultura e informação, contribuindo para a visão da mesma como um dispositivo cultural. Nesse sentido Milanesi (2002) afirma sobre a ação cultural:

Tendo como base a informação, ela é desenhada e implantada a partir da disponibilidade de acervos que estejam localizados num local específico: uma biblioteca pública ou onde determinadas informações estejam disponíveis. Na presente concepção de ação cultural, por exemplo, não é possível desenvolver uma atividade no campo da poesia sem que existam textos poéticos, biografias de poetas e histórias da literatura. Para cada atividade cultural no âmbito de uma biblioteca, é fundamental que se identifiquem todos os registros disponíveis sobre o tema da ação: livros, fotos, vídeos, endereços na internet, gravações sonoras... É sobre o já conhecido que são construídas as atividades (Milanesi, 2002, p. 96).

Milanesi (2002), vincula as ações culturais a atividades artísticas como teatro, música, literatura, dança, entre outras. Contudo, ele observa que comumente essas práticas não estariam associadas ao espaço da biblioteca. Nesse sentido, enfatiza a necessidade de reconhecer a função da biblioteca como uma promotora ativa da cultura. Os objetivos dessas ações culturais variam e dependem do profissional responsável por elas, que podem conduzir para finalidades de lazer ou até mesmo conferir cunho político, tendo o público como parte elementar do processo.

Nessa conjuntura, com base nas reflexões apresentadas pelos autores mencionados nesta seção, buscou-se delinear uma linha do tempo que reflete a vinculação da ação cultural aos estudos da Ciência da Informação, conforme exposto na figura 1 a seguir:

Figura 1- Esquema da vinculação da Ação cultural à Ciência da Informação



Elaborado pela autora (2024) com base nas perspectivas conceituais de Teixeira Coelho (1997, 2001), Cabral (1999), Almeida Júnior (2017), Rasteli (2019).

Com base no exposto é possível constatar as concepções acerca da ação cultural desenvolvidas ao longo das últimas sete décadas e seu entrelaçamento com as teorias e práticas vinculadas a Ciência da Informação. Essa perspectiva evidencia como a dimensão cultural foi incorporada ao campo, destacando o desenvolvimento de teorias e práticas em contextos socioculturais.

4 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A MEDIAÇÃO CULTURAL

Para explorar os conceitos de Mediação da Informação e Mediação Cultural, suas concepções e correspondências, são analisadas as contribuições de autores como Jean Davallon (2007), Ivete Pieruccini (2007), Almeida Júnior (2015), Henriette Ferreira Gomes (2014, 2016, 2019, 2020), Edmir Perrotti (2016), Martins (2019), bem como de outros pesquisadores da área da Ciência da Informação em diálogo com as abordagens sociológicas, filosóficas, antropológicas e da Comunicação.

A mediação pode ser definida a partir de múltiplas perspectivas. A primeira compreensão surge do senso comum, onde o termo é associado à ideia de conciliação ou reconciliação entre as partes envolvidas em um conflito. A segunda perspectiva também refere-se ao uso comum do termo, representa o sentido de uma ação intermediária ou um papel intermediário facilitador de comunicação. Outra concepção da noção, oriunda de campos de pesquisa, apresenta a mediação como conceito operatório, isto é, para descrever ou examinar um processo específico, como a *mediação midiática*, *mediação pedagógica*, *mediação estética*, *mediação cultural* (Davallon, 2007). Na literatura, consolidaram-se duas análises centrais sobre o conceito de mediação, atreladas à “[...] comunicação como transferência de informação e a comunicação como interação entre dois sujeitos sociais” (Davallon, 2007, p. 11).

Conforme Davallon (2007), a definição teórica de mediação é uma atribuição relacionada ao âmbito das ciências da informação e da comunicação. Nesse contexto, consideram-se dois caminhos principais para a noção de mediação: de um lado, e como já mencionado, a abordagem operatória, que entende a mediação como a ação de intermediar ou como a ação de viabilizar o acesso à informação e aos bens culturais; de outro, a definição teórica, que apresenta os fundamentos filosóficos, sociológicos e culturais subjacentes ao conceito.

Ainda de acordo com Davallon (2007), o conceito de mediação está relacionado ao campo da filosofia, principalmente devido à teoria dialética desenvolvida pelo filósofo Friedrich Hegel. Contudo, nas ciências da informação e comunicação, essa abordagem não é predominante. Em vez disso, prevalecem os princípios filosóficos de Paul Ricoeur, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Jürgen Habermas. Com exceção de Ricoeur, esses autores trabalham a temática da mediação de maneira indireta, explorando-a em suas obras em planos

secundários (Davallon, 2007). Dois aspectos aproximam as diversas concepções sobre a mediação, o entendimento acerca da presença do “terceiro elemento” e a compreensão que a mesma é um processo que subsidia a atribuição de sentido ao real. Assim, mediar implica na ação de intervenção de um terceiro elemento no processo de apropriação da informação e construção de sentidos, ação que promove transformações nos participantes das interações (Davallon, 2007).

Segundo Almeida Júnior (2015), no que tange à mediação da informação, esta não ocorre somente no processo de atendimento ao público, como nas atividades oferecidas pelo Serviço de Referência e Informação, mas em todas as ações da atuação bibliotecária. Nas interações que exigem a presença, física ou não, denomina-se *mediação explícita*, enquanto nas ações que não envolvem a presença, como as competências de organização e gestão, trata-se de *mediação implícita*. As bibliotecas realizam a *mediação implícita* ao organizar os espaços físicos, os acervos, gerir os sistemas tecnológicos, mas também exercem a *mediação explícita* ao estabelecer as interlocuções diretas, como os próprios serviços de referência.

Na Ciência da Informação e na Biblioteconomia, a mediação emerge do próprio fazer bibliotecário e dos profissionais do campo informacional, cuja responsabilidade é mediar as necessidades informacionais dos usuários, conforme destacado pelo autor “[...] o Bibliotecário é o profissional que medeia a necessidade informacional e as informações que pretendem satisfazer essa necessidade” (Almeida Júnior, 2015, p. 14), objetivando que os usuários se apropriem da informação.

Ivete Pieruccini (2007) expõe que a apropriação da informação não é algo inato e imediato aos sujeitos, mas abarca diferentes interpretações e construções de significado. Para a autora, a informação é um fenômeno estabelecido nos contextos socioculturais e a construção do conhecimento deve ser percebida como processo que requer a integração de saberes, competências, atitudes socialmente desenvolvidas e aprendizagens permanentes. Isto é, a apropriação da informação não significa apenas a transferência de signos e sinais, mas consiste em um ato produtivo que engloba diferentes capacidades. Segundo Pieruccini (2007), no dicionário de português, o termo ‘busca’ designa “[...] ‘a procura com um fim de encontrar alguma coisa’; ‘pesquisa’ ou ‘movimento íntimo de alcançar um fim’ [...]” (Pieruccini, 2007, p. 3).

Nesse sentido, como explicitado pela autora, a busca é uma expressão que implica dois movimentos, um interno e outro externo, em direção a algo desejado pelos sujeitos para que o

mesmo atinja a satisfação de uma necessidade pessoal. A noção de busca encontra um correspondente no termo apropriação, entendido como “[...] processo pelo qual nos apoderamos, para dele fazer nossa propriedade individual, do que não pertence a ninguém ou a toda gente” (Pieruccini, 2007, p. 3). Ainda de acordo com a autora, a finalidade última da busca de informação é o conhecimento, a busca é um processo complexo que abarca a capacidade operatória dos sujeitos; a identificação de temas; a formulação de perguntas; o reconhecimento dos contextos de problemas, que são definidos a partir do interesse do pesquisador; a capacidade de lidar com fontes de pesquisa; localizar e selecionar as informações pertinentes; reelaborar para criar; produzir novas informações. Em síntese, engloba as habilidades de perceber, lembrar, imaginar, falar, refletir, pensar conteúdos estabelecendo vinculação com a realidade.

Buscar não é o mesmo que localizar, pois a busca implica na própria construção de identidade e na criação de significado pelos indivíduos, processos substanciais para a compreensão. Pieruccini (2007), destaca a mudança radical no modo como os indivíduos atribuem sentido e se apropriam da informação utilizando-se dos meios de comunicação e as tecnologias da informação. Para a autora, existe uma distinção entre o processo de assimilação e de apropriação da informação. O primeiro refere-se a mera aquisição, o segundo é um mecanismo construído a partir de múltiplas etapas no qual o sujeito não apenas adquire informações, mas desenvolve habilidades que, uma vez internalizadas, podem ser aplicadas em contextos individuais ou coletivos.

Até este ponto, recorreremos à noção de *apropriação da informação*, apoiando-nos em Pieruccini (2007), a fim de alcançar um maior entendimento acerca da mediação da informação, conceito este que, como proposto por Almeida Júnior (2009) abarca outro componente principal, a *interferência*.

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (Almeida Júnior, 2009, p. 92).

É necessário destacar, uma ação de interferência em um dado da realidade, no contexto aqui designado, constitui-se como a intenção de gerar impacto positivo na realidade social, ou seja, ato de apoiar processos que possibilitem aos sujeitos a construção de uma consciência crítica, criando condições intelectuais, culturais e sociais para o florescimento

da autonomia, emancipação e do protagonismo. Segundo Castro e Almeida Júnior (2023), o mediador deve estar atento a linha tênue entre a interferência e a manipulação. Assim, portanto, entende-se o termo interferência não como meio de controle, mas como incentivo à participação. O que Teixeira Coelho atribui à ação cultural também se estende à ação de interferência como idealizada por Almeida Junior (2009, 2015): “[...] o agente apenas daria início a um processo cujo fim ele não prevê e não controla [...]” (Teixeira Coelho, 2001, p.15).

Almeida Júnior ampliou o conceito de mediação da informação como formulado em 2008, e em 2015 atualizou essa noção, redefinindo a ideia de satisfação completa de uma necessidade informacional. Ele argumenta que a satisfação é parcial e momentânea, pois a busca gera novos conflitos e novas necessidades informacionais. Ao revisar o conceito, enuncia a mediação da informação como:

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

A própria noção de informação é imbuída de concepções, valores, domínios e interesses, por isso as atividades de mediação da informação demandam que interferências sejam realizadas pelo agente mediador tanto nas ações implícitas quanto nas explícitas, pois esses fazeres mediacionais não se efetivam na neutralidade. A interferência de acordo com Almeida Junior (2015), possui intencionalidade, ela não é neutra e imparcial, mas difere da manipulação, pois é guiada por princípios éticos.

A respeito dos princípios éticos inerentes à noção de mediação da informação, é pertinente concentrar-se na análise elaborada por Henriette Ferreira Gomes (2014, 2020), sobre as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política da mediação da informação. As cinco dimensões representam os elementos constitutivos da mediação da informação, isto é, são partes ou componentes substanciais que a compõem. Planejar, desenvolver e avaliar ações mediadoras visando o cumprimento dessas cinco dimensões assegura que a mediação alcance o resultado esperado, ou seja, sua efetividade. Por isso, a compreensão das dimensões apoia práticas mediadoras conscientes ao promover, como destaca Gomes (2020, p. 2): “[...] o processo de problematização que contribui para que

ocorra a apropriação da informação e a tomada de consciência por parte dos sujeitos envolvidos na ação de interferência”. De acordo com Gomes (2020), a mediação da informação e as suas dimensões correspondem ao fundamento da Ciência da Informação, caracterizando-se também como a contribuição dessa área para o desenvolvimento do protagonismo social.

A ação mediadora é uma atividade que atua como intermediária entre quem possui uma necessidade informacional e a informação pertinente que preenche essa lacuna (Gomes, 2016). Sem a dialogia, a mediação da informação não é realizável, pois o processo dialógico configura-se como a instância sustentadora das ações mediadoras (Gomes, 2020). Por meio do diálogo entre as partes envolvidas, é possível o compartilhamento e a colaboração, que são fundamentadas para a criticidade e o debate. Esta abordagem enfatiza a interação e a construção coletiva de novos conhecimentos, de trocas objetivas e subjetivas.

O conceito de dialética possui uma longa trajetória histórica, originando-se na filosofia antiga e atravessando os períodos históricos até a filosofia contemporânea. A *dimensão dialógica*, conforme proposta por Gomes (2020), carrega nuances que refletem as designações históricas do termo, reúne aspectos relativos à criação de um ambiente inclusivo onde todos os envolvidos tenham oportunidade de se expressar, garantindo e fortalecendo um espaço crítico, de reflexão com o outro de modo respeitoso, prevalecendo a alteridade.

Os ambientes informacionais devem ser percebidos também como ambientes estéticos (Gomes, 2014, 2020). A estética está diretamente conectada à percepção sensorial, emocional, contemplativa e apreciativa sobre as mais diversas experiências humanas, é uma condição de fruição e atribuição de sentidos. Desse modo, a *dimensão estética* da mediação da informação procura explorar as percepções das emoções e sentimentos manifestados nos processos de mediação, quando a criação e a criatividade se estabelecem em um contexto de conforto e de pertencimento para os sujeitos envolvidos na ação.

Quando a dialogia é concretizada, ela cria um ambiente onde os participantes são encorajados ao compartilhamento, com a construção de um espaço aberto para que os indivíduos possam se expressar ocorre o enriquecimento do debate, que impulsiona as condições resultantes na *dimensão estética*. Quando a *dimensão dialógica* ativa o aquecimento das discussões e os atores se sentem estimulados ao debate, o prazer manifestado repercute nos sujeitos que experimentam a saída de uma postura de

contemplação para uma nova etapa, na qual assumem o protagonismo ao se apropriarem da informação, redimensionando suas experiências no mundo. Esse percurso enfatiza a capacidade de orientar a racionalidade para promover a autonomia do livre pensar e remete à *dimensão formativa*, que surge da interação com os outros indivíduos e com o ambiente. A perspectiva formativa está intimamente ligada à experiência e compreensão dos aspectos de ampliação de repertório informacional e cultural advindos da criação e recriação de significados de ações, saberes e conhecimentos (Gomes, 2020).

A *dimensão formativa* centra-se no fomento do protagonismo social dos agentes, incluindo a consciência do mediador como um agente de responsabilidade social. Está intrinsecamente conectada à esfera política, pois reforça a capacidade dos sujeitos como ativos e participativos na sociedade, o que contribui para a transformação da realidade. A *dimensão formativa* é efetivada quando os sujeitos participantes da ação mediadora alcançam o desenvolvimento de aprendizagens, transformam e aprimoram conhecimentos, experiências e habilidades. Essa dimensão está relacionada aos processos formativos que buscam a ampliação da qualificação intelectual, pessoal, acadêmica, social, entre outros. A *dimensão formativa* é processo contínuo que fundamenta a construção de novas compreensões de mundo, atuando na atribuição de novos significados, na mudança de perspectivas.

A *dimensão ética* é pensada como uma articuladora entre as outras dimensões já expostas, visando a efetiva concretização da ação mediadora com intencionalidade para a emancipação e o protagonismo social. Por fim, a *dimensão política* se efetiva por meio da mediação consciente que alcança as dimensões *dialógica, estética, formativa e ética* (Gomes, 2020).

Como explica Ana Amélia Lage Martins (2019), Jesus Martín-Barbero, através de seus estudos no campo da cultura e da comunicação, fomenta discussões sobre a necessidade de vincular a mediação aos processos de significação, atribuição e produção de sentidos. Ele ressalta a importância de relacionar essas dinâmicas ao campo epistemológico da informação, com a cultura como componente norteador.

Conforme mencionado anteriormente, esta pesquisa se interessa sobre as investigações e debates contemporâneos no campo da Ciência da Informação que relacionam conceitos como informação e cultura, além de vincularem a mediação da informação aos estudos da mediação cultural. Esses exames trazem à tona análises e

discussões epistemológicas na literatura científica, ressaltando a dimensão cultural da mediação da informação.

A respeito da mediação cultural, esta tem sido tratada no âmbito da Ciência da Informação e da Comunicação, tanto no Brasil quanto em diversos países, devido ao crescente reconhecimento da cultura nos processos que envolvem a informação e a comunicação. Lima e Perrotti (2016) revisitam a abordagem de Dufrière e Gellereau (2004), que propõem dois níveis de mediação cultural: “[...] o da manifestação em atividades dos profissionais para e com um público, e o das políticas de desenvolvimento dessas ações culturais” (Lima; Perrotti, 2016, p. 163-164).

Ainda a partir da leitura de Dufrière e Gellereau (2004), Lima e Perrotti (2016) argumentam acerca das diversas concepções possíveis que abrangem as mediações culturais, como a perspectiva das interações sociais, de regulação social, consumista, entre outras. Segundo as referidas concepções, essas práticas foram associadas aos processos de democratização cultural na França. Nesse contexto, o país concentrou seus esforços na construção de políticas públicas e promoção de manifestações culturais até a década de 1970. No artigo, Lima e Perrotti (2016) também discutem a noção de mediação conforme proposta por Perrotti e Pieruccini (2014), compreendendo-a como produção de sentido que floresce no campo da cultura. A mediação não implica em transferência, mas sim na possibilidade de promover as condições necessárias – culturais e cognitivas - para que os sujeitos criem suas próprias narrativas, identidades e discursos, pois são eles os atores e protagonistas.

Com base na literatura francesa sobre o tema, a mediação cultural foi entendida como a criação de significado a partir das experiências artísticas, compartilhadas através da linguagem, enquanto o mediador era concebido como o intermediário responsável por possibilitar que as obras de arte fossem experienciadas pelo público.

A mediação cultural, nesses termos, é a atividade que visa proporcionar igualdade de oportunidades e condições para que as pessoas estejam inseridas como protagonistas no percurso cultural e, assim, em processos dinâmicos de apropriação, possam se apropriar, ressignificar e reconstruir os bens culturais, bem como inventá-los, defini-los e renová-los (Lima; Perrotti, 2016, p. 173).

Por isso a relevância de desenvolver na biblioteca ações vinculadas a dimensão cultural de maneira que essas atividades possam fomentar processos de atribuição de sentido, de exercício da crítica, de evocação de pertencimento e de conduta emancipatória. Para tanto,

conforme Cabral (1999), é preciso que os profissionais envolvidos com a mediação cultural se apropriem das teorias socioculturais e as entendam como exercício político capaz de corroborar como instrumento para a transformação social e para a prática educativa. A mediação cultural manifesta-se como um processo com potencialidade para incentivar a expressão de vozes marginalizadas e invisibilizadas socialmente.

De acordo com Perrotti (2016), a mediação cultural permite a abertura de espaço para que os discursos floresçam, bem como se fortaleça o diálogo, a pluralidade, a identidade e a memória. Essa abertura para as vozes é estimulada pela apropriação cultural, entendida como “[...] o movimento de tornar próprio saberes e objetos construídos, transformados e significados pelos indivíduos nas relações socioculturais” (Lima; Perrotti, 2016, p. 173-174). Esta noção está relacionada à capacidade criativa dos sujeitos e ao alcance do protagonismo cultural, que não limita-se a participação ativa, mas designa a própria construção de identidade, narrativas e discursos.

Para Teixeira Coelho (1997), a mediação cultural é uma prática facilitadora nos processos de interação, compreensão e apropriação cultural, com diferentes níveis de realização – como a *ação cultural*, a *animação cultural* e a *fabricação cultural* -, ela ocorre em diferentes contextos e ambientes. Reconhecido na literatura científica e no cenário brasileiro como um dos pesquisadores mais influentes no tema, descreve o conceito de mediação cultural da seguinte maneira:

Processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual – com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca da formação de públicos para a cultura – ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural. Entre as atividades de mediação cultural estão as de orientador de oficinas culturais, monitores de exposições de arte, animadores culturais, museólogos, curadores, profissionais das diversas áreas que constituem um centro cultural, bibliotecários de bibliotecas públicas, arquivistas e guias turísticos. Os *diferentes níveis* em que essas atividades podem ser desenvolvidas *caracterizam modos diversos da mediação cultural*, como a *ação cultural*, a *animação cultural* e a *fabricação cultural* (Teixeira Coelho, 1997, p. 247, grifos nossos).

A expressão *mediador cultural* surgiu na década de 1980, em resposta à exigência de repensar e atualizar o conceito de *animador cultural* já em uso. Segundo Teixeira Coelho (1997), existem diferentes gêneros de mediadores, e essas noções não devem ser

confundidas. Um mediador cultural consciente, comprometido com a responsabilidade social, que exerce ações culturais, é denominado pelo autor como *agente cultural*.

Perrotti e Pieruccini (2014) defendem a ampliação do conceito de mediação cultural, argumentando que ela não deve ser vista apenas como uma categoria funcional ou instrumental, noção que inclui a relação entre o público e os bens culturais - a fim de possibilitar a apropriação do segundo pelo primeiro -, mas também corresponde à atribuição de sentidos pelos sujeitos, sendo tratada como uma categoria situacional. Além disso, os autores evidenciam que a mediação é uma categoria indispensável para a informação e a comunicação. Para os referidos autores, toda informação e todo ato comunicativo envolvem necessariamente processos de mediação. De acordo com Lima e Perrotti (2016), a mediação cultural está relacionada à mediação da informação, pois sustentam a visão da informação como um elemento inerentemente cultural, assim como o próprio ato de mediar. Neste ponto vale ressaltar que para Perrotti (2016) o conceito de mediação cultural ainda encontra-se em processo, apesar dos significativos avanços em sua conceituação.

Rasteli e Caldas (2017), baseando-se nos estudos de Costa (2009), expõem que as primeiras definições do termo mediação cultural foram estabelecidas pelos trabalhos realizados no campo da linguística. Os autores destacam a relevância das investigações elaboradas pelo francês Jean Caune, que também se desenvolveram sob a perspectiva da linguística, onde a mediação é entendida como a produção de sentidos por meio da língua, no contexto dos fenômenos artísticos e culturais compartilhados. Quatro autores são comumente referenciados ao abordar o tema da mediação: Bernard Lamizet, Jean Caune, Louis Quéré e Antoine Hennion (Davallon, 2007).

Na área da Ciência da Informação, os autores Marco Antônio de Almeida, Giulia Crippa, Edmir Perrotti e Ivete Pieruccini desempenharam papel central ao suscitar a reabertura dos debates no âmbito da mediação cultural a partir dos anos 2000 (Rasteli; Caldas, 2017), esses estudiosos apresentam novas ideias, renovando o interesse e a expansão da temática no campo.

Perrotti e Pieruccini (2007, p. 82-83) descrevem o conceito como “[...] um conjunto de elementos de diferentes ordens (material, relacional, semiológica) que se interpõem e atuam nos processos de significação”. Os dois concordam em estabelecer uma interlocução entre as concepções de *mediação cultural* e *dispositivo*. Neste momento da análise, é necessário pontuar o conceito de *dispositivo*, pois o mesmo configura-se como um novo

paradigma na ciência da informação. O surgimento do termo é influenciado pela análise foucaultiana, os dispositivos são percebidos como instâncias físicas, simbólicas, discursivas e não discursivas que funcionam e significam. Eles revelam os campos de poder, também produzem e orientam comportamentos, subjetividades, saberes e práticas. Desse modo, como propõem Perrotti e Pieruccini (2007), os dispositivos formam, em conjunto com os sujeitos, os processos de significação no mundo. Para ambos, o conceito representa instâncias complexas que não apenas refletem os sentidos, mas participam ativamente da produção de novas significações nas manifestações culturais, sociais, políticas, entre outras.

Nessa conjuntura e a partir da articulação entre a informação e a cultura, os agentes e os dispositivos informacionais e culturais, situa-se o mediador cultural, que deve atuar para provocar e instigar o pensamento, a sensibilidade, a imaginação em ações dialógicas. Quando conscientes de sua prática, agem eticamente para possibilitar a apropriação da informação e da cultura, visando a constituição do conhecimento e o alcance da emancipação dos sujeitos.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que é necessário focalizar na formação e atuação dos profissionais da informação pautadas nas concepções teóricas que entrecruzam com as teorias socioculturais e impactam decisivamente nas ações mediadoras. A formação crítica, alicerçada na ação cultural, na crítica às perspectivas teóricas da fabricação e da animação, bem como o embasamento a partir das dimensões da mediação da informação, guiam a mediação de forma efetiva para o engajamento, o estímulo a diversidade cultural e ao protagonismo social.

A compreensão das diversas abordagens socioculturais orienta e qualifica os profissionais para desenvolverem ações mediadoras em ambientes informacionais. Apropriados desse conhecimento, o mediador pode construir projetos, avaliando os resultados esperados com as práticas culturais nos dispositivos de informação. Visando a ação transformadora, ele reconhecerá na ação cultural, conforme Teixeira Coelho (2001), e na mediação consciente baseada na busca do alcance das dimensões da mediação da informação proposta por Gomes (2020), o caminho mais alinhado social e politicamente. Essas perspectivas convergem para possibilitar aos agentes as condições necessárias para a construção de identidades e discursos próprios.

As ponderações apresentadas remetem à práxis freiriana (Freire, 1981), que entrelaça ação e reflexão. Essa compreensão fornece subsídios para pensar à mediação cultural

integrada à ação cultural. Nas ações culturais, os mediadores não apenas organizam o acesso às manifestações e bens culturais; em vez de adotarem uma *visão ingênua* acerca dos processos educativos, informacionais e culturais, de acordo com a interpretação freiriana, ou uma *mediação não consciente*, como descrito por Almeida Júnior (2015, 2017), empenham-se em incentivar os agentes a desenvolverem uma *visão crítica* dessas experiências.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa orienta-se a partir do método bibliográfico, com abordagem quali-quantitativa, nível descritivo e emprego da análise de conteúdo como procedimento para interpretação dos dados (Bardin, 2016). Como exposto na introdução desta pesquisa, foi definida como **pergunta de partida**: Como os pesquisadores da Ciência da Informação compreendem as possibilidades teóricas acerca da intersecção cultura e informação e quais são os alcances das teorias socioculturais em ambientes informacionais?

O **objetivo geral** consistiu em evidenciar as concepções teóricas acerca da intersecção cultura e informação na produção científica da Ciência da Informação e verificar como tem sido o alcance dessas teorias socioculturais em ambientes informacionais a partir da literatura da área. Os **objetivos específicos** pretendidos nesta pesquisa foram:

- a) apresentar as abordagens teóricas sobre o conceito de cultura e de informação, e vincular as teorias socioculturais ao campo da Ciência da Informação;
- b) analisar as noções de ação cultural, mediação cultural, fabricação e animação cultural presentes nas produções científicas examinadas;
- c) identificar as perspectivas teóricas alcançadas nas práticas de mediadores culturais em ambientes informacionais explícitas nas referidas produções científicas.

Para tanto, fundamenta-se por meio de revisão sistemática da bibliografia, utilizando-se do aporte teórico dos estudos socioculturais no âmbito das Ciências Sociais, sobretudo, os estudos da Antropologia, da Comunicação e da Filosofia. Baseia-se nas teorias da Ciência da Informação sobre o conceito de informação, as noções de mediação da informação e mediação cultural. Ademais, apropria-se das perspectivas da Comunicação e da Mediação Cultural sobre as concepções de fabricação, animação cultural e ação cultural, bem como da intersecção entre informação e cultura.

De acordo com Triviños (1987) o método bibliográfico centra-se na análise e revisão de estudos publicados, como livros, artigos, monografias, dissertações, teses e diversas fontes bibliográficas. Através da abordagem reúne-se informações sobre teorias, fundamentações, lacunas, paradigmas e referências sobre determinadas temáticas. Porém, como assertivamente declaram Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica não deve resumir-se a repetição de conteúdo, nesse sentido, recomenda-se a construção de análise crítica acerca do

conhecimento desenvolvido sobre o objeto de investigação.

Assim, a presente pesquisa apresenta levantamento de literatura, análise e interpretação do fenômeno investigado – mediação da informação, mediação cultural, fabricação, animação cultural e ação cultural. Ou seja, está apoiada na contribuição de diversos autores sobre o problema examinado e temas que entrelaçam informação e cultura, configurando-se como uma pesquisa de viés bibliográfico. Conforme Fonseca (2002, p. 31):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Para análise dos dados levantados nos materiais bibliográficos, fez-se necessário a adoção das abordagens qualitativa e quantitativa. As pesquisas que integram os métodos qualitativo e quantitativo se configuram de natureza mista. No que tange ao aspecto qualitativo, a ênfase está na interpretação dos fenômenos, como menciona Silveira e Córdova (2009, p. 32): “os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas [...]”. Destaca-se o contexto histórico, político, social e cultural na avaliação da questão de pesquisa, exprimindo as relações complexas e dinâmicas sobre a realidade dos fenômenos. De modo complementar, a pesquisa quantitativa admite mensuração dos atributos examinados. A aplicação conjunta das abordagens possibilita obter uma visão mais abrangente das informações porque enquanto os aspectos qualitativos mencionam o que não pode ser mensurável, a dimensão quantitativa permite explorar uma amostra representativa da população a fim de observar tendências, padrões e variáveis. A abordagem quali-quantitativa ou mista contribui principalmente para os estudos sobre fenômenos multifacetados como o caso desta investigação que contempla dois conceitos complexos, como a interface entre a cultura e a informação.

Ao examinar a interseção entre a cultura e a informação, a pesquisa buscou apresentar a dinâmica dos conceitos e a interpretação do fenômeno de modo amplo e integrado aos aspectos histórico-sociais, exprimindo, inclusive, suas contradições. O levantamento bibliográfico evidenciou as perspectivas acerca do conceito de cultura, conseqüentemente, apontou as relações entre as teorias culturais e as discussões no âmbito da informação, onde enfatiza-se o espaço da cultura na área da Ciência da Informação. Nessa direção, destacam-se os impactos das principais perspectivas culturais na atuação dos mediadores culturais.

O **universo desta pesquisa** compreende as perspectivas socioculturais no âmbito da mediação cultural, com ênfase nas práticas culturais em ambientes informacionais. Explora-se as descrições e narrativas que emergem dessas práticas, buscando examinar como a mediação cultural é vivenciada e articulada dentro dos contextos informacionais e que estão reveladas em produções científicas da Ciência da Informação. No que se refere ao **corpus da pesquisa ou amostra**, a estratégia empregada para identificar as perspectivas teóricas alcançadas nas práticas de mediadores culturais em ambientes informacionais consistiu na seleção de artigos publicados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), acervo de publicações brasileiras na área de Ciência da Informação. Durante a análise dos artigos, a pesquisa focalizou nos relatos de experiências e práticas de mediação cultural realizadas em ambientes informacionais. Buscou evidenciar em que medida as práticas socioculturais estavam integradas ao contexto da informação, destacando também as implicações das perspectivas culturais na atribuição da responsabilidade do mediador.

Considerando que a intenção da pesquisa estava orientada à análise das abordagens teóricas refletidas nas práticas de mediação cultural desenvolvidas por mediadores, inicialmente, optou-se por delimitar o descritor de busca ao termo ‘*ação cultural*’. Contudo, dado que a proposta visava também incorporar outras perspectivas socioculturais além da *ação*, deliberou-se, em um segundo momento, pela inclusão de um novo descritor: *mediação cultural*. Essa adição procurou proporcionar um entendimento mais amplo ao reunir narrativas e descrições de atividades culturais diversas sob diferentes perspectivas conceituais. Embora o descritor ‘*mediação da informação*’ não tenha sido incluído na análise principal, foram investigados, nos relatos, os dispositivos informacionais empregados nas práticas dos mediadores culturais.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de outubro a dezembro de 2023 para o indicador “*ação cultural*”. Para o termo “*mediação cultural*”, a seleção dos dados foi realizada entre os meses de janeiro a fevereiro de 2024, com a delimitação da busca para ambos os termos entre os anos de 1972 até 2023. Ao utilizar o descritor ‘*ação cultural*’, atingiu-se 256 publicações, enquanto para o descritor ‘*mediação cultural*’, obteve-se um total de 133 publicações. Desse modo, a amostra inicial incluiu um total de 389 registros, selecionados com base nos descritores delimitados para a pesquisa, os termos de busca foram ‘*ação cultural*’ e ‘*mediação cultural*’, dentro do período mencionado, entre 1972 e 2023.

O período de dois anos estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da

Informação da Universidade Federal da Bahia para a conclusão do curso de mestrado ocasionou na delimitação temporal da presente pesquisa. Dessa forma, optou-se por restringir a análise de 1972 a 2023 para os anos de 2019 a 2023. Essa escolha foi motivada pela necessidade de otimizar o tempo disponível para a execução e conclusão do mestrado, priorizando as contribuições mais recentes no âmbito do tema da mediação cultural.

Em janeiro de 2024, a base de dados BRAPCI passou por mudanças significativas no decorrer da realização deste estudo, incluindo alterações em suas funcionalidades, foram identificados problemas com a cobertura ao utilizar os descritores selecionados. A partir do total de publicações verificadas através do refinamento com a palavra-chave ‘*ação cultural*’, observou-se que três trabalhos não estavam disponíveis para consulta na base de dados da BRAPCI, embora estivessem registrados no sistema, ocasionando a limitação no acesso à informação constante nos documentos. As atualizações na base, incluindo alterações em sua interface, resultou em um novo impacto, e com isso, a variação do número de buscas dos trabalhos científicos no estágio de processamento e tratamento dos dados.

Com isso, com o período mencionado de 2019 a 2023, a cobertura com a palavra-chave ‘*ação cultural*’ resultou em 22 artigos, já para o termo ‘*mediação cultural*’ a amostra recuperou 73 artigos. Para este segundo refinamento foi realizada uma leitura preliminar dos títulos e resumos, ocasionando no exame total de 95 registros, análise que permitiu identificar 11 trabalhos científicos como relatos de experiência a partir da palavra-chave ‘*ação cultural*’, e 13 artigos com a palavra-chave ‘*mediação cultural*’, desse modo, somando-se 24 artigos para o estudo. Portanto, a amostra conclusiva delimitada compreendeu 24 artigos científicos em formato de relato de experiência a partir da leitura dos títulos e resumos dos 95 artigos. Foram descartados da amostra os trabalhos que não se enquadravam como narrativas e descrições de práticas mediadoras em ambientes informacionais, esses artigos excluídos do *corpus* de pesquisa desenvolviam teorias, apresentavam resultados de pesquisa ou eram pesquisas bibliográficas.

Os relatos de experiência no âmbito da mediação cultural correspondem as descrições e as narrativas das práticas culturais nos diversos ambientes informacionais expressas nas publicações científicas e acadêmicas encontradas na base BRAPCI, iniciativas que promovem e difundem aspectos culturais e artísticos em diferentes formatos, como festivais, exposições, concertos, peças teatrais, mostras e clubes de cinema, rodas de leitura, dentre outras manifestações. Por intermédio dos relatos de experiência buscou-se identificar a

existência e as possibilidades teóricas que norteiam as práticas dos mediadores no momento da promoção das atividades culturais em bibliotecas, museus, cinemas e demais ambientes informacionais.

Os artigos - que compõem a amostra dessa pesquisa - são publicações submetidas para diferentes ambientes como Encontros de pesquisa, revistas científicas da área de Ciência da Informação, revistas de Programas de Pós-Graduação, revistas de Biblioteconomia e Documentação. A discussão dos resultados parte da análise dos dados conforme as categorias de Bardin (2016) e objetiva distinguir entre as práticas oriundas das produções científicas se elas coincidem aos cenários de ação cultural, mediação cultural, animação, fabricação cultural através da fundamentação debatida conforme o referencial teórico contextualizado ao longo deste estudo.

A técnica de análise de conteúdo foi adotada para subsidiar na interpretação dos dados. A análise de conteúdo é uma abordagem apresentada pela professora de psicologia da Universidade de Paris V, Laurence Bardin. A técnica, aplicada primeiramente aos estudos das comunicações de massas, fornece suporte não apenas para psicólogos, mas também a sociólogos, historiadores, políticos, jornalistas e outras áreas de conhecimento que realizam pesquisas qualitativas com exame de conteúdos documentais, textuais, de imagens, entre outros. Bardin (2016), explica que a Análise de Conteúdo se refere a um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados aos discursos, influenciada pela hermenêutica, retórica e pela lógica, baseada na dedução, isto é, em inferências. A estrutura de Análise é flexível a diferentes contextos de pesquisa favorecendo para adaptações necessárias conforme demandas específicas de cada estudo a ser desenvolvido. A escolha por essa abordagem justifica-se pela ampla aplicabilidade em pesquisas descritivas, nas quais busca-se explorar a identificação de categorias, tendências e relações entre os fenômenos de investigação. Nas palavras de Bardin (2016), o esforço da análise de conteúdo consiste em manter uma “atitude de vigilância crítica”, bem como desencorajar “à leitura simples do real”.

De acordo com Bardin (2016), a proposta de técnica mais comum na análise de conteúdo é do tipo *temático*, *categorial* ou *frequencial*, amplamente utilizada em investigações científicas e acadêmicas voltadas para os estudos qualitativos e os exames de textos escritos com o objetivo de alcançar os núcleos de sentido inerentes à comunicação. Visando a compreensão acerca dos significados e mensagens subjacentes aos documentos,

em sua fase inaugural prepara-se e seleciona-se o material submetido à análise, que a autora nomeia como *pré-análise*. O segundo estágio configura-se como a *exploração do material*; a terceira fase corresponde ao *tratamento dos resultados*, a *inferência* e a *interpretação*.

O procedimento de *pré-análise* caracteriza-se como um momento preliminar, definido por intuições, buscas, sistematização das ideias e contato com o material. Essa parte possui três finalidades centrais: a escolha dos documentos a serem analisados; a formulação de hipóteses e dos objetivos da pesquisa; a elaboração de indicadores para embasar a interpretação dos resultados. Os fatores não seguem uma sequência linear, mas estão interconectados. A *pré-análise* adota princípios, como a *leitura flutuante*, que se refere ao primeiro contato com os documentos. Ademais, a autora orienta quanto às regras possíveis de aplicação no momento de análise. Essas regras abrangem a *exaustividade*, *representatividade*, *homogeneidade*, *pertinência*. A etapa seguinte de *exploração do material* está diretamente ligada a uma outra dimensão da Análise de Conteúdo denominada como *codificação*. Trata-se da fase mais longa e trabalhosa porque é nela que devemos assumir a tarefa de conversão das informações através do uso de regras e padrões em representações do conteúdo. Quando o *tratamento dos resultados* gera inferência e interpretação significativas e válidas, apresenta-se a concretização através de operações estatísticas simples ou complexas, como diagramas, figuras e modelos (BARDIN, 2016).

Conforme a teoria de Bardin (2016), o tratamento do material analisado – recorte, agregação, enumeração - configura-se como procedimento de *codificação*, que designa a passagem dos dados brutos do texto para uma representação do conteúdo. O *recorte*, também identificado como *unidade de registro*, pode ser realizado por meio da seleção de palavras, tema, objeto ou referente, personagem, acontecimento e documento. Esta última unidade de registro, o documento, foi a escolhida para o escopo desta pesquisa, que se concentra na análise de artigos científicos disponibilizados na base de dados BRAPCI. Em determinados casos é necessário referir-se também à unidade de contexto, que engloba a unidade de registro, mas é superior a ela, a fim de expandir a compreensão de sentido. Ela corresponde a dimensão mais ampla em relação ao quadro da unidade de registro. Bardin (2016) explica que a de *unidade de registro* difere da noção de regra de enumeração, a primeira noção refere-se àquilo que é contado na análise, enquanto a segunda está relacionada ao modo de contagem. Por exemplo, em uma investigação, o método de contagem pode considerar as ausências de determinado elemento ou a frequência do mesmo, sendo esta última a medida

mais utilizada em pesquisas, nesse caso “A regularidade quantitativa de aparição é, portanto, aquilo que se considera como significativo” (BARDIN, 2016, p. 70).

Para a autora, a fase nomeada como *categorização* não é um estágio obrigatório a ser seguido na Análise de Conteúdo, entretanto, em geral as Análises partem de um sistema de estruturação e classificação de categorias. Ela expõe que “[...] a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 2016, p. 74). Os critérios para as categorias podem variar, sendo eles: *semântico*, *sintático*, *léxico* e *expressivo*. Desse modo, definir as categorias de análise significa sistematizar os dados em grupos por características similares, processo de organização e interpretação para identificar padrões recorrentes de elementos e agrupá-los. A partir dos objetivos da pesquisa, a etapa correspondente a *inferência* procurou fornecer a descrição e interpretação do conteúdo das mensagens por meio dos resultados da análise.

Em conformidade com a abordagem de Bardin, a primeira fase de análise dos dados consistiu em uma *leitura flutuante* dos artigos eleitos, sem sistematização de códigos ou categorias, com o objetivo de alcançar um entendimento mais geral do conteúdo, observando as ideias e as mensagens contidas na comunicação. O procedimento facilita que o pesquisador crie familiaridade com o documento antes de proceder à aplicação das categorias de análise, nesse sentido, é uma fase de envolvimento e de deixar-se “[...] invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos, expectativas [...]”, conforme pontuado por Franco (2008, p. 52).

As categorias foram estabelecidas previamente com base nas teorias e fundamentos teóricos da pesquisa, antes da análise dos documentos. Contudo, após o preenchimento das fichas durante o pré-teste, tornou-se necessários incluir informações. Nesse sentido, adicionou-se à ficha de análise o tópico referente à identificação da localização onde a atividade cultural ocorreu, esse dado possibilitou delinear o contexto geográfico, características culturais, tradições locais, bem como os recursos disponíveis e o público-alvo. Também foi acrescentada a descrição sintética da atividade cultural, abordando a prática em si, os participantes e os objetivos principais visados.

Adicionou-se ainda a análise da atuação e postura do mediador, observando seu papel enquanto facilitador das interações entre os participantes e desenvolvimento das atividades. Por fim, incorporou-se o referencial teórico que fundamenta as práticas dos mediadores

culturais, a fim de aprofundar a compreensão das abordagens empregadas. Mais informações foram adicionadas, com o objetivo de destacar quais os dispositivos informacionais empregados pelos mediadores durante o desenvolvimento das ações mediadoras. O modelo da ficha de análise consta nos apêndices ao final deste trabalho, imediatamente após o referencial teórico da pesquisa.

Conforme mencionado, a amostra desta investigação foi composta por 24 artigos que relatam experiências de práticas mediadoras em diferentes ambientes informacionais. No processo de análise, os artigos foram lidos na íntegra, incluindo a avaliação do referencial teórico utilizado pelos autores para embasar seus trabalhos. A partir dessa análise, as fichas construídas consistem em um subsídio material necessário, elas se caracterizam como instrumentos de pesquisa que respondem à questão norteadora e os objetivos pretendidos neste exame.

A ficha de análise contém os seguintes subcampos: número de controle; referência; autores; palavras-chave; métodos de investigação do estudo analisado; ambiente em que ocorrem os projetos/atividades; localização; título do projeto/atividade; descrição sintética da atividade; os dispositivos informacionais identificados nas atividades; a categoria de indicação da realização de reflexões por parte dos sujeitos envolvidos nos projetos; a perspectiva teórica sociocultural alcançada nas práticas; identificação da mediação consciente ou inconsciente; análise crítica da pesquisadora; e o referencial teórico utilizado no artigo científico.

As **categorias analíticas e os indicadores** para a análise foram desenvolvidos com a intenção de investigar o possível alcance das perspectivas socioculturais e a intersecção entre as práticas culturais por meio do entrelaçamento das ações culturais e os dispositivos informacionais, conforme abordado por Teixeira Coelho (1997, 2001), Paulo Freire (1981), Almeida Júnior (2015), Gomes (2014, 2016, 2019, 2020) entre outros autores basilares para esta pesquisa. As categorias partem do referencial teórico citado pelos mediadores e autores dos relatos de experiência que compõem a amostra, neste referencial são identificadas também as correntes de *teoria e/ou paradigmas* que orientam os projetos; *o exame dos objetivos e/ou intencionalidade* da mediação cultural; *a aderência dos objetivos ao referencial teórico* evidenciado; *o alcance da capacidade de reflexão crítica e participação ativa do público*; *a abertura para a criação e a criatividade*, conforme orienta a perspectiva

de Teixeira Coelho (1997, 2001); e a *denominação*² empregada pelos agentes autores do relato para a atividade cultural.

As categorias analíticas consistem em um modo de interpretar e compreender os fenômenos estruturando-os em processos de sistematização e classificação com o objetivo de detalhar os diferentes aspectos de determinado problema ou questão. Na análise de conteúdo existem regras formais para a criação de categorias, que podem ser chamadas também de códigos ou ainda de “regras semânticas para a linguagem da comunicação a ser analisada” (Carlomagno; Rocha, 2016, p. 178).

No contexto desta pesquisa quali-quantitativa, a análise de conteúdo fundamenta a interpretação dos dados coletados. A partir disso, foram desenvolvidas categorias que atuam como indicadores para avaliação dos relatos de experiência e das fichas de análise. Esses indicadores foram formulados com base nos critérios de transparência na leitura das categorias. A homogeneidade dos conteúdos, cujo objetivo é garantir a consistência e coerência do material analisado; e a exploração abrangente dos conteúdos, assegurando que todas as informações pertinentes sejam consideradas. Na próxima seção são apresentados e analisados os dados a partir das categorias definidas para esta pesquisa, citadas anteriormente.

² A denominação empregada pelos mediadores nos relatos de experiência foi devidamente observada e respeitada no momento da análise dos dados. No entanto, no caso das expressões *fabricação cultural* e *animação cultural*, ainda que os mediadores não tenham explicitamente utilizado esses termos, quando os relatos evidenciaram alinhamentos com os princípios e fundamentos dessas concepções, foram categorizados como tal na análise dos dados desta pesquisa, com base na interpretação do referencial teórico e na aderência à abordagem adotada.

6 AS PERSPECTIVAS SOCIOCULTURAIS EM AMBIENTES INFORMACIONAIS: UMA LEITURA A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA

Para refletir sobre a adoção de concepções e condutas alinhadas às perspectivas socioculturais em ambientes informacionais, retomam-se as autorias abordadas na revisão de literatura desta pesquisa com o propósito de discutir como o fomento para a emancipação de sujeitos está pautado na articulação entre teoria e prática reflexiva/consciente por parte do mediador. A partir da Teoria Crítica recorre-se ao pensamento do professor de filosofia e pesquisador Marcos Nobre (2004a) que explica sobre o campo da Teoria Crítica, designando a abordagem como uma perspectiva filosófica existente mesmo antes de sua conceituação, elaborada por Max Horkheimer (1937), este definiu todo trabalho desenvolvido a partir da obra de Karl Marx como correspondente a uma concepção crítica. Nobre (2004a) argumenta que em sentido amplo ou restrito, essa característica central da abordagem crítica não significa apropriar-se da literatura de Marx como postulados inquestionáveis e permanentes, mas ao contrário, formular novas perguntas e atualizar as configurações históricas com base nos novos contextos e horizontes.

A Teoria Crítica questiona a separação tradicionalmente estabelecida entre a teoria e a prática (Nobre, 2004a). Desse modo, investigar as estruturas constitutivas da realidade a partir da perspectiva crítica da sociedade envolve compreender os fenômenos não apenas como descrições, mas sob o ponto de vista potencial de emancipação humana (Nobre, 2004a). Essa categoria de orientação busca continuamente um reposicionamento em direção a uma postura que desnaturaliza a divisão rígida entre conhecimento e ação, ou entre saber e agir, simultaneamente recupera os componentes históricos como substanciais para a análise das dinâmicas sociais (Nobre, 2004a).

O teórico crítico integra o elemento de intencionalidade para a emancipação, tanto na sua reflexão quanto na sua prática. Já o teórico tradicional, não enfatizará esse aspecto, estabelecendo essa categoria como secundária ou até mesmo sem a considerar. Isso porque de acordo com Horkheimer (1980), o teórico tradicional investiga os fatos como dados distanciados de suas configurações ou reconfigurações históricas. Portanto, Teoria Tradicional e Teoria Crítica divergem na postura frente ao objeto de investigação.

Segundo Nobre (2004a), a conduta do teórico tradicional é de adaptar o pensamento à realidade, o que considera como modo insuficiente para alcançar um entendimento mais amplo acerca dos fenômenos sociais, porque “[...] resigna-se à forma histórica presente da

dominação. Em uma sociedade dividida em classes, a abordagem tradicional justifica essa divisão como necessária” (Nobre, 2004a, p. 38). O autor pondera que na abordagem tradicional os fenômenos são interpretados de modo parcial, pois ao descrever como as coisas são se naturaliza aquilo que, na verdade, é construído historicamente, e é, portanto, um constructo social. Ocorre uma supressão das potencialidades de emancipação inerentes à realidade, anulando a abertura para aquilo que ela poderia *vir a ser*. O sentido da palavra ‘crítica’, como posto pela tradição intelectual da Teoria Crítica, consiste na responsabilidade em indicar que “[...] não é possível mostrar ‘como as coisas são’ senão a partir da perspectiva de ‘como deveriam ser’: crítica significa, antes de mais nada, dizer o que é em vista do que ainda não é mas pode ser” (Nobre, 2004a, p. 10). A Teoria Crítica pretende apontar no mundo concreto as suas possibilidades, em termos do que ainda está por vir, em estado potencial do novo.

Diante do exposto, entende-se que a visão da tradição intelectual crítica dialoga com os pressupostos e princípios das ações mediadoras conscientes, reconhecendo a informação como um elemento histórico, que deve ser investigada a partir de seus componentes sociais e culturais. Para Gomes (2019), a mediação, através da leitura do paradigma social, enfatiza esses contextos culturais, históricos e sociais, simultaneamente a autora dá ênfase ao protagonismo social como substancial para a responsabilidade no campo da informação.

As ações mediadoras conscientes carregam potencial para a interferência diante da realidade porque orientam ao protagonismo dos sujeitos. O protagonismo social, conforme a proposta de Gomes (2019), a ação de interferência e de apropriação da informação discutidas por Almeida Júnior (2015), são concepções que reverberam nas categorias de análise da Teoria Crítica, ou seja, a sua intencionalidade para a emancipação humana e o *comportamento crítico* diante das estruturas dominantes (Nobre, 2004b).

Como expõe Gomes (2019, p. 16), “A apropriação da informação é o suporte do processo de conscientização, de domínio do conhecimento e de exercício da crítica, elementos essenciais à constituição do sujeito protagonista.” Essa aproximação se estabelece no fato de que o protagonismo, pela via da apropriação da informação, está relacionado à ideia de que os indivíduos devem adotar uma postura questionadora e protagonista no mundo, libertando-se de forças opressoras ou estruturas que limitem a sua emancipação, pautando-se em repertórios informacionais confiáveis, no estabelecimento do debate coletivo em torno deles, fatores essenciais ao acionamento da criticidade.

A ação mediadora consciente, como uma ação de interferência que promove o protagonismo, incorpora em sua constituição fatores como a crítica, a dialogia, o questionamento, a construção de abertura para a participação ativa dos agentes, e é também concebida como modo de construir contranarrativas. Borges e Almeida Júnior (2022) argumentam que Gomes (2014, 2019, 2020) expande o debate acerca da correspondência entre mediação consciente, apropriação da informação e protagonismo social. Conforme Gomes (2019), o mediador da informação é um agente político, isso sugere que ele assuma uma postura humanizadora, ética e de engajamento. Com base nessas discussões, pode-se inferir que as concepções teóricas acerca da Mediação da Informação desenvolvidas no âmbito da Ciência da Informação se aproximam das perspectivas socioculturais.

Quanto a Mediação Cultural, ela é conceituada por Teixeira Coelho (1997, 2001) em diferentes níveis e modos. Nesse sentido, para o autor os bens culturais e artísticos possuem uma incomunicabilidade cultural de ordem econômica em relação ao público, processo este que deve ser dissipado através de mediações que orientem suas ações para a libertação de condições opressoras. Para Teixeira Coelho (1997, 2001), isso ocorre porque com as estruturas de poder, as dinâmicas de produção e circulação dos meios culturais a partir do capitalismo resultaram em desigualdades de acesso e apropriação para determinados grupos sociais, essa incomunicabilidade gera a ausência de experiências e manifestações culturais autênticas uma vez que a cultura se encontra subordinada aos interesses comerciais. De outro modo, é possível verificar a imposição de expressões culturais desconectadas das narrativas e representações de determinadas comunidades, grupos sociais e coletividades.

Pensar sobre as práticas mediadoras socioculturais nos ambientes informacionais sob a ótica crítica significa trazer à tona esse caráter de incomunicabilidade, apresentando os obstáculos que impedem a superação de mecanismos alienantes. Propor uma leitura das perspectivas socioculturais na Ciência da Informação a partir da tradição crítica representa a orientação permanente para a superação das condições que mantêm os indivíduos em posições de subjugo, passividade e submissão, que são qualidades opostas ao protagonismo.

Conforme expõe Nobre (2004a, p. 10), a categoria de crítica apresenta o fenômeno “[...] do ponto de vista das oportunidades de emancipação relativamente à dominação vigente”, e como defende Teixeira Coelho (1997, p. 33): “Esta ação, assim entendida, também chamada de sociocultural, tende a colocar uma pessoa, um grupo ou uma comunidade em condições de se expressar em todos os aspectos da vida social”. Articulando

a análise de Teixeira Coelho com os estudos da tradição crítica, compreende-se que a intencionalidade das ações mediadoras conscientes resulta na atuação crítica em relação ao conhecimento, aos bens culturais, simbólicos e artísticos produzidos a partir do modelo de organização social vigente e contextos históricos concretos.

A Teoria Crítica estabelece correspondência com as abordagens teóricas acerca das ações mediadoras conscientes, capazes de fomentar reflexões sobre os obstáculos a serem superados e as formas de viabilizar caminhos para que os indivíduos se apropriem da informação e das expressões culturais e simbólicas. A ação de interferência, a ação cultural e as mediações conscientes se confirmam como condutas teórico-práticas transformadoras das relações sociais, que abarcam embates e conflitos. Considerada por Nobre (2004a) não como a aplicação da teoria, a prática é entendida como um momento da teoria. É nesse sentido que a ação cultural, enquanto uma prática de interferência e de mediação consciente, está baseada em processos que possibilitam a construção de condições intelectuais, culturais e sociais para a criação de narrativas, atribuição de significado, produção de sentidos e apropriação da informação.

Conforme exposto na metodologia desta pesquisa, foram delineadas categorias que viabilizassem a análise de conteúdo dos resultados apresentados e o alcance dos objetivos propostos. Para tanto, após a leitura das produções científicas que compuseram a amostra deste estudo, foram extraídos conteúdos correspondentes às categorias elencadas.

Quanto a categoria de **referencial teórico e perspectivas conceituais** que fundamentaram as referidas produções científicas, em sua maioria as análises refletem uma utilização variada do referencial teórico e abordagens a partir de Almeida Júnior (2015), Edmir Perrotti (2016), Ivete Pieruccini (2007), Milanesi (1983, 2002, 2003), Paulo Freire (1981) e Teixeira Coelho (1997, 2001). O alinhamento com Teixeira Coelho é evidente em um maior número de práticas, como o fomento da aprendizagem ativa, da participação crítica, orientação para a emancipação e autonomia. No entanto, há divergências em outros casos, onde as práticas não correspondem plenamente às perspectivas teóricas citadas nos próprios relatos, evidenciando um distanciamento entre a teoria e a prática real de ações mediadoras. Foram identificados relatos de experiência que não faziam menção ao referencial das categorias de análise, resultando nas seguintes situações: relatos que, apesar de não explicitarem no referencial, mantinham uma intencionalidade voltada para a emancipação e o protagonismo social; relatos que, não mencionavam no referencial e

também não apresentavam um objetivo direcionado as orientações de emancipação e protagonismo em seu desenvolvimento; e em outros casos, ocorreu que as práticas estavam alinhadas ao referencial teórico conforme as categorias analíticas deste estudo, mas as atividades culturais não direcionavam para as finalidades de acordo com os princípios de Teixeira Coelho (1997, 2001) e Paulo Freire (1981).

Foi possível identificar nos relatos **objetivos e/ou intencionalidades** de ações não visivelmente alinhadas com as abordagens teóricas. Enquanto algumas práticas buscavam promover o engajamento cultural e a autonomia, outras não alcançavam esses objetivos devido à falta de periodicidade e à imposição de atividades já planejadas, o que em determinadas narrativas foi constatado pelos próprios autores e agentes culturais. Nesses casos, a intenção de engajamento cultural frequentemente se confundiu entre ações mais voltadas à divulgação e publicidade do que para a efetiva mediação cultural.

Observa-se atividades desenvolvidas com objetivos que, por vezes, mostram-se ambíguos, oscilando entre diferentes finalidades. Em certos momentos, as atividades culturais parecem direcionadas para uma mediação de leitura, práticas de debate e rodas de conversa que favorecem a reflexão crítica dos participantes. Essas práticas, em conformidade com princípios de mediação cultural, visaram estimular o pensamento crítico e a apropriação do conhecimento, aproximando-se dos conceitos de ação cultural preconizados principalmente pelos autores como Teixeira Coelho (1997, 2001), Paulo Freire (1981), Henriette Ferreira Gomes (2014, 2016, 2019, 2020), que defendem o protagonismo dos sujeitos. Entretanto, em outras ocasiões, as práticas culturais assumem uma postura mais voltada para o entretenimento, o lazer e o relaxamento, como relatado nas atividades que enfatizam a diversão do público. Essa dualidade de propósitos enfraquece a intencionalidade das ações mediadoras conscientes, uma vez que não há clareza sobre se a proposta principal é promover a conscientização e o aprendizado, ou simplesmente oferecer momentos de distração. Essa indefinição pode comprometer o alcance potencial das atividades mediadoras conscientes, desviando-as da categoria de protagonismo cultural almejada em uma ação de mediação efetiva. De modo geral, considera-se importante um alinhamento mais adequado entre o objetivo e/ ou intencionalidade das ações para evitar que o caráter emancipatório da ação cultural seja enfraquecido.

Desse modo, em determinados casos examinados foi possível concluir que existe uma inconsistência no que tange **a aderência entre os objetivos e o referencial teórico** no

desenvolvimento das práticas mediadoras. De outro modo, são notados relatos que sinalizam através das vozes dos agentes culturais um esforço para alinhar as atividades aos princípios teóricos dos autores mencionados, mas ainda apresentam lacunas significativas, como por exemplo limitar o espaço para geração de discussão, escassa participação criativa no desenvolvimento das práticas, uma vez que elas são apresentadas já bem traçadas ou parcialmente concluídas. Nesse cenário, os projetos são estruturados com etapas previamente definidas pelos agentes e/ou mediadores culturais, devendo ser essas etapas cumpridas pelos participantes.

A **participação ativa do público** é um aspecto relevante que aparece de maneira desigual nos relatos de experiência. Há exemplos de promoção da participação e do envolvimento dos usuários na criação de narrativas e na construção de conhecimento. Contudo, em outros casos, a participação é limitada, com pouco espaço para que os sujeitos influenciem o processo cultural e expressem suas próprias experiências e opiniões.

A **abertura para processos criativos e reflexivos** oscila consideravelmente. Algumas práticas oferecem oportunidades para a expressão individual e coletiva, estimulando a criação de narrativas. No entanto, outras são rigidamente estruturadas, com pouca flexibilidade para a participação criativa dos sujeitos. A ausência de retorno, comentários dos participantes e a falta de espaço para reflexões críticas são notadas como lacunas importantes. Esses aspectos observados a partir dessas categorias estão apresentados e analisados nas subseções a seguir, correspondendo aos objetivos propostos nesta pesquisa.

6.1 VINCULAÇÃO DAS TEORIAS SOCIOCULTURAIS AO CAMPO DE ESTUDO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Os profissionais da informação atuam com os dispositivos culturais e artísticos conforme as dimensões exploradas por Carlos Ávila Araújo (2016), de *externalização* na forma de *acervos* a partir da totalidade de materializações dos bens simbólicos que os indivíduos são capazes de criar e gerar no mundo. De outra maneira, pela via da *internalização* através da incorporação dos *contextos*, correspondendo as interpretações históricas, processos que abarcam o conjunto de condições sociais, políticas, econômicas, culturais, etc. Estes fatores caracterizam e influenciam os eventos, as estruturas sociais e de poder, a história, as ações humanas de modo geral.

Os *acervos* se traduzem nas dimensões tangíveis da informação e da cultura, pois consistem no universo simbólico, tais como os materiais impressos, gravados e visuais; manuscritos; documentos; artefatos; monumentos; pinturas; esculturas; entre outras formas de compartilhamento e registro do conhecimento humano. Já os *contextos* representam as dimensões intangíveis que orientam as criações humanas, eles são compostos por configurações históricas e podem ser compreendidos também como as *visões de mundo*, resultam dessas configurações os conhecimentos produzidos de geração em geração e em cada tempo histórico; as crenças e ideologias; os valores e normas sociais; as tradições e costumes; os modos de linguagem, as culturas.

Conforme discutido na seção 2 desta dissertação, a concepção de Rafael Capurro (2007, 2014) sobre a origem conceitual do termo informação remonta às traduções greco-romanas e latinas, aos vocábulos gregos *eidos* e *morphé*, respectivamente ideia e forma, aos termos latinos *informatio* e *informo*, *corporaliter* e *incorporaliter*. Segundo o autor, são dois contextos de entendimento para a informação, a saber: uma compreensão envolve a capacidade de moldar ou de ‘dar forma a alguma coisa’; ‘outro sentido de comunicar conhecimento a uma pessoa’ (Capurro, 2014, p. 115). Esses dois sentidos originários para o conceito se interligam com as dimensões debatidas por Araújo (2016), pois manifestam os planos concretos e abstratos que permeiam a informação, a corporalidade dos *acervos* com seus diferentes suportes, assim como aquilo que transcende o seu caráter material e aciona os seus *contextos*. A abordagem de Frohmann (2008), ao enfatizar a materialidade, a dimensão pública e o caráter social da informação também fornece contribuições fundamentais ao debate. De acordo com o referido autor, os *acervos* não se limitam a suportes de informação registrada, mas se constituem a partir do contexto em que estão inseridos, o que representa aspectos simbólicos, políticos, conflitos e disputas de poder.

Os relatos de experiência analisados neste estudo demonstram que variadas instituições, organizações e espaços são utilizados como dispositivos que expressam dimensões tangíveis e intangíveis da cultura e da informação. Nesses ambientes observa-se diferentes práticas de mediação cultural, estas ações repercutem os *acervos* e seus *contextos*. Esses aspectos se alinham ao pensamento de Milanesi (2002) quando este autor compara a cultura a um tecido, argumentando que ela é construída pelos fios da informação, que são costurados pela coletividade. Segundo o autor, as atividades que envolvem a cultura, como exposições, recitais ou concursos literários, estão essencialmente relacionadas a informações

preexistentes.

Para o autor, essas práticas são baseadas nas informações disponibilizadas em *acervos*, que, por sua, estão localizados em um ambiente específico, os ambientes informacionais. De acordo com Pieruccini (2007), esses ambientes configuram-se como *dispositivos* de informação, eles consistem em instrumentos técnicos e simbólicos capazes de organizar as informações, mas também produzem significados a partir das interações humanas. Os exemplos apresentados pela autora perpassam elementos como textos, fotos, ambientes, práticas. Os dispositivos informacionais e culturais mais identificados nos relatos de experiência estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 2 - Dispositivos informacionais e culturais citados nas produções científicas

Categoria	Quantidade	Descrição
Dispositivos informacionais e culturais:		
Livros	13	
Fotografia	7	
Filmes	4	
Redes sociais	5	<i>Facebook, WhatsApp, Instagram</i>
Sites e plataformas digitais	4	Bibliotecas virtuais ou digitais, catálogos online.
Jogos	3	RPG, xadrez, dama etc.
Artefatos	1	
Documentos	2	Jornais, artigos de periódicos, diário oficial, legislações e cartas.
Maquetes	1	
Dispositivos tecnológicos	4	
Acervo em Braille	1	
Libras	1	
Autodescrição	1	

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Os ambientes informacionais mais identificados nos relatos foram as bibliotecas públicas, universitárias, escolares e comunitárias; os arquivos; os museus; os cinemas e cineclubes; os pontos de Memória, que são iniciativas nomeadas pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) como programas de entidades coletivas com objetivo de desenvolver políticas de direito à memória; as livrarias; os espaços culturais de coletivos; os ambientes virtuais. Os ambientes informacionais identificados seguem no quadro a seguir:

Quadro 3 – Ambientes informacionais e culturais citados nas produções científicas

Categoria	Quantidade	Descrição
Ambientes:		As práticas e ações foram realizadas em diferentes ambientes de informação, conforme classificadas a seguir
Biblioteca comunitária	1	
Bibliotecas universitária	2	
Bibliotecas públicas	5	
Biblioteca Barco	1	
Bibliotecas Mistas	5	Universitária e escolar: SENAC, IFs
Biblioteca virtual	1	
Centro Cultural	1	
Arquivos	2	Arquivo público, Arquivo nacional
Livraria	1	
Museus	4	
Ponto de Memória	1	

Fonte: dados da pesquisa (2024)

As narrativas apontam para uma grande diversidade de modos e níveis de mediação cultural, que estão sendo idealizadas, criadas e executadas em diferentes ambientes de informação por bibliotecários, arquivistas, museólogos, professores, agentes culturais a fim de responder às necessidades informacionais e culturais do público. A análise dos relatos de experiência também evidencia a dimensão social da informação ao demonstrar a preocupação com a mudança de perspectiva da ênfase no acervo para uma abordagem centrada nos processos de interação e mediação cultural para a apropriação, bem como ao considerar os contextos sociais das comunidades e do público. Esses relatos reconhecem a necessidade de transcender a disseminação de conteúdos, propondo um foco na apropriação da informação pelos sujeitos.

Esse movimento reflete a valorização do protagonismo dos participantes, consoante às ideias de Gomes (2019), que a concebe como uma conduta que representa em sua base uma ação de resistência contra opressões e ao mesmo tempo manifesta a dimensão política das ações mediadoras, superando a lógica da transmissão e promovendo a apropriação crítica e reflexiva dos conteúdos. Gomes (2019), recuperando as concepções de Perrotti (2017) sobre as raízes conceituais do termo protagonismo, expõe que o autor defende uma retomada

do sentido originário do conceito de protagonismo, retornando ao princípio de enfrentamento diante de antagonismos. Nesse sentido, para Gomes (2019) o protagonismo consiste em tomada de posição em benefício e interesse da coletividade.

Além disso, as narrativas são desenvolvidas em diversas Regiões do Brasil, destacando as especificidades locais, o que contribui para a diversidade das experiências relatadas. Nesse cenário, a cultura é tratada como um elemento intrinsecamente ligado à informação, reconhecendo que os processos de mediação cultural estão imbuídos de práticas que integram cultura e informação. Ao identificar a cultura como um componente substancial da mediação, esses relatos reafirmam a importância de práticas que fomentem não apenas o acesso, mas a interpretação e a ressignificação dos conteúdos em contextos socioculturais variados. Baseando-se como referência na concepção de Teoria Crítica de Nobre (2004a, 2004b), é possível observar indícios de alinhamento entre o campo da Ciência da Informação e a Teoria Crítica. Esse alinhamento se manifesta nos processos de mediação e apropriação da informação, nas ações de interferência e na concepção de protagonismo. Além disso, a mediação cultural e a mediação da informação questionam as estruturas de poder e as configurações históricas sob o modo de produção dominante, problematizando as desigualdades no acesso, na apropriação e na representação de diferentes grupos identitários, com vistas nos potenciais emancipatórios das ações mediadoras conscientes.

6.2 AS NOÇÕES DE AÇÃO CULTURAL, MEDIAÇÃO CULTURAL, FABRICAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL PRESENTES NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Os relatos de experiência em seus modos e níveis de realização da mediação cultural estão em grande parte alinhados às teorias de Teixeira Coelho (1997, 2001), Pieruccini e Perrotti (2007), Milanesi (2002, 2003), Paulo Freire (1981), Gomes (2014, 2016, 2019, 2020). São identificados projetos voltados para a preservação e conservação cultural, que abarcam aspectos materiais e imateriais no esforço de garantir a permanência das tradições, costumes e memórias; práticas associadas a difusão cultural, processos de circulação e disseminação dos dispositivos culturais, fomentando o diálogo com as comunidades e o alcance de manifestações artísticas e culturais; e processos de mediação para a apropriação e criação da cultura, que pretendem não apenas facilitar o acesso aos bens simbólicos mas oportunizar a abertura de espaço para a construção coletiva.

Observa-se práticas educativas, de capacitação e formação profissional

desenvolvidas como modos de mediação cultural e mediação da informação, essas atividades podem ser desprovidas de intencionalidade concretamente emancipatória nos relatos, mas adquirem relevância significativa na realidade de diversos grupos que enfrentam questões sociais complexas, como a vulnerabilidade social e econômica. Nesse cenário, houve uma predominância do termo mediação cultural para caracterizar as atividades, mas também foram verificadas expressões como ação cultural, mediação da leitura, mediação da informação e mediação cultural da informação. Em nenhum dos vinte e quatro relatos de experiência os autores empregam explicitamente as nomenclaturas *fabricação* ou *animação cultural* para descrever suas práticas, embora alguns se refiram ao público como consumidores e os princípios de suas ações estejam mais voltadas ao consumo e lazer. Ainda assim, isso sugere que a literatura existente já apresenta uma leitura crítica consolidada a respeito desses conceitos, visto que muitos autores têm recorrido ao referencial teórico de Teixeira Coelho (1997, 2001) para discutir os princípios de orientação da mediação cultural.

De modo geral, as narrativas defendem a superação da circulação de bens culturais para uma possível apropriação desses conteúdos pelas comunidades, ultrapassando uma mediação passiva ou focada apenas na fabricação. Entretanto, ainda é perceptível que determinadas atividades culturais deixem pouco espaço para a autonomia criativa definindo etapas na sua construção com baixa flexibilidade. Embora Teixeira Coelho (1997, 2001) tenha defendido que a mediação cultural, conforme os princípios de crítica e transformação social, deve atravessar a dimensão da ação cultural, este estudo identificou relatos de experiência nos quais os próprios autores não denominaram a prática como tal, mas ainda sim possuíam intencionalidade para as categorias de crítica e protagonismo dos sujeitos.

Respeitou-se a terminologia e a nomenclatura empregadas pelos autores dos relatos. Portanto, para as atividades culturais classificadas como mediação da leitura, mediação da informação ou qualquer outra designação utilizada, o termo original foi preservado na análise, conforme descrito nas narrativas dos artigos científicos. Embora as terminologias tenham sido conservadas, a partir da interpretação sob a ótica das categorias de análise, alguns dos relatos foram aproximados às dimensões da animação e da fabricação, uma vez que sua intencionalidade não abarcava elementos de crítica, participação coletiva ou criatividade, mas sim aspectos voltados à divulgação, propaganda e marketing dos serviços e atividades culturais nos ambientes informacionais. Conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 4 – Tipos de atividades citadas nas produções científicas

Categoria	Quantidade	Descrição
Níveis e modos da Mediação Cultural:		De acordo com Teixeira Coelho (1997, 2001) é possível realizar e desenvolver diferentes níveis e modos de Mediação Cultural, alguns exemplos desses níveis e modos estão descritos abaixo
Ação cultural	4	
Mediação cultural	5	
Animação cultural	5	
Fabricação cultural	2	
Não se aplica	8	Extensão universitária; divulgação de atividades e marketing; Mediação da leitura; Ação educativa; Mediação da Informação; Mediação Cultural da Informação.

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Na ficha de análise foi assinalada entre as alternativas "não se aplica" justificando qual foi a denominação aplicada pelos agentes para a prática em questão, conforme pode ser verificado no quadro acima e no anexo ao final do texto. E como o foco deste estudo foi levantar nas produções as ações vinculadas à mediação cultural, ação cultural, animação cultural e fabricação cultural, essas foram consideradas a totalidade de maneira especificada. É válido citar que as ações mais citadas, uma delas – mediação cultural - possui objetivos que se coadunam com as abordagens provenientes da Teoria Crítica. Já a animação cultural - outra ação com maior quantitativo, seus objetivos nem sempre se orientam para a abordagem crítica da realidade, se vinculando mais ao fomento de entretenimento.

6.3 AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS EXPLICITADAS NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

De modo geral, a interpretação dos relatos de experiência revela que as atividades socioculturais ultrapassam as abordagens inicialmente delimitadas como foco deste estudo. Observa-se que, em diversos relatos, as práticas mencionadas não se enquadram necessariamente nas categorias de animação cultural, fabricação cultural ou ações culturais propriamente ditas. Sendo necessário acrescentar na ficha de análise o tópico ‘não se aplica’

para justificar e nomear as práticas não delimitadas anteriormente nas fichas. Em alguns casos, elas compreenderam ações de mediação da informação, de mediação de leitura, projetos comunitários, iniciativas de extensão universitária, ações assistenciais e sociais, bem como ações educativas ou formativas. Em determinados relatos, as intenções dos agentes responsáveis já se encontravam explicitadas, indicando influências da ação cultural, mas com finalidades distintas que não as caracterizavam plenamente como ações culturais no sentido estrito como proposto por Teixeira Coelho (1997, 2001) e Paulo Freire (1981). Em outras situações, embora os agentes afirmassem desenvolver ações culturais, a análise cuidadosa dos relatos indicou que tratavam de atividades socioculturais com propósitos voltados à formação profissional, à qualificação ou a práticas mediadoras de leitura pontuais, distanciando-se, portanto, de uma ação cultural com os indícios dos princípios orientadores conforme os autores supracitados.

Dentre as perspectivas conceituais verificadas se encontravam projetos e atividades culturais relacionados com experiências direcionadas e predefinidas, nelas se constatavam limitada possibilidade de criação espontânea, pois elas impunham uma estrutura mais rígida quanto a sua concepção. Apesar de não ter sido explicitamente categorizadas como fabricação ou animação cultural, foram observadas práticas com indícios dessas abordagens a partir de elementos como demonstrado no quadro de categorias. Esses aspectos evidenciavam que as atividades apresentavam características de processos com início, meio e fim ou práticas socioculturais voltadas para o consumo de bens artísticos. Além disso, nesses casos foi constatado que a ênfase estava na produção em detrimento de uma maior abertura ao diálogo e processos criativos. Embora o termo ação cultural tivesse sido mencionado nessas atividades, elas estavam mais orientadas para a facilitação da experiência cultural.

Houve também a presença de práticas com abordagens voltadas a ação cultural e apropriação da informação e da cultura, propostas que fomentaram espaços de diálogo e reflexão. Nesses exemplos destacavam-se as mediações conscientes, pois elas repercutiam como intencionalidade a interação entre os participantes, os mediadores e as manifestações culturais, evocando as perspectivas de Paulo Freire (1981), Teixeira Coelho (1997, 2001) e Gomes (2014, 2016, 2019, 2020) de libertação dos sujeitos, emancipação e protagonismo social. As narrativas apresentadas nas produções científicas analisadas evidenciam o uso de expressões que se pensadas com base nas categorias de análise, sobretudo a orientação

voltada para a emancipação humana, trazem à tona questões complexas para a discussão. A intenção não é afirmar ou negar a utilização dos termos mencionados a seguir, mas fomentar debates que ampliem o olhar crítico sobre determinados conceitos, aspecto especialmente importante quando tratamos de ações culturais direcionadas para a emancipação dos sujeitos e mediadas de modo consciente.

A primeira noção apresentada a partir da interpretação dos relatos, mencionada pelos agentes em relatos específicos, é a concepção de ‘empreendedor social’ para designar a responsabilidade dos mediadores. Este termo, à primeira vista, pode sugerir uma abordagem inovadora e dinâmica relacionada à dimensão social das práticas informacionais e culturais. No entanto, a crítica que se coloca é sobre a combinação de perspectivas conceituais que essa expressão encerra, muitas vezes adotada de forma consciente ou inconsciente pelos autores.

A palavra ‘empreendedor’ possui uma conotação que está associada ao campo comercial, ao consumo e à busca pelo lucro. Empreender, no sentido mais geral de uso do conceito, implica a exploração de oportunidades para a geração de riqueza, a inovação mercadológica e o crescimento econômico. Por outro lado, o adjetivo ‘social’ sugere um destaque para as questões humanitárias, privilegiando a emancipação dos sujeitos e a valorização do humano como elemento central, em detrimento de objetivos comerciais.

A combinação desses dois termos – empreendedor e social – pode acarretar uma ambiguidade conceitual. Pode-se argumentar que o ‘empreendedorismo social’ visa aplicar habilidades e práticas empreendedoras para alcançar objetivos sociais, porém, o uso dessa terminologia associada à ação cultural pode sugerir uma apropriação da lógica mercadológica no contexto das práticas sociais, uma vez que os interesses de mercado comumente não estão alinhados com os princípios e valores que fundamentam a ação cultural e as ações mediadoras conscientes, conforme expõem Teixeira Coelho (1997, 2001) e Paulo Freire (1981). Portanto, ressalta-se a importância na adoção da postura crítica e reflexiva ao utilizar expressões como empreendedor social. Essa análise é necessária para evitar a perpetuação de conceitos que possam desviar a atenção dos objetivos centrais das práticas sociais, que priorizam a emancipação humana.

Outra questão provocadora diz respeito ao comum uso da expressão ‘intervenção’ para designar as atividades culturais. Conforme o recente estudo proposto por Castro e Almeida Júnior (2023), existem diferenças conceituais entre os termos intervenção e

interferência. O primeiro refere-se a uma prática com uma conotação mais reguladora, centrada em um sujeito ou grupo autorizado a intervir nas ações propostas. Em contrapartida, a segunda compreensão, de interferência, entende o mediador como partícipe das ações que propõe, interagindo com os demais envolvidos no processo de definição do percurso a ser seguido.

É necessário ressaltar que, ao longo da pesquisa, esta investigação esteve fundamentada na problematização levantada durante o processo de qualificação da dissertação e no aprofundamento do referencial teórico. Nesse sentido, optou-se pela escolha do termo interferência para discutir as mediações culturais desenvolvidas nos ambientes informacionais com intencionalidades emancipatórias.

Entre os relatos de experiência analisados foi possível observar a designação das bibliotecas como aparelhos, equipamentos, dispositivos, ambientes ou unidades informacionais. A abordagem teórica que intitula as bibliotecas como equipamentos está em consonância com a noção desenvolvida por Teixeira Coelho (1997, 2001), que ao criar o conceito de mediação cultural aproximou as unidades de informação, como no caso das bibliotecas, a equipamentos informacionais. Os estudos mais recentes da Ciência da Informação buscam relacionar as unidades de informação ao conceito de base foucaultiana, denominando-as de dispositivos informacionais, conforme defende Pieruccini (2007, 2014).

Verifica-se ainda o uso da expressão ‘cliente’ em determinadas descrições dos autores dos relatos, uma visão já ressignificada na área supracitada, pois a própria literatura científica considerou que o termo aponta para um viés de consumo, o que contrasta com as visões de Teixeira Coelho (1997, 2001) e Paulo Freire (1981).

Entre os vinte e quatro relatos analisados, o projeto de ação cultural intitulado *Itá: Ontem, Hoje e Amanhã* destacou-se de forma significativa. Tanto o projeto quanto o *Museu do Balseiro* promovem ações mediadoras que atendem aos requisitos e princípios da ação cultural, conforme os conceitos de Teixeira Coelho (1997, 2001) e Paulo Freire (1981), mesmo que esses autores não sejam explicitamente referenciados. As práticas emergem do desejo coletivo da comunidade de Itá de preservar a memória, identidade e história dos balseiros, figuras centrais na narrativa local. As iniciativas do projeto e do Museu valorizam o protagonismo da comunidade local e dos balseiros. Em vez de serem retratados como vilões ou heróis, são apresentados como trabalhadores que enfrentam desafios diários na busca pelo sustento de suas famílias e melhores condições de vida. Esta representação

autêntica resgata a dignidade do trabalho e da luta cotidiana, ressaltando a importância dessas histórias para a cultura regional. O projeto de ação cultural *Itá: Ontem, Hoje e Amanhã* alinha-se com três das seis categorias de análise. Ele revela uma intencionalidade voltada à emancipação e ao protagonismo cultural da comunidade, emergindo diretamente das necessidades locais. Idealizado, construído e mantido pela própria comunidade de Itá, o projeto promove o desenvolvimento de processos criativos e críticos entre os participantes. Dessa forma, torna-se um meio para a preservação da identidade regional e o fortalecimento do engajamento coletivo na valorização de suas histórias e práticas culturais.

Um projeto destacou-se ao idealizar e desenvolver vinte e oito atividades culturais simultaneamente, sendo a maioria voltada para os princípios da mediação da leitura, e não necessariamente ação cultural. Neste ponto é importante ressaltar que um dos princípios para uma conduta emancipadora é através do desenvolvimento cognitivo e crítico do sujeito, e a leitura é essencial nesse processo, posto que para o sujeito atribuir sentido aos dispositivos e fenômenos, o faz a partir da leitura. Assim, ações que objetivam a formação de leitores favorecem a ampliação de repertório, da criticidade e da criatividade desses sujeitos.

Das vinte e oito atividades, apenas seis não se enquadravam como mediação da leitura, conforme análise das descrições das práticas. Atividade focada em exibição de filmes, e outra na divulgação de jornais, alinham-se mais aos princípios da ‘fabricação’, em acordo com as teorias de Teixeira Coelho (1997, 2001). Oficinas de ilustração, artesanato e encontros de *games*, que são definidas pelos agentes responsáveis pelo relato como modos de apropriação da informação, incentivar estímulos para novas áreas de conhecimento, promoção do lazer, entretenimento e acesso à cultura. As vinte e duas atividades culturais restantes, centradas na mediação da leitura, demonstraram compromisso e alinhamento em fortalecer a responsabilidade dos bibliotecários enquanto agentes culturais e no estímulo da biblioteca como um dispositivo de cultura.

A interpretação das fichas expressa que a adoção da Teoria Crítica como abordagem para a mediação cultural pode auxiliar no desenvolvimento de ações reflexivas, questionando os discursos que perpetuam as desigualdades sociais. A ênfase na emancipação sublinha a responsabilidade do mediador cultural e do mediador da informação enquanto agentes políticos comprometidos com a problematização de injustiças sociais e engajados na postura crítica acerca das dinâmicas dominantes de poder. Reitera-se a perspectiva como articuladora de ações mediadoras orientadas não apenas ao acesso aos bens simbólicos, mas

para a apropriação do conhecimento de modo consciente. Com base nos fundamentos e princípios apresentados na literatura de Almeida Júnior (2015) e Gomes (2014, 2016, 2019, 2020), os relatos de experiência revelam uma maior aderência a práticas mediadoras realizadas de forma consciente, como observado no quadro a seguir:

Quadro 5 – Tipos de mediações citadas nas produções científicas

Categoria	Quantidade
Mediação consciente:	12
Mediação inconsciente:	10
Não foi possível identificar	2

Fonte: dados da pesquisa (2024)

No entanto, observa-se um número significativo de práticas que não estão fundamentadas em referenciais teóricos alinhados aos princípios da mediação consciente. Essas iniciativas também não evidenciam a intencionalidade no fomento à criticidade, ao protagonismo cultural e social ou à participação ativa do público. Questão que demonstra a necessidade de maior integração entre teoria e prática, de modo a potencializar o alcance das ações mediadoras conscientes e incentivar experiências com maior engajamento crítico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou investigar a intersecção entre cultura e informação, analisando também a vinculação das teorias socioculturais ao campo da Ciência da Informação. Além disso, a pesquisa procurou refletir acerca das concepções teóricas e as perspectivas socioculturais na produção científica da Ciência da Informação, bem como o alcance dessas teorias em ambientes informacionais.

Para atingir os objetivos específicos decorrentes do objetivo geral foi realizada uma revisão sistemática da bibliografia e a construção de fichas de análise com base na técnica de análise de conteúdo, a fim de identificar indícios e evidências das abordagens socioculturais em relatos de experiência de mediações culturais diversas, que foram executadas em diferentes ambientes informacionais, como bibliotecas, museus, cinemas, cineclubes, arquivos públicos, entre outros espaços.

Este estudo discutiu como as concepções socioculturais por meio das práticas mediadoras realizadas em ambientes informacionais carregam potenciais emancipatórios para os sujeitos quando articuladas a uma teoria e prática alicerçadas na criticidade. A análise tratou da vinculação entre as teorias socioculturais e o campo da Ciência da Informação, destacando a atuação dos mediadores com os acervos e seus contextos. A pesquisa enfatizou como as práticas de mediação cultural e os profissionais ligados a informação e cultura lidam com as dimensões simbólicas e materiais dos acervos. Os relatos de experiência interpretados evidenciaram a diversidade de dispositivos informacionais, como bibliotecas, museus, arquivos, cinemas e cineclubes, e ressaltaram o protagonismo dos agentes culturais na criação de espaços de apropriação da informação que vão além da disseminação de conteúdo, consoante as concepções de Gomes (2019), que reforça a ideia de que o protagonismo é uma ação de resistência.

São debatidas as noções de ação cultural, mediação cultural, fabricação e animação cultural presentes nas produções científicas em Ciência da Informação. Destaca-se que os relatos de experiência analisados se encontram amplamente alinhados às teorias de autores como Teixeira Coelho (1997, 2001), Pieruccini (2007, 2014), Perrotti (2016, 2017), Milanesi (2002, 2003) e Paulo Freire (1981). Alguns dos projetos mencionados focam na preservação e difusão cultural enquanto outros enfatizam a mediação para a apropriação e criação de manifestações culturais, promovendo a construção coletiva e o diálogo com as comunidades.

Os termos ‘ação cultural’, ‘mediação cultural’, ‘mediação da informação’ e ‘mediação cultural da informação’ predominam nos relatos. Já os conceitos de fabricação e animação cultural³ apesar de não mencionados diretamente, aparecem de forma implícita em determinadas perspectivas teóricas e nos modos de condução das práticas, com foco na periodicidade, onde observa-se uma redução do espaço para a criação coletiva ou ainda uma manutenção de pouca flexibilidade nas atividades, limitando a autonomia do público e das comunidades.

Sobre as perspectivas teóricas aplicadas às práticas de mediadores culturais em ambientes informacionais, em diversos casos, as atividades socioculturais ultrapassaram as abordagens tradicionais, como ação cultural, fabricação e animação cultural. E embora algumas atividades tenham sido denominadas como ação cultural pelos autores, verificou-se que muitas eram voltadas para formação profissional e atividades socioculturais pontuais, distanciando-se da ação cultural nos moldes de Teixeira Coelho (1997, 2001) e Paulo Freire (1981). Outras práticas mostraram intencionalidade emancipatória, fomentando o protagonismo e a apropriação cultural por meio do diálogo, especialmente seguindo as perspectivas de Teixeira Coelho (1997, 2001) e Freire (1981).

A abordagem de Teixeira Coelho (1997, 2001) foi fundamental para discutir a mediação cultural como uma forma de superar as barreiras de incomunicabilidade e opressão presentes na circulação de bens culturais, reforçando a importância de práticas mediadoras que libertem os indivíduos de condições alienantes e desumanizadoras. Nesse sentido, este estudo reafirma que a mediação cultural, ao dialogar com as perspectivas críticas, desempenha uma responsabilidade substancial na promoção da participação ativa e no enfrentamento das dinâmicas de poder que mantêm os indivíduos em condições de submissão. A articulação entre mediação consciente e a perspectiva crítica é, portanto, um caminho para a emancipação nos ambientes informacionais.

A partir do estudo dos princípios fundamentais da Teoria Crítica, a pesquisa sugere a abordagem crítica como modo de análise mais adequado para investigar os fenômenos sociais, ao enfatizar o potencial para a emancipação humana e a transformação social. A mediação consciente apresenta-se como uma prática que não apenas dissemina a informação,

³ Como mencionado em nota anterior, os termos empregados pelos mediadores foram preservados na análise dos dados. Contudo, os conceitos de *fabricação cultural* e *animação cultural* foram utilizados na categorização quando os relatos apresentaram alinhamento com seus princípios, mesmo que não citados explicitamente, com base no referencial teórico e na abordagem adotada.

mas também promove o protagonismo social, como proposto por Gomes (2019). A apropriação da informação configura-se como um elemento essencial para a conscientização e o engajamento dos sujeitos em ações críticas e transformadoras. Conclui-se que o campo da Ciência da Informação se alinha às perspectivas da Teoria Crítica conforme a concepção de Nobre (2004a, 2004b), uma vez que as ações mediadoras questionam as estruturas de poder e promovem a emancipação dos sujeitos, integrando práticas culturais e informacionais.

A complexidade maior da investigação sobre as fichas de análises residiu no fato de que, embora diversas atividades examinadas não estivessem plenamente alinhadas com os princípios e pressupostos da ação cultural, conforme delineado por Teixeira Coelho (1997, 2001) e Paulo Freire (1981), elas apresentavam certa correspondência com objetivos voltados ao protagonismo social e cultural dos sujeitos. Tais atividades, apesar de não atenderem de maneira estrita aos fundamentos teóricos da ação cultural, mostraram-se parcialmente consonantes com o impulsionamento da autonomia e empoderamento dos participantes.

Esse alinhamento parcial sugere que, mesmo fora de uma estrutura formalmente estabelecida de ação cultural, existem iniciativas com potencial para gerar impactos positivos na vida dos sujeitos envolvidos com as mediações. No entanto, a superficialidade do alinhamento exige uma análise mais rigorosa que aprofunde a compreensão teórica e metodológica dessas práticas, especialmente em termos da capacidade de fomentar a conscientização e a emancipação, elementos centrais nas abordagens de Teixeira Coelho (1997, 2001) e Paulo Freire (1981). As atividades observadas, ao buscarem o protagonismo dos sujeitos, indicam uma direção promissora, mas demandam maior rigor teórico para que seus resultados sejam adequadamente compreendidos e aprimorados no contexto da ação cultural.

Um dos obstáculos enfrentados durante a execução deste estudo consistiu nas significativas mudanças de funcionalidades da base de dados escolhida, a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), o que impactou diretamente o desenvolvimento da pesquisa. As alterações implementadas, tanto na interface quanto nas formas de busca, resultaram em variações no número de artigos recuperados, isso dificultou o fluxo do trabalho e exigiu ajustes metodológicos por parte da pesquisadora. Como consequência, foi necessária uma recontagem dos dados, de modo a garantir a consistência e a validade dos

resultados obtidos. Essas mudanças introduziram desafios que interferiram no cronograma originalmente planejado.

Este estudo, embora rigoroso, não conseguiu descrever todos os relatos de experiência de maneira minuciosa, uma vez que muitos desses relatos não tinham como objetivo principal o detalhamento das atividades culturais. Esse fator representou uma dificuldade para a pesquisa, que exigia descrições pormenorizadas para o exame de componentes como os processos críticos realizados pelos sujeitos e a intencionalidade das práticas, entre outros aspectos investigados. Essa limitação constituiu uma lacuna na pesquisa, mas ao mesmo tempo oferece uma oportunidade para novos desenvolvimentos e ampliações do estudo. Uma pesquisa aplicada, de natureza empírica, na qual a pesquisadora pudesse observar e acompanhar as ações culturais em ambientes informacionais pode ser uma sugestão para a superação da lacuna, configurando-se como possibilidade para uma pesquisa futura.

Um segundo possível desdobramento para a pesquisa surgiu a partir das reflexões ao longo da revisão bibliográfica, da interpretação dos relatos de experiência e da construção das fichas de análise. Observou-se a necessidade de ampliar a investigação acerca dos processos de estruturação e incorporação das ementas curriculares da disciplina de Ação Cultural e/ou Mediação da informação e da Cultura em cursos de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da informação em âmbito nacional. Levantou-se o questionamento sobre como se constitui a formação dos mediadores culturais nesses cursos, de que modo esses profissionais são preparados para a atuação em ambientes informacionais, quais perspectivas teóricas são acessadas no decorrer de sua formação, como a dimensão cultural é abordada na formação dos profissionais da informação.

Questiona-se, ainda, se a intersecção entre cultura e informação é uma questão problematizada nos currículos, particularmente em disciplinas de Ação Cultural. Mesmo quando presente nos currículos, permanece a dúvida sobre se a disciplina fornece uma abordagem abrangente e diversificada sobre o tema. Responder a essas indagações requer uma expansão e redirecionamento da pesquisa atual, permitindo novas análises sobre a temática e um aprofundamento da compreensão acerca das múltiplas abordagens teóricas e práticas no campo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Teoria da semicultura. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, ano XVII, n. 56, p. 388-409, dez. 1995.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALMEIDA, Marco Antônio de. Informação, cultura e sociedade: reflexões sobre a ciência da informação a partir das ciências sociais. *In*: LARA, Marilda Lopez Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação & contemporaneidade**: perspectivas. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 99-122. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Infoeducacao.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008, p. 1-23. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119328>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de Almeida. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. ¼, p. 31-38, jan./dez. 1987.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Ação cultural e protagonismo social. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: Edufba, 2017. cap. 3, p. 45-58.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca Pública**: avaliação de serviços. Londrina, PR: Eduel, 2013.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina, PR., ABECIN, 2015. p.9-32.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/119750>. Acesso em: 22 jul. 2022.
- ANDRETTI, Cristiani Regina; CALEGARO, Édina Maria; MACHADO, Marli. Da lagarta para borboleta: ação cultural como estratégia de marketing no sistema integrado de bibliotecas da UNIVALI - SIBIUN. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, São José, SC, v. 13, n. 1, p. 189-200, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/542/668>. Acesso em: 29 jul. 2022.

ANNA, Jorge Santa. A cultura como elemento agregador para as unidades de informação: pluralizando manifestações culturais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 82-98, jan./abr. 2017. Disponível em: <chrome-extension://oemmnadbldboiebfnladdacbdm/https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114556>. Acesso em: 24 jul. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila Araújo. Ciência da Informação: origem e evolução. In: **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014. Cap. 2, p. 99-151.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Novo quadro conceitual para a ciência da informação: informação, mediações e cultura. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 9, n. 2, p. 1-18, set./dez. 2016.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AUGUSTIN Jean-Pierre; GILLET, Jean- Claude. **L'animation professionnelle: histoire, acteurs, enjeux**. Paris: L'Harmattan, 2000, p.188.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A estrutura do texto e a transferência da informação. **Data Grama Zero: revista de Ciência da Informação**, v. 6, n. 3, p. 1-10, jun. 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BORGES, Ellen Valotta Elias; Almeida Júnior, Oswaldo Francisco de. Apropriação: um pilar central da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 1-27, out./dez., 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação brasileira de ocupações**. 3. ed. Brasília, DF: MTE, SPPE, 2010. Disponível em: wp.ufpel.edu.br. Acesso em: 02 ago.2022

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência de la Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2003. **Anais [...]** Belo Horizonte. Disponível em: www.capurro.de/enancib.htm. Acesso em: 04 abr. 2023.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. **Logoein: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 11,-136, ago./fev., 2014.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/33134>. Acesso em: 24 ago. 2022.

CARLI, Matheus Baliú de. **Ah, look at all the lonely people**: a relevância política da solidão na obra de Hannah Arendt. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/64473/64473.PDF>. Acesso em 29 mar. 2024.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, PR., v. 7, n. 1, p. 173-188, 2016.

CASTRO, Jetur Lima de; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e reconhecimento intersubjetivo: aproximações. **Encontros Bibli: revista eletrônica e ciência da informação**, Florianópolis, v. 27, p. 01-22, 2022.

CASTRO, Jetur Lima de; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. “Subvertendo espaços”: mediação da informação, coletivos periféricos e contranarrativas à mídia hegemônica. **LIINC em Revista**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2023.

CAVALCANTI, Ivanilda Bezerra; ARAÚJO, Claudialyne Silva; DUARTE, Emeide Nóbrega. O bibliotecário e as ações culturais: um campo de atuação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 21-34, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16279>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**: revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, n. 1, p. 53-76, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COELHO, Teixeira. **Que é ação cultural, O?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

COELHO, Teixeira. **Usos da cultura**: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986. 124 p.

CUCHE, Denys. **O conceito de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Ísis Trindade da Silva; CÂMARA, Rafael Silva da; BUFREM, Leilah Santiago. A influência de Raymond Williams para a construção do conceito de cultura na Ciência da Informação no Brasil. **Logeion: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 72-87, mar./ago. 2021.

CUNHA, Newton. **Cultura e ação cultural**: uma contribuição às suas histórias e conceitos. Edições Sesc: São Paulo, 2015.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, PT, n. 4, p. 4-37, 2007.

DELFINO, Viviane de Assis; IZOTON, Lucas Martins; SILVA, Eduardo Valadares da. O bibliotecário enquanto agente cultural: reflexões a partir de experiências apresentadas no XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência Da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, SC, v. 20, n. 3, p. 472-482, 2015. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1112>. Acesso em: 02 ago. 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016>. Acesso em: 17 ago. 2022.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução Sofia Rodrigues. Lisboa, PT: Actividades Editoriais, L, 2000.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 139-284, set. 1983.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília, DF: Liber livro, 2008. Cap. 5, p. 51-79.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a libertação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Polêmicas do nosso tempo)

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. A informação vem de longe e vai para mais longe. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p121-123, maio/ago. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida. **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação, A. **Informação & Informação**, Londrina, PR., v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019.

GOMES, Henriette Ferreira. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 85-99, jan./dez. 2010.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005, p. 11-38.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. *In*: BENJAMIM, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO; Theodor W; HABERMAS; Jürgen. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril, 1980. p. 117-154. (Os Pensadores).

HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2004.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é iluminismo? *In*: KANT, Immanuel. **Immanuel Kant**: textos seletos. Tradução Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes; introdução Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974. p. 100-116.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta**: o que é iluminismo? [*S. l.* : s.n., 19--]. Tradução Artur Morão. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf. Acesso em: 4 jun. 2017.

LARAIA, Roque de Barros de. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIMA, Celly de Britto; PERROTTI, Edmir. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Informação@Profissões**, Londrina, PR. v. 5, n. 2, p. 161-180, jul./dez. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discussões e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 115-137, 1994.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613/615>. Acesso em: 06 abr. 2024.

MARTELETO, Regina Maria. Lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos, O. *In*: LARA, Marilda Lopez Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 13-26. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Infoeducacao.pdf>. Acesso em: 23 ago.2022.

MARTELETO, Regina Maria; MARTINS, Ana Amélia Lage. Cultura, ideologia e hegemonia: Antonio Gramsci e o campo dos estudos da informação. **INCID – Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, SP, v. 10, n. 1, mar./ago. 2019.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação: categoria lógica, ontológica, epistemológica e metodológica. **Investigación Bibliotecológica**, Ciudad de México, v. 33, n. 80, p. 133-154, jul./sept. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v33n80/2448-8321-ib-33-80-133.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2024.

MATHEUS, Renato Fabiano. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.140-165, jul./dez. 2005.

MATOS, Olgária C. F. O eclipse da razão. *In*: MATOS, Olgária C. F. **A escola de Frankfurt**: luzes e sombras do iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993. p. 40-45.

MILANESI, Luís. **Casa da invenção, A**: biblioteca, centro de cultura. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

- MILANESI, Luís. **Que é biblioteca, O**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros passos)
- MILANESI, Luís; MARTINS FILHO, Plínio. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002. 116 p.
- MWEWA, Christian Muleka. Teoria crítica e estudos culturais: a configuração do social no contemporâneo. **Mimesis**, Bauru, SP, v. 28, n. 1, p. 21-38, 2007.
- NOBRE, Marcos. Crítica e emancipação: em busca dos princípios fundamentais da teoria crítica. **Espacios en Blanco: revista de educación**, (Serie Indagaciones), Buenos Aires, AR., n. 14, p. 45-78, jun., 2004.
- NOBRE, Marcos. **Teoria crítica, A**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- ORTIZ, Renato. A escola de Frankfurt e a questão da cultura. **Revista Sociologia em Rede**, Goiânia, v. 6, n. 6, p. 203-242, 2016.
- PERROTTI, Edmir. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Informação@Profissões**, Londrina, PR, v. 5, n. 2, p. 4 -31, 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28314/2050>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.
- PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 47-96. Disponível em: <https://colabori.eca.usp.br/documentos/Infoeducacao.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Mediação cultural como categoria autônoma, A. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 1-22, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992/1734>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- PIERUCCINI, Ivete. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.
- POPPER, Karl R. **Objective knowledge: an evolutionary approach**. New York: Oxford University Press, 1979.

QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p.25-42, ago./dez., 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57516/36041>. Acesso em: 31 jan. 2024.

RASTELI, Alessandro. **Mediação cultural em bibliotecas**: contribuições conceituais. 2019. 276 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2018.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 29, n. 2, p. 151-161, maio/ago., 2017.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003.

ROSA, Berta Jaqueline. **A cultura na Ciência da Informação**: temáticas culturais na Pós-Graduação do campo informacional brasileiro – 1970- 2012. 2013. 143 f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2013.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 42-62, 1996.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1972.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto, PT: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Franklin Leopoldo E. Conhecimento e razão instrumental. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 11-31, 1997.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Fundamentos da informação I**: perspectivas em ciência da informação. São Paulo: ABECIN Editora, v. 1, 2017.

SILVA, Terezinha Elisabeth. Ação cultural e biblioteca pública: algumas questões. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 1991, Salvador. **Anais [...]** Salvador: Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991.

SILVA, Carlos Robson Souza da; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Da mediação à mediação cultural da informação: percursos e questionamentos. *In*: XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2022. p. 1-14.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. [PortoAlegre]: Editora UFRGS, 2009. Unid. 2, p. 31-42.

SPERRY, Suzana. Animação cultural em bibliotecas: quando? como? onde?. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 13-30, jan./dez. 1987.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 113-122, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114793>. Acesso em: 24 ago. 2022.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Modelo de Ficha de análise dos artigos científicos (relatos de experiência)

Referência:	Número de controle:
Autores (agentes):	
Palavras-chave:	
Métodos de investigação do estudo analisado <input type="checkbox"/> Bibliográfico <input type="checkbox"/> Documental <input type="checkbox"/> Experimental <input type="checkbox"/> Ex-post-facto <input type="checkbox"/> Estudo de caso único <input type="checkbox"/> Estudo de múltiplos casos <input type="checkbox"/> Participante <input type="checkbox"/> Pesquisa-ação <input type="checkbox"/> Outro/justifique: _____	
Ambiente em que ocorrem os projetos, as atividades ou práticas culturais:	
Localização:	
Título do projeto, atividade ou prática cultural:	
Atividade desenvolvida na prática cultural:	
Descrição sintética da atividade ou prática cultural:	
Dispositivos informacionais identificados nas práticas culturais:	
Indicação da realização de reflexões por parte dos sujeitos em torno do conteúdo da proposta:	
Perspectiva teórica sociocultural alcançada nas práticas de mediadores culturais em ambientes informações explícitas nas referidas produções científicas: <input type="checkbox"/> Ação cultural <input type="checkbox"/> Fabricação cultural <input type="checkbox"/> Animação cultural <input type="checkbox"/> Mediação cultural <input type="checkbox"/> Não se aplica, justifique:	
Identificação da mediação consciente ou inconsciente nas atividades culturais realizadas pelos mediadores culturais: <input type="checkbox"/> Mediação consciente <input type="checkbox"/> Mediação inconsciente <input type="checkbox"/> Não foi possível identificar/justifique:	
Análise crítica da pesquisadora:	
Referencial teórico utilizado no artigo científico:	
Fonte: Elaborado pela autora (2024), adaptado de Andrade (2017, 2019) e Botelho (2019)	

APÊNDICE B

Quadro com as referências das fichas analisadas a partir dos termos de busca *ação cultural* e *mediação cultural* com recorte temporal entre 2019 e 2023

<p>ALVES, Marcus Rei de Lima; CARVALHO, Cláudia Pereira de Jesus. Cinema, ação cultural e mediação em bibliotecas comunitárias: relato de experiência do clube de cinema da biblioteca de São Francisco Xavier. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 18, p. 1-20, 2022. n. esp. IV Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação.</p>
<p>ARRUDA, Maria Aparecida Jacques de; CALDAS, Rosangela Formentini. Mediação cultural para o protagonismo social. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ENANCIB, 21.</i>, Rio de Janeiro, 2021.</p>
<p>CAVALCANTE, Fernanda de Oliveira Freitas; PIMENTA, Jussara Santos. Biblioteca Clarice Lispector: lugar de ações educativas. Revista Fontes Documentais, Aracaju, v. 4, n. 2, p. 6-18, maio/ago., 2021.</p>
<p>CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. A violência contra a mulher sob o olhar mediação cultural da informação: análise da exposição “retratos relatos”. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 18, p. 01-19, 2022.</p>
<p>FONTES, Leonardo Augusto Silva; SAETA, Tulio Alexandre. Cartas de arquivo: um projeto de mediação cultural nos 180 anos do arquivo nacional. Acervo, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 108-130, set/dez., 2019.</p>
<p>GARDIN, Daniela do Amaral Oliveira; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação cultural como promotora do empoderamento de idosos: o caso das ações culturais da Unati/Unicentro. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 16, p. 1-24, 2020.</p>
<p>LIPINSKI, Barbara; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação cultural em centros culturais: uma análise da exposição “Egito antigo: do cotidiano à eternidade” do Centro Cultural Banco do Brasil. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 18, p. 01-16, 2022.</p>
<p>LUZ, Jussiane Ribeiro da; DUMS, Angela Morel Nitschke. SENALIBI: Semana Nacional do Livro e da Biblioteca 2018 no IFSC - campus Joinville. Revista Associação Catarinense de Bibliotecários, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 600-609, jul./out., 2019.</p>
<p>MENEZES, Priscila Lopes; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. As exposições em arquivos como forma de mediação cultural. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 01-18, 2022.</p>
<p>NASCIMENTO, Maria Gezilda e Silva; ALMEIDA, José Robson Maia de; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Entre silêncios e rupturas: ação cultural na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus Timon. Revista Informação@Profissões, Londrina, v. 8, n. 2, p. 42-63, jul./dez., 2019.</p>

NICOLINO, Maria Elisa Valentim Pickler; MENDONÇA, Janaina Celoto Guerrero de; BUENO, André Sávio Craveiro; SILVEIRA, Telma Jaqueline Dias. Ações culturais em biblioteca universitária: relato de experiências da biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista. Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA , Salvador, v. 16, n. 1, p. 133-155, abr., 2022.
PEREIRA, Ana Paula; NASCIMENTO, Ana Paula Silva; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Mediação cultural na contação de histórias da biblioteca pública infantil de Londrina. Revista Informação&Sociedade , João Pessoa, v. 29, n. 4, p. 225-250, out./dez. 2019.
ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; LEI, Cristiane Calheiros. Mediação pela memória: ações culturais e educativas em pontos de memória. Revista de Ciência da Informação e Documentação , Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 135-154, mar./ago., 2023.
RODRIGUES, Denise Marques; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; TEIXEIRA, Thiciane Mary Carvalho. Mediação da informação e mediação cultural no contexto da cultura nerd, geek e pop. Revista Informação em Pauta , Fortaleza, v. 7, n. 00, p. 1-19, 2022.
SANTANA, Alessandra Jácome de; ALBUQUERQUE, Maria Auxiliadora de. Senac PE: projeto escrita criativa: crônicas de sala de aula. Senac.Doc: revista de informação e conhecimento , Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 16-26, 2022.
SANTOS, Andrea Pereira; NASCIMENTO, Vanessa Guimarães. Ação cultural com mídias sociais: análise do Facebook do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB). AtoZ: Revista Eletrônica Novas Práticas em Informação e Conhecimento , Curitiba, v. 10, n. 1, p. 25-38, jan/abr, 2021.
SCHEUER, Josiele; BEDIN, Jéssica; SENA, Priscila Machado Borges. Mediação cultural em bibliotecas públicas de Curitiba. Revista Informação@profissões , v. 9, n. 2, p. 38-53, jul./dez., 2020.
SILVA, Fabiane Simões da; BORGES, Jussara. A biblioteca pública como viabilizadora da Agenda 2030 da ONU. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 17, p. 1-23, 2021.
SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza. Ação cultural de mediação de leitura em comunidades ribeirinhas no estado do Amazonas: relato de experiência da Expedição Barco Biblioteca. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 15, n. esp. p. 68-83, 2019. III FIEB Fórum de Inovação e Empreendedorismo na Biblioteconomia.
SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; SANTOS, Raquel do Rosário; MAIA, Andrea Medeiros de Sousa. Mediação da cultura e da informação na Fundação Casa de José Américo. Em Questão , Porto Alegre, v. 10, n. 10, p. 1- 26, 2021.
SOUZA, Franciny Bom Reis de; GONÇALVES, Renata Braz. Práticas de incentivo à leitura em livrarias gaúchas: livraria exercendo papel de biblioteca? Revista Associação Catarinense de Bibliotecários , Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 33-49, dez./mar., 2018/2019.

VENÂNCIO, José Luiz; VILAS-BÔAS, Loíze Raquel Santos Silva; COSTA, Renata Ferreira. Mediação cultural da informação: museu de arte sacra de são Cristóvão – Sergipe. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, ENANCIB, 21, Rio de Janeiro, 2021.

VIRGINIO, Andreina Alves de Sousa; PERROTTI, Edmir. Biblioteca, oralidade e conhecimento: uma contribuição aos estudos de mediação e apropriação cultural. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, ENANCIB, 18., Londrina, 2018.

ZEN, Ana Maria Dalla; FONTANARI, Lilian Santos da Silva. O Museu do Balseiro de Itá como patrimônio cultural de Santa Catarina. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 348-372, set./dez., 2019.

APÊNDICE C

Quadro com categorias analíticas para a interpretação dos relatos de experiência

<p>Categoria 1</p> <p>Referencial teórico utilizado para fundamentar o relato de experiência</p>	<p>Identificação dos autores citados e referenciados, incluindo as correntes de pensamento e/ou paradigmas que orientam as práticas socioculturais.</p>
<p>Categoria 2</p> <p>Objetivo da mediação cultural/intencionalidade da prática sociocultural (fabricação cultural; animação cultural; ação cultural)</p>	<p>Processo com início, meio e fim definido (animação ou fabricação cultural).</p> <p>Processo com início definido, mas que não possui fim determinado, ênfase no processo de construção e criação de narrativas e discursos (ação cultural).</p> <p>Prática sociocultural com intencionalidade para a emancipação e protagonismo cultural dos participantes envolvidos nas atividades mediadoras. Orientadas pela abordagem crítica da realidade (ação cultural).</p> <p>Prática sociocultural com intencionalidade para as necessidades de consumo, entretenimento e lazer. Não orientada para a abordagem crítica da realidade (animação e/ou fabricação).</p> <p>Processo promovido para contemplação e recepção com finalidade para o divertimento e sem intencionalidade para a abordagem crítica da realidade. (animação cultural)</p> <p>Abertura para um processo de criação e criatividade conforme a perspectiva de Teixeira Coelho (ação cultural).</p> <p>Prática que prioriza a produção e ou/ elaboração de um produto em vez de um processo (fabricação cultural).</p>

<p>Categoria 3</p> <p>Aderência do objetivo da mediação ao referencial evidenciado pelos mediadores</p>	<p>A coerência entre o objetivo exposto no relato de experiência e as práticas reais de mediação sociocultural.</p> <p>Identificar se os resultados da mediação estão alinhados aos objetivos definidos e refletem o referencial teórico utilizado.</p>
<p>Categoria 4</p> <p>Participação ativa do público</p>	<p>Participação de diferentes públicos ou indivíduos e identificação se os participantes foram incorporados aos processos das ações mediadoras.</p> <p>Interação do público com o conteúdo mediado, espaço oportunizado aos sujeitos para influenciar e/ou construir no processo de mediação.</p> <p>Exercício da crítica a partir da capacidade de questionar pressupostos, capacidade de propor contrapontos.</p>
<p>Categoria 5</p> <p>Fomento e abertura para processos criativos e reflexivos</p>	<p>Utilização de dispositivos informacionais para as práticas socioculturais de mediação.</p> <p>Espaço para expressão e construção das narrativas e discursos do público dentro do processo de mediação sociocultural.</p> <p>Analisar o modo como os ambientes informacionais estimulam a sensibilidade estética dos usuários.</p>
<p>Categoria 6</p> <p>Denominação da prática/ terminologia empregada</p>	<p>Examinar como o autor ou autores do relato de experiência nomeia a prática cultural, considerando a nomenclatura escolhida.</p> <p>Verificar a consistência no uso do termo ao longo da narrativa a partir da adequação com o referencial teórico utilizado pelo mesmo.</p> <p>Exemplos de Práticas: mediação cultural, mediação da informação, mediação da leitura, ação cultural, mediação cultural da informação.</p>

Elaborado pela autora (2024) baseado em Carlomagno e Rocha (2016).